



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

HUGO GABRIEL LIMA NASCIMENTO

**A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE BRASIL E FRANÇA NA
AMAZÔNIA E A PONTE SOBRE O RIO OIAPOQUE**

JOÃO PESSOA - PARAÍBA

2015

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

HUGO GABRIEL LIMA NASCIMENTO

**A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE BRASIL E FRANÇA NA
AMAZÔNIA E A PONTE SOBRE O RIO OIAPOQUE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual da Paraíba como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite

JOÃO PESSOA

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

N244c Nascimento, Hugo Gabriel Lima

A cooperação transfronteiriça entre Brasil e França na Amazônia e a ponte sobre o Rio Oiapoque [manuscrito] / Hugo Gabriel Lima Nascimento. - 2015.

121 p. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2015.

"Orientação: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite, Departamento de Relações Internacionais".

1. Cooperação. 2. Zona fronteira. 3. Guiana Francesa. 4. Oiapoque. 5. Brasil. I. Título.

21. ed. CDD 327.17

HUGO GABRIEL LIMA NASCIMENTO

**A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE BRASIL E FRANÇA NA
AMAZÔNIA E A PONTE SOBRE O RIO OIAPOQUE**

Dissertação de Mestrado elaborada como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em Relações Internacionais do Programa de Pós-graduação da Universidade da Estadual da Paraíba.

Aprovado em: 03/06/2015.



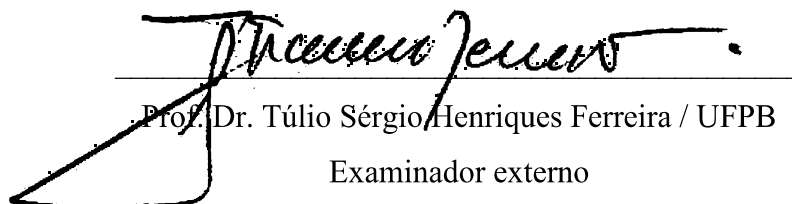
Professor Dr. Alexandre César Cunha Leite / UEPB

Orientador



Prof. Dr. Filipe Reis Melo / UEPB

Examinador interno



Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira / UFPB

Examinador externo

AGRADECIMENTOS

Uma produção acadêmica possui caráter individual, mas ao mesmo tempo constitui-se numa tarefa coletiva. Portanto, nesses dois anos de processo acadêmico, devo meu reconhecimento a muitas pessoas que contribuíram direta ou indiretamente com este trabalho.

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e sua infinita sabedoria.

A minha família, Manoel, Eula, Bruno, Benedito, Denise, Danyelle, Érica e Divane, pelo amor, incentivo e força ao longo do mestrado; a vocês a minha gratidão!

Aos meus amigos, meu reconhecimento pelo convívio, caminhada e companheirismo.

Aos colegas da turma de 2013 do mestrado em Relações Internacionais na UEPB, que tornaram a caminhada mais leve e especial: Ahmina, Carla, Cláudia, Daniel, Delmo, Fabiana, Jéssica, Lorenz, Marília Leal, Marília Serra, Melissa, Mirian, Moisés, Pablo, Samuelson, Shirley e Thamirys; a vocês meu reconhecimento.

Ao orientador Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite, externo meu sincero agradecimento, pelo companheirismo e contribuições valiosas dadas a este trabalho.

A todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, as lições aprendidas foram fundamentais para meu aprendizado e formação; obrigado, meus caros professores!

A CAPES pelo apoio financeiro que contribuiu para realização da pesquisa.

A todos que sempre ficam na torcida pelas minhas conquistas, minha gratidão pelo carinho.

A ponte não é de concreto, não é de ferro. Não é de cimento.
A ponte é até onde vai o meu pensamento.
Lenine e Lula Queiroga,
A ponte
(disco *O dia em que faremos contato*)

RESUMO

As relações internacionais entre Brasil e França, no que se refere à cooperação transfronteiriça, foram delineadas ao longo da década de 1990, tendo maior intensificação em 1996, devido à assinatura do Acordo-Quadro, que contou com representantes de Estado dos países supramencionados. Esse acordo propiciou o surgimento de várias iniciativas, como a proposta de construção de uma ponte binacional sobre o rio Oiapoque, ligando o Amapá (Brasil) à Guiana Francesa (França). Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral investigar o papel representado pela ponte binacional, resultante da nova dinâmica de cooperação transfronteiriça entre Brasil e França. A referida ponte está situada sobre o rio Oiapoque, na região amazônica, entre as cidades Oiapoque, no Amapá, e Saint Georges de l'Oyapock, na Guiana Francesa. No que tange à metodologia da pesquisa, trata-se de estudo bibliográfico, por meio do qual foi realizado levantamento de documentos oficiais (relatórios, acordos, discurso presidencial, entrevistas, entre outros) da França e do Brasil relacionados à área em foco. A relevância deste trabalho reside no fato de permitir a reflexão sobre a Amazônia, vista como espaço estratégico das relações políticas e diplomáticas do Brasil e da França, no cenário sul-americano. Os resultados da pesquisa indicam que a ponte, concluída em 2011, mas ainda não inaugurada, favoreceu o surgimento de novas perspectivas de interação e união física no cone sul, que, por sua vez, podem permitir a consolidação das relações entre ambos os países, trazendo desenvolvimento para a zona fronteira.

Palavras-chave: Cooperação. Zona Fronteira. Guiana Francesa. Oiapoque. Brasil.

ABSTRACT

International relations between Brazil and France, with regard to the border region, have been outlined during the 1990s, having greater intensification in 1996, due to the signing of the framework agreement, which was attended by state representatives of the countries mentioned above. That agreement led to the emergence of several initiatives in the field of cross-border cooperation, such as the proposed construction of a binational bridge over the Oiapoqueriver, Amapá (Brazil), linking French Guiana (France). Thus, the present study aims to investigate the role represented by the binational bridge on a new dynamic setting of cross-border cooperation between Brazil and France". The bridge is situated on the Oiapoqueriver, in Amazonian border region, between the cities Oiapoque, Amapá, and Saint Georges de L'oyapock, French Guiana. In terms of research methodology, this bibliographic study, which was conducted survey of official documents (reports, agreements, presidential speeches, interviews, among others) from France and Brazil related to border area in focus. The relevance of this work lies in the fact that allow reflection on the Amazon, seen as strategic political and diplomatic relations between Brazil and France, on the South American scenario. The survey results indicate that the bridge, completed in 2011, has not yet opened, favored the emergence of new possibilities of interaction and physical union in the southern cone countries, which in turn can enable the consolidation of relations between both countries, bringing development to the border area.

Keywords: Cooperation. Border Zone. French Guiana. Oiapoque. Brazil.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	A ponte binacional.....	46
Fotografia 2 -	Área de acesso à ponte – lado brasileiro.....	100
Fotografia 3 -	Área de acesso à ponte – lado francês.....	100

LISTA DE MAPAS

Figura 1 -	Mapa do Amapá.....	49
Figura 2 -	Mapa da BR-210 e BR-156 no Amapá.....	54
Figura 3 -	Mapa da transguianense.....	55

LISTA DE SIGLAS

ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALCMS	Área de Livre Comércio de Macapá e Santana
ALCSA	Área de Livre Comércio Sul-Americana
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Cooperação Andina de Fomento
CARICOM	Mercado Comum do Caribe
CASA/CSAN	Comunidade Sul-Americana de Nações
CCIG	Chambre de Commerce et d'Industrie de la Guyane
CMT	Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOOM	Departamentos Ultramarinos
FIAP	Federação das Indústrias do Amapá
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INSEE	Institut National de la Statistique et des Études Économiques
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IRD	Institut de Recherche pour Le Développement
LOOM	Lei de Orientação Ultramar
MDES	Mouvement de Décolonisation et d'Émancipation Social
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NAFTA	Tratado Norte Americano de Livre Comércio
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organizações Não Governamentais
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

CRONOLOGIA DA PONTE	13
INTRODUÇÃO.....	16
1 BRASIL E FRANÇA: ELEMENTOS DA APROXIMAÇÃO	20
1.1 BREVES CONSIDERAÇÕES.....	20
1.2 O ANÚNCIO DE UMA PONTE	26
1.3 A FRONTEIRA E OS PROJETOS GOVERNAMENTAIS.....	32
1.4 O CONTEXTO CONTEMPORÂNEO E A COOPERAÇÃO FRONTEIRIÇA	34
1.5 A CONCRETIZAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO OIAPOQUE.....	38
2 NO EXTREMO NORTE DA AMÉRICA DO SUL: O AMAPÁ E A GUIANA FRANCESA	48
2.1 O AMAPÁ NA LINHA DO EQUADOR	48
2.2 O AMAPÁ E AS OPORTUNIDADES ESTRATÉGICAS	50
2.3 A GUIANA FRANCESA.....	56
2.4 DO PASSADO COLONIAL AO PRESENTE DEPARTAMENTAL	60
3 OS TEMAS EM QUESTÃO NA FRONTEIRA.....	68
3.1 MIGRAÇÃO	68
3.2 GARIMPO.....	71
3.3 SEGURANÇA.....	75
3.4 MEIO AMBIENTE	78
4 O ESPAÇO SUL-AMERICANO.....	84
4.1 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SUL-AMERICANO.....	84
4.2 A COMISSÃO DE COOPERAÇÃO MISTA TRANSFRONTEIRIÇA BRASIL- FRANÇA (CMT).....	95
4.3 A NOVA DINÂMICA DA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA GERADA A PARTIR DA PONTE BINACIONAL	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	114



CRONOLOGIA DA PONTE

1996

- Assinatura do Acordo-Quadro entre Brasil e França, pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac / Presença do governador do Amapá João Alberto Capiberibe na comitiva brasileira, na França.

1997

- Encontro dos presidentes Jacques Chirac e Fernando Henrique Cardoso, em Saint George de l'Oyapock / Primeira viagem de um presidente brasileiro a Guiana Francesa.
- Anúncio oficial da intenção de construção da ponte sobre o rio Oiapoque.
- I Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França, em Brasília.
- Visita do presidente Jacques Chirac a Brasília.

1998

- Criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA).

1999

- II Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França, em Caiena.

2000

- Criação da Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA.

2001

- Assinatura do acordo do projeto de construção da ponte sobre o rio Oiapoque, em Brasília.
- Criação da Comissão bilateral do projeto da construção da ponte sobre o rio Oiapoque.
- Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na Assembleia Nacional Francesa.

2002

- III Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França, em Macapá.

2003

- Encontro dos presidentes Lula da Silva e Jacques Chirac em Paris.
- Brasil participa a convite da França da Cúpula do G8, em Evian, na França.

2004

- Encontro dos presidentes Lula da Silva e Jacques Chirac, com o presidente chileno Ricardo Lagos Escobar, e do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, na Conferência sobre a luta contra a pobreza e a fome no mundo.

2005

- Assinatura do acordo relativo à construção da ponte rodoviária sobre o rio Oiapoque ligando a Guiana Francesa e o Amapá entre os presidentes Lula da Silva e Jacques Chirac em Paris / Presença do governador do Amapá Waldez Góes.
- Ano do Brasil na França.
- Convite do Brasil a França para integrar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA), como membro-observador.

2006

- Acordo da construção da ponte sobre o rio Oiapoque, ratificado pela Assembléia Nacional Francesa e pelo Congresso Brasileiro.
- Visita de Jacques Chirac a Brasília para tratar do acordo de construção da ponte.

2007

- Entra em vigor o acordo relativo à construção da ponte sobre o rio Oiapoque.

2008

- Encontro dos presidentes Lula da Silva e Nicolas Sarkozy na Guiana Francesa.
- Lançamento da licitação para a construção da ponte.
- IV Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França, em Caiena.
- Visita do presidente Nicolas Sarkozy ao Rio de Janeiro / Assinatura de atos.
- Criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

2009

- V Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França, em Macapá.
- A comissão intergovernamental reunida em Paris, selecionou o grupo brasileiro EGSA/CMT para a construção da ponte sobre o Oiapoque.
- Início das obras da construção da ponte.
- Ano da França no Brasil.
- Visita do presidente Lula da Silva a Paris.
- Visita do presidente Nicolas Sarkozy à Festa Nacional brasileira, em Brasília.

- Assinatura de acordos relacionados à zona de fronteira.
- Participação dos dois presidentes na Cúpula dos Países Amazônicos, realizada em Manaus.

2010

- VI Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França, em Caiena.
- Previsão de conclusão da ponte.
- Reunião bilateral dos presidentes Lula da Silva e Nicolas Sarkozy durante a VI Cúpula União Européia, América Latina e Caribe.

2011

- Conclusão da obra da ponte sobre o rio Oiapoque.
- A IIRSA incorporar-se à UNASUL.
- VII Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França, em Macapá.

2012

- VIII Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França, em Paris.

2013

- Criação do Conselho do Rio Oiapoque.



INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata das Relações bilaterais entre Brasil e França, tendo como foco a ponte binacional sobre o rio Oiapoque, no Estado do Amapá, localizada na divisa das cidades do Oiapoque e Saint George de l'Oyapock, extremo Norte do Brasil.

Assim sendo, seu objetivo principal consiste em investigar o papel representado pela ponte binacional no âmbito de uma nova dinâmica de cooperação transfronteiriça entre Brasil e França.

Com efeito, a ponte representa um símbolo emblemático na reconfiguração das relações internacionais contemporâneas entre o Brasil e a França, a partir da década de 1990, que resultaram em uma contribuição na reorganização do papel das fronteiras.

Nessa perspectiva, toma-se como referência o projeto denominado Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, assinado em Paris, em 28 de maio de 1996. Esse tratado configura-se como passo inicial, para que, posteriormente, outros projetos e acordos diplomáticos pudessem ser estabelecidos.

Desta feita, compreende-se que decorre desse acordo a intensificação da interação entre Brasil e França em diversas perspectivas de cooperação transfronteiriça, oportunizadas pelo começo de nova relação estratégica para ambos os países. Tal relação tem como marco temporal os governos dos presidentes Jacques Chirac e Nicolas Sarkozy (França); Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil).

A fim de se identificarem as possíveis repercussões dessa nova relação, em nível mundial, e seus impactos nas dimensões locais e regionais, realizou-se um breve apanhado das várias negociações e iniciativas estabelecidas a partir do Acordo-Quadro, com destaque para o projeto da ponte binacional. Considerada como elemento central no contexto da nova dinâmica, a ponte favorece a construção de um novo espaço fronteiriço nas relações internacionais, pelo fato de representar, simbolicamente, o estreitamento dessas relações.

Ressalta-se que, historicamente, há interação entre Brasil e França envolvendo significativas relações diplomáticas. Todavia, destaca-se que somente na década de noventa foram redimensionadas articulações e ações de cooperação na Amazônia, que se configurou como espaço estratégico (BECKER, 2006). Por essa razão, a ponte caracteriza-se como alternativa de intensificação das relações entre ambos os países, na perspectiva da União das Nações Sul-Americanas.

Nesse cenário, a ponte atende à necessidade funcional da ligação física, ao permitir o acesso de pessoas, transportes e produtos. Além disso, confere novo papel estratégico à fronteira de ambos os países, com vistas a uma aproximação regional, como objetivava o Brasil.

Esse fato da ligação física implicou nova dinâmica na cooperação transfronteiriça, com influência em processos de tomadas de decisões para a região situada no espaço amazônico e sul-americano. Isso significa considerar temas como: Migração, Garimpo, Segurança e Meio ambiente; os quais estão interligados nessa configuração que envolve diversos atores sociais, políticos, conexos às questões da fronteira.

Explicitada no Acordo-Quadro, a construção da ponte foi concluída em agosto de 2011, e possibilitou nova simbologia entre as duas nações, compreendida como marco histórico contemporâneo ligando Brasil à Guiana Francesa. Apesar de ser concluída nesse ano, até o fechamento da análise dos dados da presente investigação, não havia previsão para que a ponte fosse inaugurada. No entanto, é considerada uma ação desafiadora, inclusive pela população local, pois remete ao objetivo de promover integração, em um contexto de múltiplos interesses.

Esse monumento apresenta-se como testemunha silenciosa, em pleno século XXI, das emergentes relações internacionais. Tornou-se como pilar do novo patrimônio, ao erguer-se unindo os países fronteiriços, seus interesses e impactos, enquanto elo capaz de viabilizar passagem principal e secundária a lugares antes isolados, inserindo-os, desse modo, em novos cenários, na atual conjuntura econômica local, regional e mundial.

Suas formas, simbólicas, contribuem para contar e registrar à sua maneira páginas de uma nova história das relações internacionais na contemporaneidade, assim como o fazem outras tantas antigas construções presentes no universo. A visão pitoresca da ponte fronteiriça denota impressionante cuidado com a estética, enquanto exemplo da importância que lhe deram arquitetos e engenheiros, frente aos recursos da moderna tecnologia.

O interesse em investigar a temática deve-se à possibilidade de se refletir sobre a Amazônia, vista como espaço estratégico das relações políticas e diplomáticas do Brasil e da França, no cenário sul-americano. Justifica-se também este estudo pelo fato de a Amazônia internacional ser ainda pouco discutida e pesquisada nessa região de fronteira, além do fato das relações diplomáticas entre o Brasil e a França poderem ser discutidas, tendo como base o projeto de construção da ponte.

Em termos metodológicos, este estudo e sua análise, de caráter qualitativo, estão orientados por meio de pesquisa bibliográfica, documental e empírica. De acordo com Gibbs (2009, p. 17):

A análise qualitativa envolve duas atividades: em primeiro lugar, desenvolver uma consciência dos tipos de dados que podem ser examinados e como eles podem ser descritos e explicados; em segundo, desenvolver uma série de atividades práticas adequadas aos tipos de dados e às grandes quantidades deles que devem ser examinadas.

Neste estudo, a abordagem qualitativa favoreceu a investigação nas etapas de planejamento, execução e sistematização da pesquisa, contribuindo para nortear a revisão bibliográfica; a escolha dos pressupostos teóricos e metodológicos; a coleta e a análise dos dados; e a discussão dos respectivos resultados. A fim de retratar a realidade do fenômeno na sua dinâmica, realizaram-se incursões na fronteira, via pesquisa de campo, por meio da qual se pôde interagir com os sujeitos que transitam e/ou trabalham na região fronteiriça, e ouvir seus relatos sobre as relações Brasil e França a partir da ponte, além de observar, fotografar elementos da localidade, como a própria ponte e as rodovias RN2 e BR 156.

No âmbito da abordagem qualitativa, elegeu-se o estudo de caso, o qual, segundo Fonseca (2002 p.33), pode ser “caracterizado como o estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social”. No caso deste estudo, trata-se da ponte binacional.

O autor supracitado esclarece ainda que o estudo de caso visa conhecer em profundidade como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe.

Para efeito desta investigação, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: i) caracterizar elementos de aproximação entre os dois países; ii) resgatar acordos, discursos, documentos firmados entre ambos, com destaque para os aspectos que tratam da ligação fronteiriça; iii) caracterizar dados, elementos referentes a essas relações.

Os resultados da pesquisa indicam que a ponte, concluída em 2011, mas ainda não inaugurada, favoreceu o surgimento de novas perspectivas de interação e união física no cone sul, que, por sua vez, podem permitir a consolidação das relações entre ambos os países, trazendo desenvolvimento para a zona fronteiriça.

A organização do texto está estruturada em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo intitulado *Brasil e França: Elementos da aproximação* descreve brevemente as relações construídas entre os dois países, na perspectiva de caracterizar elementos dessa aproximação.

No segundo capítulo, denominado *No extremo norte da América do sul: o Amapá e a Guiana Francesa*, trata-se das questões relativas às localidades do Amapá (Brasil) e da Guiana Francesa (França) no contexto regional. Aborda-se o interior das duas realidades, suas áreas, as interações, o desenvolvimento desses territórios, bem como as aproximações e dimensionamentos no que tange à questão da ponte.

No terceiro capítulo, cujo título é *Os Temas em questão na fronteira*, focalizam-se as temáticas peculiares à fronteira, como: a migração; o garimpo; a segurança; e o meio ambiente, que incidem na interação e ações de cooperação.

No quarto capítulo, denominado *O Espaço sul-americano*, analisa-se a dinâmica proporcionada pela ponte sobre o rio Oiapoque para o Brasil e a França e a América do Sul.

Nas considerações finais, apontam-se os principais resultados alcançados neste trabalho.



1 BRASIL E FRANÇA: ELEMENTOS DA APROXIMAÇÃO

Nesta parte do texto, pontuam-se os elementos de aproximação entre Brasil e França. Para tanto, apresenta-se sinteticamente a ideia da herança acumulada entre os dois países, bem como suas relações marcadas por conflitos territoriais, contradições e cooperação, construídas ao longo de cinco séculos.

1.1 BREVES CONSIDERAÇÕES

As relações estabelecidas entre Brasil e França vêm desde as incursões dos franceses pela América portuguesa, para além da península do Cotentin. Naquele momento histórico, os povos europeus ainda desconheciam a América, mas a aquisição de novas terras era objetivo das grandes navegações.

Nesse sentido, as descobertas territoriais realizadas por portugueses e espanhóis deixaram outras nações motivadas pelos lucros advindos da exploração das colônias, dentre elas a França, especialmente após o Tratado de Tordesilhas (1494). Com efeito, a América constituía-se preponderante nas esperanças francesas de ampliação de seus territórios e conquistas.

As terras brasileiras, desde o princípio, tornaram-se objeto de desejo de navegadores, comerciantes, corsários, exploradores de origem francesa e de outras nacionalidades, que, ao longo dos séculos, desembarcavam por essas terras, na tentativa de explorar o “novo mundo”, denominação dada pelos europeus a América.

Nesse ensejo, no litoral brasileiro, no século XVI, durante o período de exploração do pau-brasil, ocorreram incursões francesas com o propósito de participar do lucrativo mercado da exploração colonial (TAVARES, 1979).

No primeiro episódio, ocorrido em 1555, franceses calvinistas entraram no Brasil pela região do Rio de Janeiro, fugindo da perseguição religiosa, realizada pela corte do seu país. Com apoio dos índios Tamoios, inimigos dos portugueses, conseguiram fundar uma colônia denominada França Antártica. Posteriormente, os indígenas foram convencidos a abandonar a aliança construída, e os franceses foram expulsos em 1567 (TAVARES, 1979).

No segundo episódio, em 1612, os franceses fundaram uma colônia denominada França Equinocial, designada dessa forma pelos franceses naquela época, por estar em torno da linha do equador, na região do Maranhão (MARIZ; PROVENÇAL, 2007). Construíram,

inclusive, um forte, com objetivo de proteger a terra conquistada. Todavia, em 1615, os franceses foram expulsos por invadir o território português.

O projeto de estabelecer *Nouvelle France* não foi restrito somente à América do Sul, mas também incluiu a América do Norte, onde atualmente se situa a cidade de Québec, no Canadá.

Além disso, no século XVIII, em 1738, a França conquistou um território na Amazônia, atualmente denominado de Guiana Francesa. Ressalta-se que tal conquista deu-se com base em um povoamento, que avançou sempre sobre o território amapaense.

No que se refere especificamente à Amazônia, vale destacar que ela foi palco tanto de expedições francesas, como também de outros países europeus, gerando, por conta disso, contínuas lutas. Esse interesse pelo espaço amazônico decorre do grande potencial de matéria-prima. Por exemplo, o fato dos franceses conquistarem o território do Amapá ocasionou litígios entre Brasil e França, especialmente, para a delimitação da fronteira, com o rio Pinzón, atualmente denominado rio Oiapoque, pois aquele lugar já havia sido percorrido e reconhecido por Vicente Pinzón (1500).

Diante disso, constituiu-se ativa a presença francesa nesse território, juntamente com outros povos, como ingleses, holandeses, espanhóis, que disputavam constantemente essa área e faziam prognósticos de manter-se nesse espaço, tendo em vista a potencialidade presente na região. No âmbito das riquezas, destaca-se principalmente o ouro encontrado nos rios, capaz de provocar disputa acirrada pelo domínio da exploração. Sobre esse processo de invasão na Amazônia, Reis (1972, p. 40) afirma que:

A penetração na Amazônia, visando incorporá-la aos impérios que os europeus construíram na América do Sul, se fez com maior segurança através da entrada pelo Atlântico. Por isso mesmo, foi à margem dessa calha central e dos demais cursos d'água, da rede hidrográfica, que os invasores foram se instalando. Porém, terra firme, isto é, aquela onde a floresta fechada lhe barrava o passo, não foi objeto de ocupação imediata. Toda a vida que se começou a escrever foi escrita ali, às margens do Amazonas e de seus afluentes, aos poucos identificados e explorados. A população indígena local, de certa forma, facilitou a penetração, acompanhando o intruso, guiando-o, identificando as espécies animais e vegetais que ele foi aprendendo a colher e a utilizar para a comercialização, que se iniciou sob incentivos oficiais e mercados seguros.

Nessa região, às margens do rio Amazonas e Orenoco, a Companhia do Cabo Norte, tentou instalar-se, em 1633, sob a direção do Cardeal francês Richelieu (1585-1642). Tal esforço, entretanto, falhou inicialmente. Posteriormente, as tentativas dos franceses de avançar sobre a área do Amapá até a foz do Amazonas, em 1667, desencadearam a assinatura

do tratado de Utrecht, em 1713-1715 nos Países Baixos que colocaram fim aos constantes movimentos da guerra da sucessão espanhola (1701-1714). Guerra que envolveu países como Portugal e França que se colocavam em posições divergentes no conflito. Nesse documento, estabeleceu-se o rio Oiapoque como limite entre o Brasil e a Guiana Francesa, acordo confirmado pelo congresso de Viena, em 1815.

Desse modo, observa-se que foram várias as tentativas de avanço da França sobre a Amazônia. Contudo, esse espaço também se constituiu como cenário de disputa de outras nações europeias, como a Inglaterra, na tentativa de instalar-se, nesse território, e impor sua presença nas Guianas.

O objetivo dos ingleses era apropriar-se das terras americanas de Portugal e da França. Mesmo já possuindo uma porção de terras na região das Guianas, a Inglaterra se aproveitou do confronto das forças de Napoleão com a corte portuguesa, para delimitação de seu território, aliando-se a esta última, quando houve a transferência da corte portuguesa ao Brasil, devido à expulsão de Portugal pelas tropas francesas, em 1807.

Situada como campo de disputa, a Amazônia e as porções de terras nas Guianas causavam fetiche aos povos estrangeiros que ali circulavam, sendo entendidas como extremamente desafiante, de complexa abertura marítima e muito perigosa, capaz de desencorajar invasores (REIS, 1972). A Amazônia, na verdade, era tida pelos estrangeiros como região de difícil acesso em razão dos diversos caminhos e ilhas que a circundavam, fato que dificultava a navegação no rio Amazonas.

Assim, o território onde atualmente se encontra o estado do Amapá foi cenário de conflitos entre portugueses e franceses, que tentaram ao longo da história conquistar essa faixa de terra. Essa situação foi intensificada com a descoberta de minas de ouro, na atual cidade de Calçoene, próxima à Guiana Francesa (FILHO, 2000).

Exemplifica essa relação conflituosa o episódio conhecido como contestado franco-brasileiro, em que o Amapá esteve em constantes guerras contra os franceses. Nesse contexto, Reis (1949, p. 25) enfatiza que “a área do Amapá sofreu duas neutralizações, a primeira em 1700 e a segunda no século XIX. Por conta dessas neutralizações de soberania, a região ficou conhecida como contestado franco-brasileiro”.

Válido recordar que, nessa região onde se encontra atualmente a cidade de Calçoene, foram proclamadas duas repúblicas, a saber: a república do Cunani, em 1885, e a república de Veiga Cabral, em 1895. A proclamação dessas repúblicas fez emergir objeções, principalmente do lado brasileiro, que foram lideradas, na época, pelo diplomata Barão do Rio

Branco, o qual logrou o reconhecimento dos limites entre o Brasil e a Guiana Francesa, oficializado pelo laudo arbitral, cuja emissão se deu em 1º de dezembro de 1900 (RIBEIRO, 2006).

Outro momento que marca as relações entre esses dois países de forma indireta diz respeito à Segunda Guerra Mundial, em que havia uma articulação da economia brasileira junto ao mercado internacional. Nesse contexto, a Amazônia brasileira teria o papel de fornecer recursos minerais e vegetais aos países aliados envolvidos na guerra, sendo que tais recursos seriam utilizados pelas forças militares dessas nações em cumprimento a acordos internacionais entre o Brasil e esses países, dentre os quais, a França.

Todavia, do período do Pós-Segunda Guerra Mundial até a elaboração do Acordo-Quadro de 1996, notou-se um distanciamento entre esses dois países, ocasionado por obstáculos financeiros e políticos, os quais dificultaram a criação de uma agenda bilateral propositiva que, por vezes, não evoluiu como esperado nas relações entre as duas nações. Lessa (2000, p. 28) expõe que “a má administração dessa agenda levou a deterioração das relações bilaterais, fazendo com que permanecessem bloqueadas as condições para o estabelecimento de linhas de cooperação políticas e econômicas”.

A agenda entre os dois países, embora com o intuito de promover propostas e projetos firmados nessa parceria, fora de pouca intensidade. E isto devido ao contencioso financeiro, como a nacionalização de empresas francesas nos anos da Segunda Guerra Mundial, questão que teve impacto nas relações, gerando desconfiança em ambas as partes que se estenderá até a década de 60, com a imagem de um Brasil eminentemente em risco dos investimentos externos.

Outro fato que gerou tensão nas relações franco-brasileiras diz respeito à Guerra da Lagosta, incidente diplomático entre os dois países ocasionado pela recusa do governo brasileiro em permitir a pesca de crustáceos no nordeste brasileiro por pescadores franceses. Tal fato envolveu a locomoção de ambas as marinhas para a região a fim de proteger seus interesses, bloqueando as relações, já fragilizadas, que vinham sendo estabelecidas nos anos 50. Com isso, gerou-se mais um desgaste na confiança entre os países.

Nesse sentido, o que se vislumbrará depois desse período, Lessa (2000) aponta como uma negligência cordial que durará de 1963 a 1995, em que se desenvolve uma relação de cordialidade com uma agenda neutra e fugaz sem devida importância ao tempo perdido. Porém, mesmo com o distanciamento evidente, podemos presenciar, nesse período, acontecimentos pontuais envolvendo os dois países, como a célebre visita do presidente

General Charles De Gaulle ao Brasil, em 1964, no intuito de reaproximar não somente as duas nações, mas a América Latina.

A visita do presidente Charles De Gaulle na América Latina reforçou a visão da presença da França no mundo e seus objetivos de representar a União Europeia. Com isso, buscou-se oferecer uma terceira via a fim de ampliar a influência francesa e minimizar o protagonismo de países como os Estados Unidos ou a União Soviética na região.

Um acordo importante nesse período foi o de 1967, na celebração do Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre Brasil e França, o qual retomou um diálogo nas relações bilaterais enrijecidas pelas questões financeiras dos anos anteriores. Por outro lado, deve-se ressaltar também a ida do presidente Ernesto Geisel, em 1975, à Europa, priorizando o diálogo com aqueles países com os quais o Brasil já mantivera parcerias significativas, divulgando, assim, oportunidades a esses países em diversos setores da economia brasileira.

Porém, o quadro mostrou-se novamente estável no tímido avanço das relações econômicas entre os dois países, durante os anos de 1980 a 1989. Nesses anos, os dois países passaram a incluir na mesa diplomática problemas em relação aos seus territórios fronteiriços; a Guiana Francesa e o Amapá, principalmente em temas ligados à imigração e a ilícitos fronteiriços.

Nesse momento, a França encontrava-se sob a direção de duas importantes figuras, como a do presidente François Mitterrand e a do primeiro-ministro Jacques Chirac, que estabeleceram uma nova aproximação e diálogo com a América Latina. Assim, apesar do ceticismo anteriormente descrito, os próximos anos trarão uma nova imagem para o Brasil, configurada, segundo Lessa (2000), na normatização da democracia, abertura política, liberalização comercial, consolidação de fatores econômicos e nas potencialidades em projetos regionais, como o MERCOSUL e diversos outros.

Com essa reaproximação nas décadas seguintes, os dois países começam a dedicar maior atenção as suas regiões fronteiriças. Nesse sentido, a França passa a valorizar o fato de que possui 730 km de extensão de fronteira no continente Americano, mais precisamente na divisa com o Brasil. Convém observar que tais ocorrências figuram no âmbito de uma plataforma das perspectivas da União Europeia com os países da região, estando incluída, nesse projeto, a construção de uma ponte que seria o símbolo nessas relações de retomada e reaproximação consolidada para os projetos seguintes.

Nota-se, portanto, que, frente ao contexto das guerras e dos acontecimentos que impactaram o mundo, o Brasil e a França viveram um século paradoxal. Nesse período, a

humanidade conviveu com catástrofes, dentre elas, duas grandes guerras mundiais, crises econômicas, crise ambiental e a divisão em um mundo bipolar, balizada por questões de segurança e tentativas de acordos diplomáticos nas relações internacionais (HOBBSAWM, 1994).

Assim sendo, as ideias sinteticamente apresentadas acima compilam fatos em que Brasil e França estiveram envolvidos, bem como evidenciam que, no contexto nacional e internacional, os dois países estiveram ligados de forma direta e indireta, influenciando relações entre brasileiros e franceses. Dito de outro modo, a revisão desses fatos demonstrou como as relações entre Brasil e França se entrecruzam em vários momentos, de maneira peculiar no âmbito das relações internacionais.

Com efeito, pontua-se que, nesses elementos de aproximação entre Brasil e França, há objetivos e interesses conflitantes e complexos que se alteram ao longo do tempo, suscitando continuamente questões nada fáceis de serem respondidas, inclusive frente à necessidade de reorganização do papel das fronteiras. Por outro lado, particularmente a partir da década de 1990, já num cenário afeito à globalização, houve necessidade de que fossem estabelecidas novas relações pautadas na tolerância, com o objetivo de manter o equilíbrio de poder dos Estados na ordem internacional. Desse modo, no que se refere ao cenário de globalização:

Diversos observadores sustentaram que os problemas econômicos se tornariam mais importantes na política mundial. Redes de interdependência econômica que abrangem o planeta aumentaram à medida que os custos da comunicação e do transporte reduziram os efeitos da distância. O papel dos mercados também aumentou como resultado de novas informações e tecnologias de transporte, assim como mudaram as atitudes em relação ao papel dos governos e estados. Praticamente metade de toda a produção industrial atual é realizada por empresas multinacionais cujas decisões sobre onde localizar a produção têm um efeito importante sobre as economias e políticas internas (NYE, 2009, p. 243).

É importante ter essas mudanças em perspectiva, pois na seção seguinte, tratar-se-á das relações referentes ao final do século XX e limiar do século XXI, situando a movimentação na área fronteira de forma peculiar, a partir da construção da ponte binacional, a qual teria gerado nova dinâmica na divisa entre o Amapá e a Guiana Francesa. Tal ponte pode ser caracterizada como marco simbólico no processo histórico de aproximação nas relações internacionais entre Brasil e França.

1.2 O ANÚNCIO DE UMA PONTE

Brasil e França mantêm, há cinco séculos, laços de relacionamento no espaço fronteiriço, sendo que, na maior parte desse período o papel histórico da fronteira foi de garantir a separação dos territórios. Conforme a literatura clássica¹, a área de fronteira é “confinada a rígidos padrões de segurança nacional materializados em legislação e políticas governamentais ao longo de décadas” (ANDERSEN, 2008, p. 15). Nesse sentido, de acordo com Silva (2007, p. 1):

Os primeiros tratados internacionais entre Brasil e França tiveram por escopo estabelecer os limites físicos precisos na fronteira que os separa. Somente a partir da década de 1990, ou seja, quase um século, um novo cenário foi se configurando para políticas diversas naquele espaço geográfico transfronteiriço.

Assim, na aurora do século XXI, essa fronteira passou por alterações, incorporando novos elementos funcionais. Nesse processo, destaca-se a Amazônia brasileira e francesa, fato oportunizado pela assinatura do Acordo-Quadro de cooperação de 1996, que previa a construção de uma ponte sobre o rio Oiapoque, com objetivo de aproximar Brasil e França.

Esse acordo marcou a cooperação binacional, assinado pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso – FHC – (1995-2002) e Jacques Chirac (1995-2007). Tal acordo abrangeu dimensões: política, econômica, cultural, técnica e científica; bem como demarcou novas perspectivas de interação mútua entre os países.

Essa ação de entendimento, pautada na cooperação transfronteiriça, pressupunha novas perspectivas nas relações internacionais entre ambos os países, no sentido de ultrapassar marcas históricas forjadas por discórdias, conflitos e desconfianças, com possibilidades de construir nova ordem pautada em mecanismos de cooperação.

A título de esclarecimento, etimologicamente, o termo *cooperação* é formado pelo prefixo *co-*, que denota "ação conjunta", e a palavra "operação", com o significado de operar, executar, ajudar mutuamente para chegar a um fim (FERREIRA, 2010). Esse termo evoca um tema caro às relações internacionais. Conforme expressado por Amorim (1994, p. 162), “A cooperação internacional é uma idéia fugidia, que tem perseguido a humanidade ou, melhor dizendo, que a humanidade tem perseguido, na teoria, se não na prática, desde, pelo menos, que os gregos iniciaram uma reflexão consistente sobre a política”.

¹ Autores brasileiros que tem como temática as áreas de fronteiras: General Golbery do Couto e Silva (1968); Teixeira Soares (1972); Terezinha de Castro (1980); General Carlos de Meira Mattos (1990).

A cooperação tornou-se uma estratégia cada vez mais utilizada nas relações internacionais, especialmente diante da complexidade crescente do sistema internacional, frente às demandas econômicas, sociais, políticas, as quais estão articuladas a um conjunto de fatos, como: o Pós-Segunda Guerra Mundial; a criação da Organização das Nações Unidas (ONU); a Guerra fria; dentre outros ocorridos na contemporaneidade. Por exemplo, nas cinco décadas subsequentes ao fim da Segunda Guerra Mundial, aconteceram inúmeros arranjos globais, regionais, locais, nos quais a cooperação teve papel essencial no processo de evolução das relações internacionais.

Maciel (2009, p.1) afirma que “a partir da segunda metade do século XX, a cooperação internacional fortaleceu-se como uma importante ferramenta de relacionamento entre os diversos atores do sistema internacional”. Nesse cenário, importante ressaltar que o conjunto de mudanças ocorridas na sistemática internacional também favoreceu a geração de marcos teóricos das relações internacionais, no âmbito da cooperação. Dentre os quais, pode-se destacar o realismo, o liberalismo, o marxismo e o construtivismo.

Todas essas correntes contribuem para estabelecer paralelos entre o que leva os Estados e indivíduos a cooperarem. Este trabalho, porém, aproxima-se da perspectiva teórica desenvolvida por autores como Keohane e Nye (1989), os quais, por um lado, tecem críticas aos regimes internacionais focados no poder e na segurança nacional, e, por outro lado, apontam para um olhar mais amplo da realidade internacional, especialmente com aumento da interdependência entre os Estados. Trata-se de uma abordagem que certamente poderia contribuir para o alcance da estabilidade entre os estados por meio da cooperação.

No âmbito dessa abordagem, a interdependência refere-se a circunstâncias marcadas por efeitos recíprocos entre diferentes atores nas relações internacionais, constituindo-se, em outras palavras, em uma dependência mútua em que seus efeitos podem gerar custos, benefícios e simetrias ao longo do processo (NYE, 2009).

Desta feita, ancorando-se na perspectiva teórica adotada neste estudo, considera-se que as relações de cooperação constituem-se enquanto ferramenta para a construção de um equilíbrio de poder entre os Estados, capaz de contribuir na reformulação dos modelos de governabilidade diante das transformações contemporâneas. Estas, por seu turno, desafiam cada Estado na sua forma de governar, uma vez que pressupõe a presença de outros atores no processo, tais como organizações internacionais, movimentos sociais transnacionais, corporações multinacionais com viabilidade de intercâmbios sociais, econômicos, políticos.

Para Keohane e Nye (1989), a interdependência, caracterizada como interdependência complexa, determina e influencia as decisões dos atores envolvidos, criando uma complexa rede de ligações e interações. Sob este argumento, caracterizam: i) a existência de vários atores, entre os quais os estados não são os principais protagonistas; ii) a presença de agendas, assuntos múltiplos e ausência de hierarquia entre os temas; e iii) o desuso da força militar em áreas que predomina a interdependência complexa.

Dada a natureza do fenômeno investigado neste trabalho, acredita-se que esses pressupostos teóricos são viáveis na perspectiva desta análise, já que, no âmbito da presente pesquisa, as relações de cooperação internacional são entendidas enquanto ferramentas capazes de construir equilíbrio do poder entre os Estados, com interação e interesses dos atores nas relações internacionais.

Conforme Amorim (1994), a cooperação potencializa a capacidade nas relações entre os numerosos atores que interagem e interdependem, com capacidade de colocarem-se no lugar do outro, estabelecendo entre eles objetivos a serem alcançados. O autor afirma também que essas relações serão valorosas quando houver complementariedade real de interesses entre si.

Deve-se destacar, ainda, o fato de a referida base teórica afastar-se das compreensões clássicas e objetivas das relações internacionais focadas no poder do Estado e na defesa do poder militar. Desse modo, embora se compreenda que essa perspectiva teórica conviva com outras correntes, ela foi escolhida neste trabalho em razão da tentativa de elucidar a cooperação internacional no âmbito da fronteira, em um mundo cada vez mais complexo, o qual demanda contextualização dos fatos e a interação dos atores na análise do papel do Estado, em dada realidade, sem perder de vista as subjetividades presentes no processo.

Cabe ainda ressaltar que a cooperação transfronteiriça pode ser definida na interação entre diversos grupos, privados, públicos e sociais situados em ambos os lados de uma fronteira internacional, criando possibilidades ao desenvolvimento de ambos os espaços (TRIGAL, 2013).

Tal cooperação em regiões fronteiriças intensifica, por vezes, a interação ou integração entre os atores internacionais. Estabelecida especialmente em áreas penalizadas por numerosos fatores, tais como: geográfico, político, econômico, social e possibilita minimizar a existência de diversos obstáculos. Desta maneira, a cooperação transfronteiriça pode desempenhar funções de promoções específicas com capacidade de favorecer as respectivas áreas.

Segundo Cappellin (1993), o estabelecimento da cooperação na fronteira pode diluir problemas entre as áreas afetadas, ou seja, auxiliar na resolução de barreiras e conflitos. Também, pode resultar numa significativa plataforma de fortalecimento entre ambos os países, além de inserir as áreas em uma dinâmica internacional.

Nesse sentido, acredita-se que essas contribuições teóricas favorecem a compreensão da nova dinâmica gerada a partir da cooperação transfronteiriça, firmada no artigo 6º do Acordo-Quadro de 1996. De acordo com o documento: “As partes contratantes realizarão a cada ano consultas visando ao favorecimento da cooperação transfronteiriça em todos os domínios de interesse comum e ao exame dos projetos desenvolvidos pelas coletividades locais” (Acordo-Quadro, 1996).

O acordo marca um novo relacionamento entre as duas nações no espaço amazônico, após anos balizados por isolamento e indiferença, visto que ambos os países partilham setecentos e trinta quilômetros (730 km) de extensão de fronteira. Trata-se da maior demarcação da França com um país no mundo, localizada na divisa entre Amapá e Guiana Francesa, situada ao eixo norte da América do Sul.

A construção da ponte binacional, no seu aspecto físico e operacional, simbolizava a união de dois espaços na Amazônia: Brasil e França; Mercado Comum do Sul e a União Europeia. Entrelaçava projetos como à construção da União das Nações Sul-Americanas e, conseqüentemente teve papel de intensificar diálogos diplomáticos entre brasileiros e franceses.

Importante esclarecer que, oriunda do Acordo-Quadro, a construção da ponte seria anunciada em 1997. Os dois presidentes, em discursos, reafirmaram a importância da cooperação internacional, colocando-a como fundamental para o novo vigor nas relações, ao recordarem, naquela ocasião, que a França possuía a sua maior fronteira ligada ao Brasil, por meio da Guiana Francesa.

Tendo em vista esse contexto, partimos do pressuposto de que esse projeto proporcionou implicações na cooperação transfronteiriça capaz de contribuir para a dinamização dos territórios comuns, com capacidade de promover a ampliação das questões fronteiriças, com possibilidade de perspectivar novas dimensões para ambos os países. Ademais, acredita-se que a ponte passaria a constituir-se como símbolo nas emergentes relações da cooperação transfronteiriça.

Na visita do presidente Fernando Henrique Cardoso àquele país (França), o referido chefe de Estado anunciou que seu objetivo central era a reaproximação entre Brasil e França,

salientando, ao longo de sua apresentação, as parcerias entre ambos os países, desenvolvidas via políticas implementadas pelo seu governo. Ao prosseguir em seu discurso, afirmou que:

Temos a solidez e a tradição de nossa amizade. Temos o conhecimento recíproco que nos dá base firme para o desenvolvimento de projetos comuns, tanto na esfera governamental como na iniciativa privada. Falamos a mesma linguagem na economia e na política e compartilhamos valores e aspirações. Temos o patrimônio de uma forte presença francesa no Brasil e de uma considerável identificação de nosso país com a França. O Brasil, assim como a França, atravessa um período de transformações profundas, como resultado dos desafios e oportunidades trazidas pela globalização. Há claros pontos de contato entre o programa de seu governo, presidente Chirac, e aquele que eu defendo no Brasil ².

Naquele momento, Fernando Henrique ressaltou, também, novas perspectivas brasileiras, no campo das relações bilaterais, forjadas na expectativa da cooperação e agenda mútua entre os dois países. Passado um ano após essa visita do chefe de estado brasileiro à Paris, os dois presidentes se encontraram novamente.

Porém, dessa vez, na cidade de Saint Georges de l'Oyapock, na Guiana Francesa, na divisa entre França e Brasil (na outra margem do rio, encontra-se a cidade do Oiapoque, estado do Amapá). Nesse local, os dois chefes de Estado expressaram publicamente durante o discurso conjunto:

Gostaria também de destacar as discussões que eu tive com o Presidente da República francesa, Jacques Chirac. Mostram bem que a gente concorda entre as relações que temos que manter entre a França e o Brasil, que vão se concretizar na construção da estrada e da ponte que já começou a ser construída ³.

O anúncio da ponte foi um ato de implicações fortes naquele encontro, que segundo d'Hautefeuille (2009, p. 3), esse ato “acelerou no período de 1997 a 2000 a abertura da faixa de fronteira, então somente acessível pelo ar, do lado guianense, e com dificuldade pela estrada, sem pavimentação, do lado brasileiro”.

No entanto, na época, houve atitude de cautela expressada pelos então presidentes, particularmente por Fernando Henrique Cardoso. Conforme explica d'Hautefeuille (2009, p. 9), “no início das negociações as intenções não eram apenas a ligação da Guiana ao Amapá, mas antes a França com o Brasil”, como anunciado no discurso do presidente brasileiro.

² Discurso do presidente da República Brasileira Fernando Henrique Cardoso no jantar oferecido pelo presidente da França, Jacques Chirac. Paris, 28 de Maio de 1996.

³ Declaração de Jacques Chirac, presidente da República e Fernando Henrique Cardoso, presidente da República Federativa do Brasil, sobre a cooperação regional entre o Brasil e a Guiana Francesa. Saint-Georges de l'Oyapock, 25 de novembro de 1997. (Tradução nossa)

Assim, os dois chefes de Estado ao realizarem suas apresentações a respeito do projeto para a fronteira, verbalizaram perspectivas e projeções que deveriam ser colocadas em prática. E, no pós-encontro de Fernando Henrique Cardoso com Jacques Chirac, reunidos em território brasileiro, com políticos em Macapá, o presidente brasileiro asseverava que:

A ponte seria feita porque o presidente Jacques Chirac disse que dentro de dois anos, fará, e que também a França precisava de uma pequena colaboração diante da riqueza da União Europeia, o Brasil contribuirá com sua parte, porque o Brasil quer ver um Amapá forte e ligado à França, ligado à Guiana, para prosperar, para crescer e para desenvolver⁴.

Portanto, o projeto compreendia responsabilidades tanto francesas quanto brasileiras na elaboração das despesas e ações a serem realizadas posteriormente. Importante ressaltar que tais discursos, após anunciados, revelaram-se muito mais complexos sobre as perspectivas dos dois países, haja vista que envolviam dois grandes agrupamentos: a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Desse modo, recorda-se, frente a esse cenário de dimensões arrojadas, o discurso do presidente francês Jacques Chirac, o qual demonstrava as proposições francesas, pontuando que:

A consolidação dos laços franco-brasileiros devem se inscrever no movimento de integração regional que caracteriza o nosso tempo. A União Europeia e o MERCOSUL desenham novos espaços de paz, solidariedade e prosperidade. A França e a Europa acolheram, com esperança e confiança, o nascimento e o desenvolvimento desse conjunto de quase 250 milhões de pessoas que você e os seus três vizinhos também constituem e que daqui a pouco poderá crescer⁵.

Nesses termos, os discursos oficiais⁶ sobre a ponte traziam novo estímulo não somente das relações entre França e Brasil, impulsionadas à primeira vista ao nível local ou regional, mas também ampliam-se nas articulações com as projeções dos dois grandes blocos no cenário internacional, que os fortaleceria, colocando-as no panorama do estabelecimento e surgimento dos novos *players*, como ajustes sobre a nova ordem mundial.

A pretensão do lado brasileiro era que a ligação do Brasil à Guiana Francesa fosse realizada até o ano 2000, fato que se concretizaria via ponte, por meio da união física, do eixo norte com o eixo sul da América do Sul. Nesse sentido, essa conjunção entre as duas nações

⁴ Discurso na cerimônia de assinatura de atos. Macapá, 25 de novembro de 1997.

⁵ Discurso de Jacques Chirac, presidente da República, sobre as relações franco-brasileiras, a cooperação comercial, cultural entre os dois países e o relacionamento entre Europa e América Latina. Paris, 28 de maio de 1996. (Tradução nossa)

⁶ Para a realização da pesquisa documental foram coletados e analisados inúmeros discursos dos chefes de Estado brasileiros e franceses, bem como vários outros documentos referentes à temática.

em foco possibilitaria a estratégia de uma infraestrutura concreta que uniria os países da América do Sul através da construção de rodovias, pontes, portos.

Também traria à tona outras relações atinentes à geopolítica brasileira para a região de fronteira. Isso porque, historicamente, são consideradas áreas de segurança nacional, servindo de barreira na relação com países vizinhos; contudo, simultaneamente, teriam papel peculiar na expansão interna do próprio território brasileiro, em um período marcado por transformações frente aos desafios e possibilidades ocasionados pelo movimento da globalização.

1.3 A FRONTEIRA E OS PROJETOS GOVERNAMENTAIS

O espaço fronteiro influenciou na formulação de numerosos projetos dos governos brasileiros para essa área. Nesse sentido, destaca-se a proposição clássica de ligar o território brasileiro do Oiapoque ao Chuí, como emoldurado por projetos anteriores, lembrados aqui sinteticamente, com destaque para o antigo Plano de Integração Nacional (PIN).

Na década de 1970, o conceito de planejamento fora baseado em eixos de desenvolvimento, efetivado por meio da construção de numerosas rodovias de longa distância, a exemplo da Transamazônica e Perimetral Norte (KOHLHEPP, 2002). Para esse autor, a malha viária serviria de roteiros de imigração para a Amazônia, rumo ao estabelecimento de áreas de atividades econômicas na forma dos chamados “corredores de desenvolvimento”, que objetivavam de forma ditatorial a deslocação de determinados excedentes populacionais, realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No entanto, o modelo resultou em grande impacto negativo ambiental e deslocou uma parte mínima do total de um milhão de colonos, como planejado inicialmente.

Também relacionada ao desenvolvimento da região, de forma verticalizada ocorreu uma segunda fase, na qual podem ser destacados os Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, o Polamazônia no boom do milagre econômico brasileiro, implementado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Nessa fase, as estratégias de planejamento regional na Amazônia foram concentradas no conceito de polos de crescimento, no total de quinze (15), ligados por eixos de integração, baseados em pontos focais e setoriais separados. Os exemplos dessa estratégia são a extração de recursos minerais e as áreas de criação de gado, (cf. KOHLHEPP, 2002). E, nesse processo, destaca-se a exploração de jazidas de minérios como: manganês e cassiterita no

Amapá e em outros estados da Amazônia, fato que atraiu a presença de investidores nacionais e internacionais e desencadou problemáticas relacionadas ao garimpo, como o contrabando.

Em relação a esse cenário de exploração da Amazônia, convém a observação de Miyamoto (2010, p. 10) segundo o qual a “Amazônia passou a ser ocupada de forma mais intensa. Grandes empresas estrangeiras com o controle de extensas áreas passaram a fazer parte do cotidiano”. Percebemos, assim, naquele momento, o problema da falta de controle do Estado (nacional, estadual, local) sobre seu próprio espaço geográfico.

Essas políticas indiscriminadas de ocupação do território amazônico geraram denúncias sobre devastação, causadora de grandes impactos como: queimadas; derrubadas incessante das florestas; extração de madeiras nobres; capazes de afetar as populações florestais. De acordo com Miyamoto (2010), muitas dessas populações estavam entrando em contato pela primeira vez com os novos conquistadores.

Outro projeto governamental viabilizado na região Amazônica foi o Calha Norte, durante o governo dos militares. Esse projeto dizia respeito à manutenção da soberania nacional nas áreas fronteiriças e preconizava o desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, sob o controle do Ministério da Defesa.

O principal objetivo do projeto era preencher o vazio demográfico da fronteira norte amazônica, a qual totalizava seis mil e quinhentos (6.500 Km) quilômetros de extensão, envolvendo setenta (70) municípios. Em termos percentuais, essa região de fronteira representa quatorze por cento (14%) do território brasileiro, e vinte e quatro por cento (24%) do território amazônico brasileiro (IBGE, 2013). Ressalta-se que nesse espaço vivia um número expressivo de povos indígenas.

Segundo Andersen (2008, p. 9):

O Projeto Calha Norte foi justificado, ainda em função de uma possível internacionalização da Amazônia, garantindo a soberania brasileira sobre a região. Numa época em que as taxas de desmatamento da floresta aumentaram consideravelmente, resultado dos programas de colonização, levantando protestos internacionais. Para sua implantação, foram alegados vários motivos, como o contrabando de minerais e de drogas, e de razões ideológicas como a instabilidade política dos países vizinhos e suas guerrilhas nas regiões de fronteira.

O projeto, então, mobilizou grande contingente de militares ao norte da fronteira do Brasil, para a instalação de bases militares junto aos respectivos vizinhos, ou seja, ao norte da América do Sul em áreas fronteiriças com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia como parte da política externa em defesa da soberania brasileira.

Nessa mesma dimensão as ações entrelaçavam-se às perspectivas pensadas no âmbito interno e externo do país. A política externa brasileira no momento do regime militar, segundo diversas análises sobre esse assunto, recuou o discurso da política externa independente, que vinha sendo exposto pelo Itamaraty anteriormente a esse regime. Tal discurso tinha como fundamento as diretrizes básicas da universalização e autonomia da inserção internacional do Brasil (ALTEMANI, 2005).

Dessa maneira, os efeitos dessa mudança será a iniciação ao novo regime que se transformou para uma política de alinhamento à política externa estadunidense (CERVO; BUENO, 1992), a qual esteve permeada de questões ideológicas, influenciando a política externa brasileira no contexto da Guerra fria, unindo questões de segurança ao desenvolvimento nacional que refletiram na faixa de fronteira, notadamente visível na Amazônia. Essa concepção de segurança nacional persistiria até o final da década de 80.

Todavia, passado os governos militares, a função ideológica “integrar para não entregar” foi significativamente revista pelos governos democráticos, com o processo de redemocratização do Brasil. A partir de então, buscou-se estabelecer vias mais diplomáticas para as relações nas áreas de fronteira, o que contribuiu para a superação do aspecto puramente de vigilância, como difundido por longos anos no regime militar.

Percebe-se, portanto, que os projetos acima mencionados, em consonância à política externa brasileira adotada nesse período, demonstraram que cada um ao seu modo revelaria as pretensões dos governos de “integrar” a região Amazônica ao território espacial brasileiro, mas sem perder de vista as relações com os vizinhos internacionais que poderiam orbitar nas perspectivas brasileiras de uma potência hegemônica regional.

1.4 O CONTEXTO CONTEMPORÂNEO E A COOPERAÇÃO FRONTEIRIÇA

Diante do contexto contemporâneo e da perspectiva da cooperação fronteiriça, houve necessidade, nesta pesquisa, de situar relações entre Brasil e adjacências em áreas fronteiriças na Amazônia. De acordo com Becker (2005, p. 78):

A respeito da integração da Amazônia sul-americana, trata-se de uma nova escala para pensar e agir na Amazônia. Esse dado é importante por múltiplas razões. Primeiro porque a união dos países fortaleceu o MERCOSUL e, de certa maneira, bem como contribuiu para construir um contraponto nas relações com a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e com a própria União Europeia. Em segundo lugar, para ter uma presença coletiva e uma estratégia comum no cenário internacional, fortalecendo a voz da América do Sul. Em terceiro lugar, porque é

fundamental para estabelecer projetos conjuntos quanto ao aproveitamento da biodiversidade e da água, inclusive nas áreas que já possuem equipamento territorial e intercâmbio, como é o caso das cidades gêmeas localizadas em pontos das fronteiras políticas.

No bojo dessa aspiração, esperava-se conectar o eixo norte ou arco-norte por meio das Guianas Francesa, Holandesa, Inglesa e Espanhola (Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela) ligando-as ao eixo sul, até Buenos Aires. Com isso seriam ultrapassados anos de isolamento dos países vizinhos da Amazônia Internacional.

Desse modo, frente a esse contexto e rumo às possibilidades concretas de integração, no dia cinco (05) de abril do ano de 2001, em Brasília, foi celebrado o “Acordo que tinha como finalidade a concretização do Projeto de Construção de uma Ponte Internacional sobre o rio Oiapoque, unindo o estado do Amapá e a Guiana Francesa”⁷. Esse movimento de passar do plano das intenções para a concretização da ação ocorreu após quatro anos, da assinatura do Acordo-Quadro que beneficiou a fronteira nessa nova dimensão.

O ato solene incluiu a criação de uma Comissão Bilateral, composta por representantes de ambos os governos. Essa comissão tinha como tarefa gerenciar as determinações dos dois países sobre o projeto, na realização de estudos, coleta de dados, elaboração de contratos internacionais e licitações para a obra.

Diante das projeções, haveria concretamente a ligação física de um país europeu a um país da América do Sul. Isso porque, segundo o Departamento Nacional de Trânsito - DNIT (2009, p. 89) a localização e inserção geográfica encontrariam-se “a partir da ligação Macapá-Caiena, através da ponte sobre o Rio Oiapoque, com 378 metros de extensão”. Ademais, permitiria a continuidade às rodovias BR-156 no Brasil e a RN2 na Guiana Francesa.

Desses encontros das autoridades brasileiras e francesas para estabelecer acordos, Lionel Jospin (1997-2002), Primeiro Ministro da França, em viagem oficial a Brasília, para assinar o acordo relativo à construção da ponte, rememorou as relações entre Brasil e França, a cooperação entre União Europeia e MERCOSUL. Nesse contexto, efervesciam as negociações para a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a não assinatura dos EUA no protocolo de Kyoto sobre as emissões de gases poluentes.

Por outro lado, naquele mesmo ano (2001), Christian Paul (2000-2002), então secretário de Estado Ultramar, expressou a cooperação regional a partir da Guiana com Suriname e Brasil, esclarecendo que:

⁷ Decreto Nº 4.373, de 12 de setembro de 2002, Projeto de Construção de uma ponte sobre o Rio Oiapoque, celebrado em Brasília, em 5 de abril de 2001.

Desejava vir para Saint-Georges de l'Oyapock para destacar quanto este município e este lugar são o símbolo da cooperação que está se desenvolvendo entre a Guiana e o Brasil. De fato, juntos, Saint-Georges e Oiapoque, constituem o ponto de encontro econômico, físico e humano entre dois mundos: aquele da União Europeia e do MERCOSUL⁸.

Dessa forma, desenvolvia-se o diálogo entre ambos os lados, em vista do início das obras da ponte e a conseqüentemente abertura das rodovias RN2, que ligaria Macapá à Caiena. Marcava-se, assim, uma nova dinâmica para as relações na fronteira, em que o isolamento ao qual as cidades-gêmeas (Oiapoque e Saint Georges de l'Oyapock) *ut supra* estavam condicionadas foi sendo modificado a partir da década de 1990, com um novo cenário em construção (SILVA, 2008).

Contudo, cinco meses após aquele ato solene do acordo, ocorreriam os ataques do dia 11 de setembro de 2001 nos EUA, e, na conjuntura internacional, os temas e agendas ficariam mais densos. Assim, ao longo do discurso de Fernando Henrique Cardoso, na primeira vez em que um presidente brasileiro se dirigia à Assembleia Nacional Francesa, FHC tratou primeiramente das ondas dos atentados sucedidos naquele ano, enfatizando que “o Brasil sob sua direção se opõe tenazmente às ideias do choque de civilizações, de um lado o Ocidente judaico-cristão e de outra a civilização mulçumana”⁹.

Dessa maneira, naquela ocasião, prevaleceu o discurso de apaziguamento e gerenciamento da crise internacional, guerra e terrorismo, sublinhando rapidamente a associação entre MERCOSUL e União Europeia pressionada pela França, em vista da ALCA cada vez mais próxima dos flertes brasileiros.

Assim, o debate da construção da ponte tornou-se quase nulo durante esse período, devido a diversos fatores conjunturais, como, por exemplo: o gerenciamento da crise econômica e política, em 2001 e 2002, e a crise política da Venezuela. Somado a isso, deve ser levado em consideração à questão das eleições presidenciais na França e no Brasil, em 2002. Esse conjunto de fatos caracterizou a complexa densidade de diferentes temas e agendas daquele momento histórico.

Dessa forma, a temática da construção da ponte esteve presente, com maior ou menor intensidade, durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Tal

⁸ Discurso de Christian Paul, secretário de estado ao ultramar, sobre a cooperação regional a partir da Guiana, as relações da Guiana com o Suriname e o Brasil visando o desenvolvimento local, Saint Georges de l'Oyapock, Guiana Francesa, 16 de junho de 2001. (Tradução nossa)

⁹ Discurso de Fernando Henrique Cardoso em sessão solene na Assembléia Nacional da República Francesa. Paris, 30 de Outubro de 2001.

presença pode ser notada tanto nas articulações com a União Europeia, na aproximação com o MERCOSUL, quanto nas discussões no âmbito da integração regional, como a exemplo da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), lançada pelo Brasil em agosto de 2000, aos doze (12) países da América do Sul.

A IIRSA objetivou a implantação na região de uma infraestrutura nos mais variados âmbitos, a exemplo do: transporte, comunicação e energia, preparando a base para a aproximação nas perspectivas da integração comercial e social para com os países envolvidos na iniciativa (COUTO, 2006).

De acordo com Vigevani et al (2003, p. 39):

O presidente Fernando Henrique Cardoso teve como eixo central na política externa brasileira, mantido nos oito anos de governo, o fortalecimento do MERCOSUL e, sobretudo no segundo mandato, as relações com a América do Sul. Nos temas da agenda que se mantiveram presentes, o fortalecimento da capacidade negociadora do país com o pressuposto da consolidação do MERCOSUL, com objetivo de efetivar maior integração sul-americana; o acordo de livre comércio com a União Européia; a integração hemisférica; e a negociação da ALCA. Esses temas tiveram maior ou menor destaque, ainda que a importância de cada tema fosse profundamente distinta, a ação brasileira deu-se em inúmeros cenários, demonstrando uma perspectiva multifacetada.

No ano de 2002, foi eleito, no contexto brasileiro, o presidente Lula da Silva, que seguiria aprofundando a mesma linha político-diplomática, na perspectiva de inserção internacional do Brasil. Segundo Vigevani e Cepaluni (2007, p. 318), o presidente Lula “logo após a vitória nas urnas em 2002, ressaltou a importância estratégica do MERCOSUL para o seu governo, que poderia constituir uma espécie de base material, para a união política da América do Sul”. Os autores reforçam que:

De acordo com a tradição da política brasileira, também considerava a Europa um parceiro importante, agindo para fortalecer o papel político compensatório a ser desempenhado por países europeus em ações de longo prazo, enfraquecedoras do unilateralismo dos Estados Unidos. Essa política foi claramente evidenciada na crise do Iraque de 2003, quando as posições francesa e alemã foram vistas com simpatia e estimuladas (VIGEVAANI; CEPALUNI, 2007, p. 320).

Diante dos fatos, é possível afirmar que se manteve certa continuidade das perspectivas dos dois presidentes em relação ao eixo sul do continente. Isso porque se manteve o objetivo de estabelecer a aproximação hemisférica, que tinha como meta dinamizar o seu principal agrupamento, o MERCOSUL, como plataforma da integração sul-americana, englobando os países vizinhos, como emoldurado por meio de numerosos projetos e aproximações, e os países presentes no continente, como a França.

1.5 A CONCRETIZAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO OIAPOQUE

A ponte concretizou-se no mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, ao ultrapassar o campo das proposições dispostas no Acordo, para de fato ser construída. Ressalta-se que, em sua primeira gestão, no ano de 2003, em sua pioneira visita oficial a Paris, o chefe de Estado brasileiro afirmou que tinha como projeto sobre a sua política externa a criação do novo paradigma da combinação da estabilidade financeira, com crescimento econômico e justiça social, o qual tentou dar continuidade ao longo de seus dois mandatos (2003-2006) e (2007-2010).

Destacam-se, então, discursos e falas que mobilizaram as relações entre Brasil e França, de forma especial no que se refere ao prosseguimento de acordos firmados anteriormente. O chefe de Estado brasileiro assegurava que existia concordância da população brasileira e da francesa de aperfeiçoar as relações, seja no campo cultural, econômico, político, como se vê no trecho abaixo:

Eu estou convencido de que nesses quatro anos de mandato, que eu tenho no Brasil, vamos fazer um esforço descomunal para que a gente possa transformar essa relação sentimental histórica, que temos com a França em uma relação política mais ousada, em uma relação comercial, mais ousada e uma relação cultural ainda mais ousada. O Brasil tem o que oferecer para a França. Nós não somos apenas exportadores de soja, nós somos competitivos em outra área. A França tem o que nos oferecer. O que precisa é que os encontros entre o governo brasileiro e o governo francês não se dêem de quando em quando, mas, sistematicamente, estabeleçamos reuniões entre as mais diferentes áreas do governo para que a gente possa, definitivamente, aprimorar a nossa relação ¹⁰.

Já no encontro em 2003, com o presidente francês Jacques Chirac (1995-2007), ambos destacaram o relacionamento entre os dois países. Recordaram, assim, o reforço entre União Europeia e MERCOSUL, mas também a crítica à ALCA, que poderia vir a ser implementada na América.

Naquela ocasião, após discutirem outros temas, a ponte finalmente retornou ao debate. Satisfeito com o acordo, o presidente Lula da Silva (2003-2010), ao receber o sinal positivo do contrato da ponte, do presidente francês, disse: “que esperava fazer uma reunião em cima da ponte, após dois anos, e que na hora em que fosse inaugurada a França faria parte da América do Sul” ¹¹.

¹⁰ Entrevista coletiva concedida pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da França, Jacques Chirac. Paris, 28 de janeiro de 2003.

¹¹ *Idem*.

Esse trecho do discurso demonstrou uma perspectiva importante dessas relações, em que a França mesmo que conectada por um território como a Guiana Francesa na América do Sul, jamais se reconheceu como país sul-americano. Um dos fatores para essa falta de reconhecimento encontrava-se em seu próprio isolamento geográfico, que contribuiu fortemente para distanciar esse território ao longo de séculos.

Do mesmo modo, essa visão também era compartilhada pelos nossos países vizinhos, tais como: Suriname e Guiana, que, ao longo dos anos, enxergavam o distanciamento com certa desconfiança, tendo em vista a falta de diálogo a respeito da interação por parte da Guiana Francesa.

Mas a aproximação da construção de novas relações pautadas na cooperação se torna nítida, quando foi sublinhada pelo presidente Lula da Silva (2003-2010), ao dizer que “a Guiana Francesa, poderia vir a fazer parte da América do Sul, ou até mesmo, participante do MERCOSUL”¹².

A despeito do convite, importa destacar a inclusão e participação da França como membro observador em diversos organismos situados no continente americano, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Além de, mais recentemente, participa da Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA), demonstrando gestos concretos de aproximação com os organismos da América.

Essa mesma lógica de aproximação e cooperação pode ser destacada na exposição do Secretário de Estado das Relações Exteriores da França Renaud Muselier (2002-2005), que, em sua viagem ao Brasil, em participação do colóquio, que tinha como título: “*Europe – Amérique Latine: vers un nouveau partenariat*”¹³, ressaltou aproximações entre os dois agrupamentos, União Europeia e MERCOSUL. Expôs também diversos acordos; datas; e fatos políticos como o diálogo de San José, em 1984, com os países da América Central; o diálogo político com o Grupo do Rio, surgido em 1990, e o Acordo-Quadro de 1996, que permitiria a cooperação transfronteiriça via construção da ponte.

Em seu discurso, o secretário afirmou que: “De fato, a França é da América: a sua bandeira balança neste continente, nas Antilhas e na Guiana. Nossa maior fronteira terrestre não se encontra na Europa: é aquela que separa a Guiana francesa do Brasil”¹⁴.

¹² Entrevista coletiva concedida pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da França, Jacques Chirac. Paris, 28 de janeiro de 2003.

¹³ Declaração de Renaud Muselier, secretário de Estado das relações exteriores, sobre a parceria entre a União Europeia e a América Latina e sobre as relações entre a França e o Brasil. São Paulo, 2 de junho de 2003.

¹⁴ Entrevista conjunta de Dominique Galouzeau de Villepin, ministro das relações exteriores e Celso Amorim, ministro das relações exteriores do Brasil, sobre as relações franco-brasileiras, as relações entre União Europeia

Dessa forma, percebe-se que a interação especialmente com o Brasil estava incluída nas falas, nos discursos, além de que, os temas estavam relacionados às questões transfronteiriças, tais como: comércio, promoção de direitos humanos, dentre outros, com objetivo de desenvolvimento da região.

Nesse contexto, é válido destacar a presença da Comissão Geral Franco-Brasileira que teve papel peculiar, de levar adiante a concretização da ponte. O grupo era formado pelos ministros das relações exteriores e por outras autoridades de ambos os governos, e tinha como objetivo analisar os progressos nas relações bilaterais e estabelecer novas prioridades.

A comissão abordava diversas questões em suas reuniões e objetivava avaliar os projetos da cooperação transfronteiriça na Amazônia. E, na ocasião da terceira reunião da Comissão Geral Franco-Brasileira, Dominique G. Villepin (2002-2003) e Celso Amorim (2002-2010), em Paris, defenderam o propósito da cooperação na Amazônia, que não estaria ligada apenas à questão da ponte, mas ao compromisso de ambos os presidentes, com relação ao tema da biodiversidade.

Neste aspecto, ambos os lados concordavam em desenvolver uma cooperação regular no campo do meio ambiente, aprofundando o intercâmbio na área de recursos hídricos, parques nacionais, florestas.

Para Becker (2006) países como a França, historicamente, veem a Amazônia internacional como uma região a ser preservada para a sobrevivência do planeta. Segundo a autora, coexistem, nessa visão, diversos significados, que perpassam tanto interesses ambientalistas legítimos, como também, interesses econômicos e geopolíticos expressos, respectivamente, em um processo de mercantilização da natureza e de apropriação do poder de decisão dos Estados sobre o uso do território.

Nesse contexto, a ponte tornar-se-ia um mecanismo das políticas externas de ambos os países, na consolidação de seus interesses no ambiente internacional. Os laços de cooperação, portanto, não se limitavam unicamente aos temas referentes à Amazônia e à fronteira, mas se expandiam para temáticas mais amplas no cenário global.

Os temas globais foram demonstrados no encontro entre os presidentes Jacques Chirac e Lula da Silva, em Genebra, na Suíça no ano de 2005, durante a reunião na Organização das Nações Unidas - ONU, principalmente nas iniciativas contra a pobreza e a fome no mundo. O fato contribuiu para esclarecer pontos preconizados como pilares presentes

e América Latina e sobre o projeto da ponte sobre Oiapoque entre Brasil e Guiana. Paris, 7 de julho de 2003. (Tradução nossa)

na política externa do governo Lula: o desenvolvimento econômico e a justiça social, com alusão principalmente dos oito objetivos do milênio lançados pela Organização, mas que continha e revelava outros aspectos.

Dentre esses aspectos pode-se destacar: a ajuda aos países em desenvolvimento, especialmente os da África, o desenvolvimento de parcerias estratégicas, o combate às enfermidades como AIDS, questões relacionadas à Organização Mundial do Comércio (OMC) e subsídios agrícolas, abertura de mercados nos países desenvolvidos, democratização do conselho de segurança da ONU e apoio ao Brasil como membro permanente no conselho de segurança, participação em missões de paz da ONU, combate ao terrorismo; negociações de associação entre MERCOSUL e União Europeia.

Além desses encontros entre os dois presidentes na ONU, rememora-se que o ano de 2005 seria marcado, nas relações de Brasil e França, pela ida do presidente Lula da Silva a este país e pela assinatura relativa à construção da ponte¹⁵ dando prosseguindo ao primeiro acordo estabelecido pelo projeto em 2001.

Destaca-se que o presidente Lula fora convidado para estar presente no ano do Brasil na França. Na ocasião, estava acompanhado de seus ministros, secretários de governos, empresários, e com o então governador do Amapá Antônio Waldez Góes da Silva (2003-2010), a quem, fizera referência durante a entrevista conjunta dos dois chefes de estados.

Naquele momento, completados dois anos do plano das intenções de construção, o presidente Lula, afirmou que “não existia necessidade de visitar a Guiana Francesa e o Amapá para fazer uma pedra fundamental, mas deveria começar a fazer a obra de verdade”¹⁶. Colocada na primeira parte da entrevista, a fala demonstrava a disposição brasileira em levar adiante o projeto, que teve sua importância abrandada ao longo dos anos.

O presidente Jacques Chirac, por seu turno, agradeceu os esforços brasileiros em apoiar a França como participante observadora na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), nascido em 1998, a OTCA surgiu a partir do Tratado de Cooperação Amazônico (TCA) destacando a incorporação da Guiana Francesa no ambiente dos países que participam dessa porção da Amazônia.

¹⁵ Decreto n.º 6.250 de 6 de novembro de 2007, acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Francesa, relativo à construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Oiapoque ligando a Guiana Francesa e o estado do Amapá, celebrado em Paris, em 15 de julho de 2005, e sua emenda de 21 de outubro de 2005.

¹⁶ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de Estado à França, por ocasião da Data Nacional Francesa. Paris em 15 de Julho de 2005.

Naquela ocasião, do lado brasileiro estava presente o governador do Amapá, e o representante do território francês, François Baroin ministro ultramarino (2005-2007), responsável pelos territórios da Guiana Francesa, Martinica e Guadalupe. Baroin foi encarregado pelo presidente Jacques Chirac de anunciar a mensagem sobre as relações de Brasil e França, dois dias antes da visita do presidente Lula da Silva, na Universidade de Sorbonne. Em seu discurso, o ministro ultramarino enfatizou que:

A cooperação é também uma questão de proximidade. Graças a nossa fronteira em comum, a dimensão americana da França é um elemento essencial da nossa relação com o Brasil. Neste contexto, o estabelecimento de uma ponte no rio Oyapock para permitir a ligação rodoviária Cayenne-Macapa é uma prioridade para nossos respectivos governos. Ainda mais que uma realização prática, é um grande símbolo de união entre a Europa e as Américas ¹⁷.

Dez meses após o encontro entre os presidentes Jacques Chirac e Lula em Paris, na França, o chefe de Estado francês desembarcou no Brasil e discursou diante do Congresso Nacional brasileiro, lembrando os dez anos da sua visita, quando em 1996, propunha unidade entre União Europeia e América Latina.

No conjunto, os líderes saudaram a aprovação pelo congresso brasileiro do acordo relativo à construção de uma ponte rodoviária sobre o rio Oiapoque. Igualmente saudaram o parecer favorável do Conselho de Estado da França, apresentado, em 10 de maio, ao Conselho de Ministros Francês, do projeto de lei que autorizava a aprovação pelo parlamento da França.

Os presidentes destacaram especial relevância à cooperação transfronteiriça em diversos aspectos, dentre os quais o social, econômico e comercial. Particularmente o presidente brasileiro, registrou “satisfação com o anúncio da decisão do governo da França de suprimir a exigência de vistos para passaportes diplomáticos e de serviços brasileiros para o acesso ao território da Guiana Francesa” ¹⁸.

Assim, os dois representantes de ambos os Estados seguiram anunciando o reforço, principalmente na cooperação bilateral (política, econômica e cultural), no estabelecimento de parcerias estratégicas, enaltecimento de valores e princípios como o multilateralismo, direito internacional, não proliferação de armas e uma vaga permanente no conselho de segurança (aspiração brasileira).

¹⁷ Declaração de François Baroin, ministro ultramarino, sobre as relações Franco-Brasileiras. Paris, 13 de julho 2005. (Tradução nossa)

¹⁸ Visita de Estado ao Brasil do presidente da República Francesa – Declaração conjunta. Brasília, 25 de maio de 2006.

Aquele foi o último encontro oficial dos presidentes Jacques Chirac e Lula da Silva, pois, no ano seguinte, ocorreu a eleição presidencial na França, fato mobilizador dos esforços internos do país, como acontecera no Brasil, na transição de Fernando Henrique Cardoso e Lula no Brasil. Esse processo acarretou diminuição das ações. Mas, se por um lado, o Executivo francês estava tomado pelas perspectivas das eleições, o Legislativo francês, por outro, aprovaria o acordo de construção da ponte sobre o rio Oiapoque, dando continuidade às discussões e às obras.

Eleito em 2007, na França, Nicolas Sarkozy (2007-2012), candidato pelo mesmo partido de Jacques Chirac, a *Union pour un Mouvement Populaire* (UMP), adotou politicamente as mesmas perspectivas de defesa de princípios, valores e ações defendidas anteriormente.

Nesse mesmo ano, também entra em vigor o acordo de construção da ponte. No referido documento, definem-se, desde então, os pressupostos do acordo, como: sua área de operação, gerenciamentos da obra, direito fundiário, meio ambiente, estudos da ponte, convocação das empresas até o estabelecimento da sua principal comissão.

Assim, a Comissão Intergovernamental foi substituída pela Comissão Bilateral Franco-brasileira, instituída pelo acordo relativo ao projeto de construção, de 2001. Sua missão foi mantida e ampliada, com composição dos diferentes órgãos de cada país, como ministérios e secretarias.

Como dito há pouco, a eleição na França elegeu o presidente Nicolas Sarkozy o qual, em seu primeiro mandato, enfrentou um grande desafio, a crise econômica mundial, que se desenvolveu e afetou os sistemas financeiros em 2008. Advém desse fato, a necessidade de França e Brasil dinamizarem suas relações e minimizarem os efeitos daquele momento que poderia tirar seus objetivos de rota.

Em tal contexto, a ponte constituiu-se, portanto, como elo da aliança dos dois países, que aprofundaram nova dinâmica, nas relações pós-Jacques Chirac. Assim, o primeiro encontro dos presidentes ocorreu na Guiana Francesa, na cidade de Saint-Georges de l'Oyapock, próximo à cidade-gêmea fronteira do Oiapoque, no lado brasileiro.

Naquela circunstância, os chefes de Estado demonstraram proposições e convergências sobre diversos assuntos, mas o foco principal concentrou-se nas perspectivas da ponte. Ambos exprimiriam o desejo de iniciar as obras, naquele ano, para que fosse entregue e inaugurada em 2010, tornando-se um símbolo da proximidade entre Brasil e França.

O estabelecimento da comissão intergovernamental, criada a partir do acordo, tinha como objetivo, pontuar as vias de acesso que ligariam as duas principais cidades, a mobilidade por via aérea entre Guiana Francesa e Brasil, o aprendizado de línguas e a cooperação educacional entre as universidades da região. Ademais, comissão deveria tratar ainda de questões como o ecoturismo nos parques da Guiana Francesa e do Brasil e a proposta de criação de um Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas sobre a biodiversidade na cidade do Oiapoque.

Outro aspecto presente na atuação da denominada Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França (CMT) estabelecida com o objetivo de harmonizar as relações de Amapá e Guiana Francesa, possibilitando o contínuo diálogo em ambas as localidades, nas áreas: social, econômica, comercial, ambiental e consular. Também integra o rol de responsabilidades da CMT tratar de questões relacionadas à proteção ao meio-ambiente, à luta contra o garimpo e o combate à pescaria ilegal em ambos os territórios.

Durante entrevista coletiva dos presidentes Lula e Nicolas Sarkozy, diversos jornalistas propuseram questões sobre a ponte que ligaria o Brasil à França. Dentre as perguntas, questionaram se a obra iria mudar a realidade da região, como o caso da passagem de pessoas em ambos os territórios ou a abertura econômica brasileira, que poderia inundar a economia guianense. Como resposta, ambos os chefes de Estado confirmaram a necessidade de mudança do acordo para avaliar essas questões, como migrações, comércio e outras.

O presidente Lula lembrou que, em 2009, seria o ano da França no Brasil, como ocorreu em 2005, na França, com o Brasil homenageado, e o chefe de Estado estivera presente. Dessa vez, o Brasil convidava o presidente francês para estar presente no ano da França no país, bem como nas comemorações da semana da pátria.

Assim sendo, no mesmo ano (2008), em dezembro, no Rio de Janeiro, os presidentes se encontraram novamente para assinatura de diversos atos, na cooperação de defesa, bem como na produção de helicópteros; construção de submarinos convencionais; e, também de propulsão nuclear e negociações sobre caças franceses.

Todas essas perspectivas estão presentes e interligadas no discurso do presidente brasileiro, quando colocou na interface os atos, a Amazônia, os recursos brasileiros. De acordo com Lula:

Brasil e França, juntos se transformam em uma força econômica importante, que o conhecimento tecnológico do Brasil vai fazer com que este possa tomar conta melhor da sua Amazônia, fazer com que o Brasil possa tomar conta do nosso

petróleo, que está em águas profundas, a mais de 300 quilômetros da costa marítima e nós queremos transforma em uma grande nação ¹⁹.

Válido ressaltar que, um ano antes, o Brasil havia descoberto as reservas de pré-sal anunciadas pela Petrobrás, com estimativas de 80 bilhões de barris de petróleo, o que poderia transformar o Brasil em grande nação exportadora desse combustível fóssil. Este fato que levou o Brasil, a ser convidado em organizações como a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

A Amazônia, nesse contexto, também seria aliada à projeção internacional do Brasil, mas remetia-se à necessidade de afirmação da defesa e proteção dos seus recursos, como reserva dos grandes minérios, maior banco biogenético do mundo e maior reserva de água doce do planeta terra.

Conforme combinado, em 2009, em sua segunda visita, ao Brasil, o presidente francês esteve como convidado de honra nas cerimônias do sete (07) de setembro. Na oportunidade, acompanhou desfiles das tropas brasileiras; e a saudação do esquadrão da força aérea francesa, que deixava no ar listas de fumaça azul, branca e vermelha, referentes às cores da bandeira francesa.

O presidente Nicolas Sarkozy estava acompanhado de sua delegação formada pelo ministro das Relações Exteriores, da Defesa, do Comércio Exterior, entre outros. Durante o discurso dos presidentes, foi reafirmado inicialmente o plano de ação da parceria, estratégica bilateral, a partir de 2008, a avaliação de sua implementação, desde sua última visita ao Brasil e os novos direcionamentos a partir daquele momento. Outro assunto de grande especulação era as negociações dos caças aéreos e da cooperação dos acordos na área de defesa.

Desse modo, de maneira geral, ambos os presidentes expressaram a “satisfação pelo início efetivo dos trabalhos de construção da ponte sobre o rio Oiapoque, com vistas a inauguração no final de 2010” ²⁰. Pois em abril, daquele ano a comissão intergovernamental, selecionou o consórcio brasileiro Egesa – EGSA/CMT, junto ao órgão executor da obra, o DNIT, para a construção da estrutura física da ponte.

Assim, coube à comissão intergovernamental, durante aqueles meses que precederam ao encontro dos presidentes Lula e Nicolas Sarkozy, definir e avaliar os pontos do projeto, como a parte ambiental, técnica, econômica e tantos outros aspectos.

¹⁹ Declaração do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, seguida de conferência de imprensa durante cerimônia de assinaturas de atos. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2008.

²⁰ Visita ao Brasil do presidente da França, Nicolas Sarkozy – Declaração conjunta. Brasília, 6 e 7 de setembro de 2009.

O contrato da licitação foi entre o DNIT e EGESA/CMT, com orçamento inicial em torno de R\$ 55 milhões de reais²¹ e uma projeção de término em 16 meses. Válido relembrar que todos os custos referentes à construção da ponte foram divididos entre ambos os países. Na fotografia a seguir uma imagem da ponte binacional, para que se ilustre, dentre outros aspectos, a ligação entre os dois países em foco.



Fotografia 1 - A Ponte Binacional. Fonte: Do Autor.

A ponte construída segundo o Departamento Nacional de Trânsito - DNIT (2009 p. 89) além de unir o Oiapoque e Saint-Georges, “permitiria o tráfego desde Macapá até Caiena, capital da Guiana Francesa, (pela RN-2, de Saint-Georges a Caiena) e, na continuação, até Saint-Laurent-du-Maroni, na fronteira Oeste da Guiana Francesa com o Suriname (pela RN-1)”.

Diante disso, naquele período, as expectativas eram de que as obras começassem ainda em 2009. Porém fatores como as escavações arqueológicas, revelaram vestígios de períodos históricos e pré-coloniais das populações antigas nas mediações da ponte, o que posteriormente atrasaram o começo as obras, cujo início deu-se somente em 2010.

Nesse ano (2010), o Presidente Nicolas Sarkozy, em sua quarta viagem a Caiena, destacou as enormes potencialidades da Guiana, mas também suas debilidades principalmente em temas como migração, mineração e pesca ilegal. Para Sarkozy a ponte traria um desafio maior em relação a todas essas questões e os guianenses também iriam decidir quem

²¹ Ofício n.º 328/2009/SE/MT – do Ministério dos Transportes e Secretária Executiva, referente à divulgação pela comissão intergovernamental do resultado da proposta referentes à Conferência Internacional n.º 654/2008-00 para a execução dos serviços de construção da ponte sobre o rio Oiapoque, ligando Brasil (Oiapoque) e Guiana Francesa (Saint Georges). Brasília, 30 de abril de 2009.

entraria em seu território, visto que o empreendimento em questão, segundo o presidente, afetaria profundamente a região, marcando também o fim dos seus anos de isolamento no continente sul-americano.

Conforme Castro e Porto (2007, p. 53):

No âmbito de interação local, as implicações da ponte são de outra ordem: a Guiana Francesa aparece como destino de vários clandestinos brasileiros, e a possibilidade de intensificação destes fluxos ilegais preocupa as autoridades. Este departamento ultramarino francês oferece as vantagens e a estabilidade adquiridas não só através de um sistema avançado de assistência social, mas também da associação a uma França com sólidas bases econômicas e a uma Europa com moeda forte: os benefícios sociais resultantes atraem milhares de jovens brasileiros com a esperança de um futuro melhor. Os comerciantes brasileiros da área de fronteira também se regozijam, vislumbrando a possibilidade do aumento do comércio com o vizinho, a preços vantajosos e recebimento em Euros.

As previsões dos presidentes Lula e Nicolas Sarkozy eram que a conclusão da ponte fosse até o final de 2010 e a respectiva inauguração até o começo de 2011, já que, ao mesmo tempo, em 2010, seria o último ano, do segundo mandato do presidente Lula.

Com efeito, as obras terminaram somente em 2011, ano em que Lula já não ocupava mais o cargo. Mesmo diante disso, Lula cumpriria sua agenda no Amapá, onde se lembrou das ações conjuntas com o governo francês, referindo-se à ponte internacional que se encontrava em execução naquele momento. O ex-chefe de estado brasileiro aproveitou para explanar os investimentos e as obras que estavam ligadas à ponte, como, por exemplo, a pavimentação da BR156/AP e outros projetos relacionados ao seu Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Considerando o marco temporal estabelecido, esses foram os últimos momentos dos presidentes, nos quais fizeram referências diretas a cooperação bilateral com destaque para esse empreendimento. A obra seria finalizada no ano seguinte, mais precisamente em junho de 2011. Naquele ano, o Brasil estava sob o governo de Dilma Rousseff (2011-2014), que foi eleita para suceder o presidente Lula, sendo posteriormente reeleita (2015-2018).

Desse modo, considerando os tópicos discutidos neste capítulo, destaca-se que as obras da ponte foram concluídas em 2011, mas ela se mantém fechada, e a inauguração está sem data prevista. Isto porque ocorreu a requisição de assinaturas de acordos bilaterais sobre exigências legais, essenciais para ajustamento de ambas as partes e posterior abertura da faixa de fronteira, aguardada com sentimento de ansiedade por muitas pessoas e de desconfiança por outras.

2 NO EXTREMO NORTE DA AMÉRICA DO SUL: O AMAPÁ E A GUIANA FRANCESA

Neste capítulo, são retomadas questões relativas ao Amapá e à Guiana Francesa no contexto regional, o interior das duas realidades locais, aproximações e distanciamentos, pertinentes à dinâmica da construção da ponte sobre o rio Oiapoque.

Destaca-se que, ao longo das últimas décadas, esses espaços geográficos revelaram um conjunto de oportunidades diante dos novos interesses fronteiriços. Todavia, por muito tempo, esses territórios estiveram isolados geopoliticamente dos centros de decisões de seus países.

2.1 O AMAPÁ NA LINHA DO EQUADOR

O Amapá, no início de 1990 tornou-se relevante nos discursos de Brasil e França, quando se tratava a cooperação transfronteiriça, como se destaca nos encontros, entrevistas e diálogos no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso até o de Lula da Silva. A cooperação transfronteiriça, viabilizada pelo processo de dinamização do território amapaense firmou-se através de numerosos acordos, planejamento e execução de projetos, em direção à intensificação das relações bilaterais, com destaque para as duas localidades amazônicas.

O papel da fronteira, para esses presidentes, tornou-se um espaço de oportunidades na busca de incluir uma nova dinâmica, que teve como objetivos a aproximação e superação de dificuldades comuns, com reflexos nas respectivas unidades locais.

Martins (2008, p. 96) rememora a viagem oficial do governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, a Caiena, novembro de 1995, em que “depois de décadas de relativa indiferença essa viagem caracteriza-se como a primeira iniciativa em direção a negociações para estabelecer laços de cooperação com a Guiana Francesa”.

No ano seguinte, em 1996, o governador foi a Portugal, França e Alemanha com vistas a promover as potencialidades do Amapá. Na ocasião, o gestor estadual procurou sensibilizar as autoridades francesas da relevância de promover a cooperação fronteiriça Amapá/Guiana Francesa.

Esses fatos demarcaram iniciativas de mobilização, de promoção pela ascensão do Estado do Amapá e a construção de iniciativas de inserção internacional, por meio da representação governamental, aproximação que atendeu à formulação de novas concepções de desenvolvimento interno em virtude das pressões externas. Além disso, passou pela

movimentação no campo político, econômico, social, militar, tecnológico, ambiental, educacional, com criação de bases para o aprofundamento nas respectivas áreas de interação.



Figura 1 - Mapa do Amapá. Fonte: Google Maps (2015).

O Estado do Amapá está situado na região amazônica, no norte do Brasil, mas precisamente, na confluência da margem esquerda do canal norte do rio Amazonas com o oceano Atlântico. Possui uma área de 143.432 km².

A maior parte desse território se situa no hemisfério norte, na parte oriental da Amazônia, fazendo fronteira com o estado do Pará e com os territórios da Guiana Francesa e do Suriname. De acordo com as últimas estimativas de 2014, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, o Amapá possui 750.912 habitantes, com significativa preservação da sua área verde, cerca de 97% do seu território e grande diversidade de ecossistemas.

O Amapá foi elevado à condição de Estado em 1988, abarcando dezesseis (16) municípios que compõem a sua mesorregião. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – o colocava na décima segunda colocação (12º) no ano de 2013, com 0.708. Na economia, predomina o setor de serviços e comércio, mas também há atividades extrativistas vegetais e minerais que correspondem a uma grande parte da economia local.

Macapá, capital do estado, é a cidade mais populosa, com estimativa de 446.757 habitantes, que, junto com a cidade de Santana, concentram a maior parte do contingente populacional do estado. Devido ao fato de possuírem, juntas, a maior concentração

demográfica do estado, Macapá e Santana reúnem grande parte das decisões comerciais (local e internacional), tornando-se importantes nesse cenário.

O território do Amapá foi criado em 1943, mediante o decreto nº 581, com terras retiradas da jurisdição do Pará. Filho (2000) pondera que essa decisão atendia a uma antiga reivindicação das populações locais que em 1883, já buscavam o surgimento de uma província independente. A criação somente ocorreu em 1943, mesmo ano em que se descobriu manganês na região no vale do Amapari.

Nesse sentido, Filho (2000, p. 26) destaca que:

O Amapá tem sua base econômica no manganês, mas que o Estado também possui características extrativistas, beneficiando castanha do Pará, madeira e, em menor escala, a borracha. Além de que, conserva atividade agrícola voltada para a cultura de subsistência, com a comercialização de produtos como arroz, mandioca, milho e pimenta do reino. Contudo, um passo dado na ruptura dessa economia extrativista foi realizado por meio da execução de dois projetos agroindustriais, o Projeto Jari (plantio de arroz e madeira) e o Amapá Florestal e Celulose S.A (cultivo de pinus tropicais). Mas um dos maiores obstáculos à industrialização no referido estado está relacionada à carência existente no sistema de geração de energia.

Desse modo, para que se possa compreender esse território e suas respectivas localidades nas relações internacionais, faz-se necessário entender sua anatomia interna, relacionando-a tanto às perspectivas brasileiras quanto internacionais de desenvolvimento.

2.2 O AMAPÁ E AS OPORTUNIDADES ESTRATÉGICAS

Na cidade de Santana, atualmente, encontra-se o principal porto do Amapá, o Porto de Santana. Esta infraestrutura teve sua ampliação e modernização nos últimos anos, prometendo dinamizar ainda mais a região, em vista das perspectivas das intensificações econômicas no Amapá, com os próprios vizinhos estaduais, nacionais e internacionais.

Silva (2008, p.127) pontua que a construção do porto permitiu “conexão estratégica com portos de outros continentes, além da proximidade com as Américas Central e do Norte, bem como com a União Europeia, acabou por servir de entrada e saída da região Amazônica”. Diante disso, o porto de Santana, semelhantemente a outros na Amazônia legal, como os portos do Pará (Porto de Belém, Porto de Vila do Conde, Porto de Santarém) e os portos do Amazonas (Porto de Manaus), de Roraima (de Porto Velho) e do Maranhão (Porto do Itaqui), participam de uma rede que poderá vir ser estratégica para esses Estados no contexto brasileiro e internacional.

Esses portos, incluindo nesse cenário o porto do estado do Amapá, possibilitam maior extensão das “oportunidades estratégicas” como esclarecem Castro e Porto (2007, p. 53). Os autores pontuam igualmente que:

Apesar do Amapá se encontrar em situação de relativo isolamento dentro do Brasil, não sendo conectado com outras unidades da federação por rodovias, a dinâmica fluvial local, com destaque para o porto de Santana, abre perspectivas de integração não somente na esfera regional, mas mesmo em uma maior amplitude. Com capacidade de receber embarcações de grande calado, o porto de Santana articula uma rede de transportes e comunicação, por meio de vias fluviais ou de conexão com a malha rodoviária, a partir de Belém, oferecendo ainda à Guiana novas opções de abastecimento interno ou escoamento de mercadorias por via marítima.

Destaca-se que essa questão do estabelecimento da infraestrutura, não se restringe ao âmbito local, e se apresenta como ponto relevante no debate e redirecionamento do escoamento do fluxo de mercadorias do eixo Sul ao eixo Norte do Brasil, ocasionado pela saturação, como a exemplo do porto de Santos, sendo que projetos políticos são esquematizados na busca de solução em direção a outras regiões, capazes de tornar o transporte mais simplificado e competitivo no país.

Nessa perspectiva, a região Norte está envolvida, mais do que nunca, nessa configuração. Mas precisamente a Amazônia e o estado do Amapá, que se encontra em um eixo extremamente facilitador para essas futuras probabilidades em direção ao Hemisfério Norte, como no caso do Porto de Santana ou de outros projetos, a exemplo da ponte binacional sobre o rio Oiapoque, a qual poderá ser destaque nas relações econômicas, como conjecturado, ao longo das últimas décadas.

Conforme enuncia Porto (2010, p. 146):

No período pós-1970, esta região já se encontrava conectada com as demais regiões brasileiras pelas rodovias, como também à inserção do capital internacional na sua industrialização - Zona Franca de Manaus, Complexo Industrial do Jari ou na exploração de minerais - Mineradora Indústria e Comércio de Minérios S.A - ICOMI, em Serra do Navio-AP; Mineração Rio do Norte, em Oriximiná-PA; Caulim da Amazônia, em Vitória do Jari-AP; Companhia Vale do Rio Doce, em Carajás-PA.

Portanto, a região Norte torna-se conhecida pela instalação de “megaprojetos” após a década de 1980, denominada como uma *fronteira de commodities* (LOUREIRO, 2009) conectada ao cenário internacional, cada vez mais estratégica, competitiva diante da sua biodiversidade.

O estado do Amapá foi o primeiro lugar onde ocorreu a exploração mineral na Amazônia, no município de Serra do Navio. O manganês extraído dessa área era direcionado ao porto de Santana, que teve suas atividades de exploração iniciadas em 1957 e concluídas em 1997, antes mesmo do encerramento da autorização de exploração para cinquenta (50) anos, que fora concedida à Indústria Comércio de Minérios (ICOMI), do grupo Bethlehem Steel de origem estadunidense, a qual instalou ferrovias com capacidade de transportar até 900.000 toneladas do mineral.

Ressalta-se que a referida empresa foi autuada pela não preocupação ambiental e pela falta de conversão de melhorias sociais, fazendo com que, depois de finalizadas suas atividades, partes dos seus bens e imóveis voltassem à União. Diante de tal fato, mesmo com o esgotamento do manganês, o estado do Amapá possui outros importantes recursos naturais, como minério de ferro, diamante, cassiterita e ouro, que o colocam numa posição privilegiada e na rota de exploração e, também, de exportação desses recursos.

No que tange à malha viária, destaca-se a construção das estradas que foram projetadas durante o Regime Militar para atender a perspectiva de integração nacional, advinda desde os anos de 1970. Nota-se, nesse período, a elaboração do Plano de Integração Nacional (PIN), com projeção via rodovia BR-210, conhecida como Perimetral Norte, que cortava grande parte dos estados amazônicos, saindo do Amapá, passando pelos estados do Pará, Amazonas e chegando a Roraima.

Julga-se importante enfatizar que essa rodovia teve sua obra planejada, iniciada, mas nunca foi concluída, uma vez que cruzava diversos territórios indígenas, e sua construção causou a morte de milhares de indígenas, fazendo, então, que o projeto fosse extinto.

A BR-210 faz parte do cenário das rodovias não concluídas no estado do Amapá, a qual segue de Macapá à Serra do Navio e termina dentro das terras indígenas Waiãpi. Sua construção foi suspensa em 1977, com cerca de 320 km de extensão. Tinha pretensão de ligar o Amapá ao Pará, o que possibilitaria saída terrestre rumo à Amazônia ocidental até a fronteira com a Colômbia. Oriundo desse projeto encontra-se pavimentado o trecho entre as cidades de Macapá e Pedra Branca; e de Pedra Branca até a Serra do Navio, a distância encontra-se em terra batida, sendo cerca de 102 quilômetros sem asfaltamento

Além das rodovias citadas anteriormente, há também a BR-156, que constitui cerca de 812 quilômetros de rodovia. Apesar de sua pavimentação ter iniciado em 1976, segundo a Secretaria de Estado de Transportes do Amapá (2013), ainda faltam aproximadamente 528 quilômetros de rodovia para serem pavimentados.

Dessa maneira, observa-se que nenhum outro projeto foi tão demorado como o da pavimentação das duas rodovias BR-210 e BR-156 que dura aproximadamente cerca de quarenta (40) anos. Convém observar que, nesta última rodovia, surgiram duas possibilidades de integração via terrestre: uma pelo trecho sul, a nível nacional, em direção ao Pará, que segue de Macapá a Laranjal do Jari (AP), e outra, a nível internacional, no trecho norte que segue de Macapá (AP) ao Oiapoque (AP) em direção a Guiana Francesa, por meio da ponte sobre o rio Oiapoque.

Essas questões sobre os projetos de integração foram rememoradas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 1997, durante a assinatura de atos em Macapá, depois da visita a Saint George de l'Oyapock. Na ocasião, FHC fez a seguinte declaração:

Assim como sei da importância da ligação do Jari, posso afirmar que, com a ênfase que dei, nesta manhã, tomando a decisão da ponte sobre o rio Oiapoque, com persistência da bancada do Amapá, nós teremos condições de chegar perto, como todos desejamos, da ligação do Brasil de norte a sul, através dessa travessia, que permitirá a integração viária do Amapá com o resto do Brasil²².

No trecho sul do Amapá, a intenção era ligar as duas principais capitais: Belém (PA) e Macapá (AP). Desse modo, esse trecho sairia de Laranjal do Jari (AP), interligando a cidade de Altamira (PA) pela rodovia estadual PA-415 que ainda teria que ser aberto, interligando Laranjal do Jari (AP) à BR-230, a famosa Transamazônica, abrindo, assim, uma saída terrestre ao espaço amapaense. No mapa abaixo, observam-se a BR-210 e a BR-156:

²² Discurso na cerimônia de assinatura de atos. Macapá, 25 de novembro de 1997.



Figura 2 - Mapa da BR-210 e BR-156 no Amapá. Imagem: Evora (2010)

Noutra perspectiva, a saída mais avançada para saída do território Amapaense, encontra-se direcionada pelo trecho norte da BR-156, em direção a Guiana Francesa. Trata-se da rodovia mencionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1997, ao contextualizar da “disposição comum de levar adiante, sobretudo, o elo material concreto de ligação com a França que é a continuação da estrada que nos une”²³ e a feitura de uma ponte [...]”²⁴.

O trecho em destaque “a continuação da estrada que nos une” fazia referência à pavimentação da BR-156, a qual atualmente segue em trechos de “terra batida” pela rodovia, em atoleiros e pontes remendadas. Conseqüentemente, tais condições dificultam o percurso do tráfego de automóveis e a duração da viagem daqueles que se dirigem de Macapá ao Oiapoque, ou vice-versa. Saliente-se o fato de que o tempo de viagem poderia ser reduzido se a BR-156 estivesse completamente pavimentada.

²³ Grifo nosso.

²⁴ Discurso em encontro com presidente Jacques Chirac, da França no Oiapoque, Amapá. Em 25 de Novembro de 1997.

Segundo Silva (2008, p. 157):

A rodovia BR-156, integrante do corredor da fronteira Norte tem por uma de suas finalidades interligar fisicamente o Brasil aos países vizinhos da região Norte (Guiana Francesa/França, Suriname e República da Guiana). Isso possibilitará, após sua plena pavimentação: i) a utilização do Porto de Santana (Amapá) por outros países, para intercâmbio comercial; ii) circulação estruturada entre a capital (Macapá) e a cidade da fronteira (Oiapoque); e a iii) redução de gargalos infraestruturais para melhoramento do trânsito de mercadorias e pessoas.

A rodovia BR-156, integrante do corredor da fronteira Norte, conforme a figura abaixo:

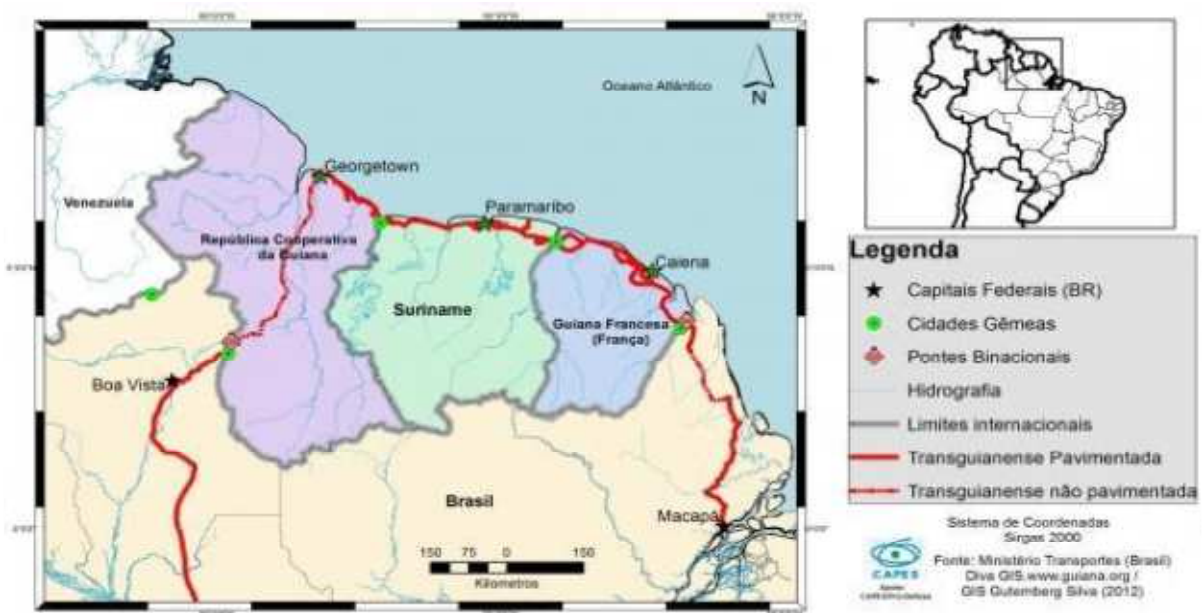


Figura 3. Mapa da Transguianense. Fonte: Silva (2008).

Assim, a rodovia BR-156, também chamada de Transguianense, dará acesso à ponte que liga o Brasil à Guiana Francesa, no município do Oiapoque. Essa rodovia participa de um projeto físico macro, que também está na perspectiva do Brasil e dos países sul-americanos, para a criação de uma infraestrutura local, também internacional, conforme as presunções da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a qual será abordada mais adiante.

Por conseguinte, o estado do Amapá tem buscado dinamizar as oportunidades estratégicas no eixo local, nacional e internacional ao longo dos anos, criando melhorias dos transportes, estradas, porto, ponte. Especialmente com relação à malha viária, a ponte tem papel peculiar no escoamento dos produtos de exploração natural dessa área, pois uma das

maiores barreiras atualmente é a limitação do fluxo de mercadorias e pessoas, possível somente por vias áreas e marítimas.

2.3 A GUIANA FRANCESA

A Guiana Francesa é um departamento ultramarino pertencente à República Francesa situada no continente americano, por razões sócio-históricas de colonização. Possui uma área de 83.534 km², estabelecendo divisa ao oeste com Suriname e a leste e sul com o Brasil. Com este último, possui cerca de 730 km de fronteira, sendo mundialmente a maior fronteira da França com um país na América. Constitui-se, assim, como um dos territórios além-mar da França em outros continentes, ligado ao Brasil pelo estado do Amapá.

De acordo com estimativa do Institut National de la Statistique et des Études Économiques – INSEE (2015) para o ano de 2014, a Guiana Francesa contabilizou uma população de 257.134 habitantes, estando 57.229 destes concentrados na capital Caiena, sendo a maior parte da população da Guiana Francesa situada no litoral. Grande parte são descendentes de africanos, europeus ou mesclados com europeus, asiáticos e africanos. A minoria é formada por indígenas e árabes.

A colonização francesa, nesse território, remonta ao período das grandes navegações e se estende aos dias atuais, já que continua a receber um contingente populacional advindo de países da América Central e América do Sul. Dado ao *status* que possui como território francês, participante da União Europeia, continua a atrair pessoas todos os anos, em busca de melhor qualidade de vida.

A Guiana Francesa tem como língua oficial o francês, mas também possui influência de diversas outras línguas não oficiais, advindas principalmente dos seus primeiros habitantes, os indígenas, que sempre estiveram presentes nesse território. Em menor intensidade, a língua oficial do país recebe influência do dialeto crioulo ou *créole*, em francês, que, por sua vez, apresenta elementos decorrentes do contato com as línguas portuguesas, ameríndias e africanas, das quais ainda são encontrados falantes nas proximidades da Guiana Francesa, como na Guiana Inglesa e Suriname.

Segundo Santos (2011, p.394), “a palavra *créole* vem do latim “creare” e, em francês, quer dizer “criar ou ser criado”. O termo inicialmente designava a novidade, um mundo novo e se dizia das pessoas nascidas no Novo Mundo”.

Destaca-se, ainda, o fato de a Guiana Francesa ser um dos doze departamentos ultramarinos da França no mundo, constituindo-se o único entre eles a possuir parte do território amazônico, tido hoje como importante, principalmente, pela questão de recursos naturais. Reconhecido como integrante da República francesa, no artigo 72 da Constituição desse país, a Guiana Francesa é definida nos seguintes termos:

Artigo 72 - 3 A República reconhece, no seio do povo francês, as populações ultramarinas, em um ideal comum de liberdade, de igualdade e de fraternidade. Guadalupe, Guiana, Martinica, Reunião, Mayotte, São Bartolomeu, Saint Martin, Saint Pierre e Miquelon, Ilhas Wallis e Futuna e as Polinésias Francesas são regidas pelo artigo 73 para os departamentos e as regiões ultramarinas, e para as coletividades territoriais criadas em conformidade com o último parágrafo do artigo 73 e pelo artigo 74 para as outras coletividades (CONSTITUIÇÃO FRANCESA, 1958).

Diante disso, os habitantes que nascem nesse território são possuidores da nacionalidade francesa e europeia. Assim, essa região também está inclusa em tratados da União Europeia, como o acordo de Amsterdam de 1997, que a reconhece como Região Ultraperiférica (RUP).

Conforme os artigos 72 e 73, a União Europeia reconhece as sete regiões ultramarinas, a saber: Guadalupe, Guiana, Martinica e Reunião (os quatro departamentos ultramarinos franceses), bem como Canárias (Espanha), Açores e Madeira (Portugal). Segundo a Legislação Europeia (2015):

As RUP caracterizam-se pela baixa densidade populacional e pelo afastamento do continente europeu, pela sua insularidade e superfície reduzida (à exceção da Guiana), por um relevo e clima adversos e por uma dependência econômica com um número reduzido de produtos (LEGISLAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA, 2015).

De acordo com a legislação da União Europeia, às RUPs possuem características peculiares, especialmente tendo em vista seu papel:

O artigo 349 do Tratado sobre o Funcionamento da UE (TFUE) permite aplicar às RUP medidas específicas e adaptadas, tendo em conta as características e limitações particulares destas regiões, respeitando os Tratados europeus (LEGISLAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA, 2015).

Esses marcos legais e regulatórios se constituem, dentre outros pilares fundamentais, nos quais se assenta o projeto de construção da União Europeia. Dessa forma, a Guiana Francesa proporcionada pela condição de região ultraperiférica da França/EU, adotou tais

medidas específicas em busca de favorecer seu desenvolvimento com a União Europeia e com seus vizinhos Suriname e Brasil.

Assim, a Guiana Francesa tem sua regulamentação político-institucional gerida segundo os princípios dos marcos legais franceses, como também se orienta pelas determinações regulatórias da União Europeia para regiões ultraperiféricas.

Mesmo estando vinculados a essas bases legais, os departamentos ultramarinos possuem certas peculiaridades, isto é, regras que favorecem a sua localidade, o seu território.

Souza (2010, p. 11) aponta que:

O projeto de desenvolvimento para a Guiana Francesa visava então à afirmação de uma economia baseada na tradição produtiva colonial integrada à modernidade de novos equipamentos. Desse modo, houve investimentos em comunicação, na rede de saneamento e de eletricidade e ao mesmo tempo criaram-se circuitos de crédito para a produção agropecuária, assim como o incentivo à mecanização da extração de minérios e uma política de desenvolvimento turístico.

Apesar de ter ocorrido um salto qualitativo frente a essas mudanças, nas condições de vida da população local, Mam Lam Fouck (2002, p. 110) indica que “essa tentativa de transformar rapidamente uma região historicamente empobrecida em um próspero departamento francês esbarrou na falta de novas atividades produtivas capazes de alavancar a economia local”.

Por conta disso, o desenvolvimento local passou por diversas modificações, tendo em vista que anteriormente, durante longos anos, a Guiana Francesa fora um território esquecido das formulações políticas francesas de ampliação interna deste espaço. Popularmente conhecida pelo lugar que abrigou a *ilha do diabo*, famosa na França metropolitana principalmente no século XIX ao XX, por ser a prisão a que o governo francês enviava seus presos políticos e inimigos até o ano de 1946, que depois ficou reconhecida internacionalmente pelo livro *Papillon* de Henri Charrière.

No entanto, a Guiana Francesa, a partir de 1960, buscou dar um salto qualitativo em relação ao passado distante. Para isso, passou a patrocinar a nova dinamização em seu espaço territorial, com desenvolvimento de uma economia local, por meio da implementação do comércio e da agricultura.

Essa política continuaria especialmente dependente da Metrópole com seus recursos e investimentos. Assim, houve tentativa do governo francês de novamente dinamizar através da construção do *Centre Spatial Guyanais* (CNES), que se tornou uma referência à cidade de Kourou, onde foi concentrada a principal base de lançamento de foguetes e satélites da

Agência Espacial Europeia (ESA), ponto estratégico em vista da aproximação da linha do equador.

A base de Kourou foi beneficiada pelo próprio contexto internacional em que se situava a França, Souza (2010, p. 11) explica que:

Com o fim da guerra da Argélia (1954-1962), a França precisava deslocar sua antiga base civil e militar de sua ex-possessão africana e, principalmente, encetar suas atividades espaciais. Por volta de 1964, o presidente Charles de Gaulle decide que a Guiana Francesa, por sua posição geográfica privilegiada, próximo do Equador e por ter uma densidade populacional reduzida, seria o local ideal para o novo centro espacial francês. Foi escolhida uma área de 300 quilômetros quadrados às proximidades da então vila de Kourou.

Construída no ano de 1964, a ESA instalou-se em Kourou na parceria com os países europeus. Sua localização e construção tornaram-se as mais importantes e estratégicas bases para o lançamento de satélites ao espaço. Integram esta base três grandes parceiros: a Agência Espacial Europeia (ESA), *Centre National d'Etudes Spatiales* (CNSE) e a Sociedade Arianespace (SA), com a participação de países da Europa: Rússia, Itália e Alemanha.

Atualmente, Kourou produz e desenvolve tecnologia de ponta. Nessa cidade são produzidos foguetes, satélites, além de combustível, gerando grande parte da economia local, que responde a 15% do Produto Interno Bruto da Guiana Francesa. Desse modo, as cidades se tornaram estratégicas em todo esse movimento em que se construíram essas relações, fatos que mostram anseios da diplomacia francesa e da metrópole, como forma de estabelecer uma ferramenta da inserção da própria França, incursionando sua presença na América do Sul.

Em relação a esse contexto, Souza (2010, p. 12) sublinha que “naquele momento, a construção do *Centre Spatial Guyanais* (CSG) impulsionou a economia urbana de Kourou e a Guiana Francesa como um dos centros mais dinâmicos da Amazônia”.

Em consequência, o autor destaca que o local tornou-se atrativo para estrangeiros devido à diversificação do mercado de trabalho. E, na década de 70, ocorreu diminuição da oferta de emprego, mas o fluxo migratório continuou crescer.

Granger (2008), por sua vez, aponta que a Guiana francesa é, portanto uma região europeia dentro da América do Sul: “porto espacial” da Europa com a presença do Centro espacial europeu em Kourou. Para esse autor, existe uma redistribuição de renda fazendo dos departamentos franceses da América os territórios mais ricos do Caribe, fato que aumenta o lado artificial da prosperidade guianense e a distância em relação ao padrão de vida com os

países vizinhos: custos, preços e salários são entre quatro e dez vezes superiores aos do Brasil e aos do Suriname.

Nessa mesma linha de raciocínio, a economia da Guiana Francesa encontra-se dependente da Metrópole, principalmente dos fluxos financeiros públicos do governo. Segundo relatório INSSE (2011) a Guiana Francesa cobre apenas 10% de suas importações por suas exportações. O funcionalismo público representa a maior parte, os serviços. O setor secundário de considerável presença na Guiana Francesa é a construção civil e o setor aeroespacial. Este último gera numerosos empregos diretos ou indiretos e representa um dos motores do crescimento guianense, ou seja, 16,2% do Produto Interno Bruto - PIB. Os recursos naturais presentes na região são citados para superação de desafios, onde os altos índices de desemprego constituem um real desafio, como, por exemplo, nessa região, cuja taxa de desemprego atingiu cerca de 21% no ano de 2010.

O relatório confirma que a Guiana Francesa mantém relação de dependência estrutural e econômica com a sua Metrópole. Por outro lado, a Guiana Francesa revela-se estratégica para a França em função de possuir numerosos recursos naturais.

Em síntese, a Guiana Francesa continua a manter-se para a França como reserva em potencial de recursos, mas também com capacidade para superação de seus problemas e via planejamentos, projetos a curto médio e longo prazo. Sinônimo de oportunidade, tanto interna como externa para com seus vizinhos sul-americanos, que podem contribuir para dinamizar o seu real desenvolvimento, bem como despertar outras questões internas, como a temática relacionada a movimentações independentistas internas, mas que raramente são divulgadas em meios de comunicação social na França ou mesmo no contexto sul-americano, questão abordada na seção a seguir.

2.4 DO PASSADO COLONIAL AO PRESENTE DEPARTAMENTAL

De acordo com o conjunto de dados aqui compilados, a Guiana Francesa demonstra interesse em estreitar as relações político-diplomáticas e econômicas com o continente americano. Tal interesse pode ser ressaltado, especialmente nos anos de 1990, no contexto dos projetos encetados pela globalização, fato concretizado por meio da cooperação de 1996, com o Brasil, quando o primeiro passo foi dado pelo Amapá.

A partir de suas fronteiras, a Guiana Francesa responde a demandas colocadas pelo momento histórico frente às profundas transformações em curso, em nível mundial. Isto, por

sua vez, significou também uma maior compreensão do seu espaço, de suas oportunidades e possibilidades de outras relações junto ao continente americano, uma vez que as áreas fronteiriças constituem ambientes, relativamente importantes, diante das repercussões que esses novos processos alcançam em termos de dimensões locais.

Dessa forma, presencia-se que essa abertura não fora somente consequência do cenário internacional pós-1990, mas principalmente da necessidade de encontrar novos horizontes, tendo em vista que grande parte dos recursos financeiros para subsidiar a Guiana Francesa são oriundos da França. Por isso, a solução, como pontuou Sarkozy em seu discurso, em Saint Georges de l'Oyapock, em 2011, “era que o desenvolvimento econômico desse território passa pela cooperação e abertura com o Brasil”²⁵.

Nesse sentido, a Guiana Francesa tem despertado movimentos emancipatórios ao longo de sua existência, por vezes, pouco divulgados e discutidos nas mídias da França.

Países como Venezuela, Guiana e Suriname foram colônias de Espanha, Inglaterra e Holanda, respectivamente. Juntas, essas ex-colônias formam com a Guiana Francesa o Escudo das Guianas, como se referem comumente os geógrafos para designar essa parte da crosta continental formada na América do Sul.

A Venezuela foi o primeiro país da América do Sul e da América Latina a proclamar sua independência, em 1811. Por sua vez, a Guiana Inglesa e o Suriname o fizeram bem mais tarde, devido, principalmente, ao caráter multiétnico e multicultural destes países, por possuir grande parte da sua população constituída por imigrantes. Desse modo, o Suriname somente a conquistou em 1975, sendo reconhecida pela Holanda no mesmo ano; já a Guiana Inglesa tornou-se independente da Inglaterra, em 1996, depois da segunda guerra mundial.

Portanto, observa-se que a América, no século XX, presenciou, tanto na Guiana Inglesa quanto no Suriname, movimentações independentistas internas, que lograram seus objetivos. Diferentemente dos dois últimos países latino-americanos acima citados, a Guiana Francesa foi o único território a não alcançar sua soberania e tornar-se independente das potências coloniais que detinham terras nesse espaço. O país permaneceu com o *status* de colônia até metade do século XX, sendo transformado em Departamento Ultramarino da França em 19 de março de 1946, quando foi incorporada ao território francês.

A exigência do fim da exceção colonial foi demandada pelo parlamentar, escritor e poeta Martinica Aimé Césaire, na época, relator junto ao também parlamentar Guianense

²⁵ Conferência de Imprensa conjunta dos presidentes francês e brasileiro, Nicolas Sarkozy e Lula. Saint Georges de l'Oyapock, 12 de fevereiro de 2008.

Gaston Monnerville. Destaca-se que essa reivindicação do fim da exceção colonial tornava a Guiana Francesa, Martinica e a Guadalupe, então localidades coloniais, à condição de Departamento Ultramarino como parte integral da França.

Assim, em 1950, mesmo com a departamentalização, houve algumas classes de trabalhadores guianenses, como professores crioulos guianenses e setores da esquerda, que notavam certos privilégios, atinentes a salários e benefícios, em relação aos professores advindos principalmente da França Metropolitana. Esse cenário desencadeou, na Guiana Francesa, uma série de protestos, sobre os quais Maurice assim se expressa:

A clivagem entre crioulos e professores metropolitanos [...] evidência mais uma vez um período durante o qual o passado colonial e o presente departamental se imbricam. Esta clivagem entre os dois grupos prejudica cada vez mais a coesão interna do corpo docente que produz um sentimento de injustiça dentro desses dois grupos (MAURICE, 2014, p. 12, tradução nossa).

O trecho acima reflete um pouco do cenário do Pós-Segunda Guerra Mundial e os processos de independência em vários países na América do Sul. Dentre eles, o Suriname e a Guiana Inglesa, que influenciou diretamente a Guiana Francesa.

Dessa feita, a Guiana Francesa, apesar de não desencadear maiores forças para uma concretude da independência real, acabou influenciando outros grupos a questionarem esses privilégios, ao contestar o próprio uso do território pela França metropolitana e sua respectiva descentralização. Em um desses grupos formados por professores, uma parte dele tornou-se parlamentar, surgindo, então, o partido socialista da Guiana, que defenderia essas reivindicações.

Tais movimentos, presentes ao longo da história, em diversas localidades do mundo, surgem em função de causas e questões políticas, econômicas, religiosas, sociais, raciais ou étnicas. Ao se sentirem esquecidas e desvalorizadas, as populações locais residentes nesses lugares buscam formas de superação desses fatores.

Atualmente, existem grupos de cunho independentista ou separatista, na Guiana Francesa, que acreditam nessa possibilidade como uma resposta aos questionamentos, reivindicações de abandono do território, privilégios e exploração que refletem o aspecto colonialista por vezes ali encontrado.

O partido independente da Guiana Francesa, ao surgir em 1990, deu novo vigor às pressões, fato que reflete a expressão de um grupo que vem se desenvolvendo, crescendo e ganhando espaço nesse país. Com isso, tem-se o surgimento do partido *Mouvement de Décolonisation et d'Émancipation Sociale (MDES)*, que nasceu em 1991, como um

movimento de esquerda que levanta com maior ênfase as propostas de emancipação social do território.

A partir destes movimentos, estão presentes os argumentos de que, do mesmo modo como acontecia antes da departamentalização do território, no contexto atual, privilégios ainda se repetem, pois, ainda que as pessoas tenham maior facilidade na ida para a metrópole, em virtude de estudo e trabalho, acreditam receber tratamento que as remete à condição de cidadãos de segunda categoria.

Contrariamente, os cidadãos da França metropolitana que fazem o percurso inverso de chegar à Guiana, para trabalhar em projetos, serviços de mineração, administração ou na base espacial de Kourou, recebem outro tratamento, demonstrado, especialmente, na discrepância salarial em relação ao grupo de indivíduos citados anteriormente. Por esse motivo, argumenta-se que os cidadãos da França metropolitana ao virem para a Guiana trabalhar são tratados como cidadãos de primeira categoria.

Diante disso, percebendo esse conjunto de movimentações, a França estabeleceu outra possibilidade para oferecer um retorno a esses questionamentos, situada na Lei de Orientação Ultramar em 2000. Segundo d’Hautefeuille (2009, p. 2):

A Lei de Orientação para o Ultramar (LOOM), em 2000, permitiu à Guiana um pouco mais de liberdade de decisão, especialmente em termos de cooperação internacional. A revisão constitucional de 28 de março de 2003 marca o reconhecimento oficial, pelo governo francês, destes desejos locais: graças a esta revisão é agora possível criar regimes diferenciados para as componentes do ultramar francês - artigo 74.

Assim, pode-se afirmar que a Guiana Francesa recebeu reconhecimento oficial para dinamizar seu próprio espaço, uma vez que essa determinação legal abarca a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, a qual concretizará objetivos oriundos das autoridades locais guianenses.

A ponte constitui a vontade e o símbolo do protagonismo das autoridades locais que identificam as possibilidades de agir localmente, impulsionadas pela pressão de setores principalmente econômicos e políticos que eram prejudicados pelo cerceamento geográfico. A partir do estabelecimento da LOOM, impõe-se na região uma agenda a fim de construir passos de redimensionamento do território francês, que ampliará sua posterior cooperação transfronteiriça com o Brasil nessa região, a partir da ponte.

Do mesmo modo, tal construção contribuirá para dinamizar diversos outros acordos com os países vizinhos, que se entrelaçaram nas perspectivas da França em relação ao

continente americano, especialmente ao Brasil. Isso se tornou possível graças à definição de marcos regulatórios que a Guiana Francesa passou a ter a partir da LOOM, datada do início do século XXI, principalmente para posicionar-se em relação ao continente, sem depender exclusivamente de Paris.

Para a Guiana Francesa, uma lei como a LOOM, era básica que objetivasse ao território a realização das decisões internas. Isso porque, anteriormente, tais decisões eram tomadas somente em Paris, nas quais orbitavam fragilmente os interesses da população ali residente.

Atrelada a essa questão, a França resgatou o debate em torno da Guiana Francesa, naquele momento, e promoveu um referendo sobre a abertura política, sendo o primeiro referendo realizado em 10 de janeiro, considerado o mais importante, e o segundo referendo, em 24 de janeiro, com resultados tidos como contraditórios.

Destaca-se que a realização dos dois referendos possibilitou maior abertura das decisões políticas do departamento Ultramarino para a Guiana Francesa, como também para a Martinica. E, na prática, ocorreu o estabelecimento de regras baseadas na realidade local, na adaptação dos poderes, na administração e criação de novas leis. Esse compromisso fora firmado pelo presidente Nicolas Sarkozy, em junho de 2009, durante sua visita às Antilhas.

Ressalta-se que o referendo chegou a esses dois territórios franceses, depois de um grande clima de tensão social. O desemprego local ultrapassava a taxa dos 20%; os salários estavam pelo menos 30% inferiores aos da metrópole; e os preços a 40% mais elevados. Naquele momento, esperava-se a diminuição desse clima de insatisfação e tensão, visto que, em um dos departamentos, segundo Santos (2010) em “Guadalupe, no ano de 2009, em março, uma greve geral de 44 dias acabou por desembarcar em motins, um sindicalista morreu e chegaram a ouvir as palavras autonomia e independência”.

Nesse contexto, os marcos legais franceses permitiram a essas localidades alguns avanços, em relação aos anseios da coletividade, tendo, então, atribuído uma tímida autonomia atinente aos próprios interesses da Guiana Francesa. Segundo Lalande (1999, p. 115), "Etimologicamente autonomia é a condição de uma pessoa ou de uma coletividade cultural, que determina ela mesma a lei à qual se submete". Desta feita, tal “condição” está determinada pela capacidade de agir livremente, elaborando as suas leis e concedendo o poder para realizá-las.

Convém esclarecer que essa autonomia não significou separatismo, como reivindicam alguns grupos e partidos emancipatórios.

Para Ottino (2004, p. 1145):

O termo separatismo remete à tendência de um grupo social ou nacional, englobado numa estrutura estatal mais ampla, separar-se, reivindicando sua completa independência política e econômica. Assim, o separatismo diferir-se-ia do autonomismo, que por sua vez pode constituir reivindicações de autonomias fundamentais como administrativas, linguísticas, religiosas e outras num âmbito de um Estado determinado.

O separatismo não estava em questão no referendo realizado e respaldado pela França, que concedeu maior legalidade às ações locais por meio do artigo 74. Demandado da Constituição Francesa (1958), no artigo 74, “determina que as comunidades ultramarinas registradas pelo presente artigo têm estatuto que considera os interesses próprios de cada uma na República”.

Essa base legal contribui para fortalecer a coletividade no território, uma vez que respaldou as questões relacionadas aos próprios interesses, rumo ao exercício da liberdade, respeitando as leis referentes aos marcos regulatórios da França. Essa lei encontra-se em vigor nas Polinésias Francesas e Saint Martin, que possuem instituições e domínios normativos especiais.

Desta feita, o desejo de busca pela independência na Guiana Francesa e outros departamentos ultramarinos da França ainda permanece, uma vez que essas localidades ainda não estão configuradas como regiões autônomas, subordinando-se às ações da metrópole, Paris. Não possuem, por exemplo, capacidade de ação em seus territórios, em um aspecto essencial como a economia local.

Para fins de esclarecimento, se a resposta ao referendo da Guiana Francesa fosse “sim”, afirmando a coletividade, a proposta seria levada ao parlamento para que fosse estabelecida essa nova coletividade. Porém, a votação do referendo sobre a autonomia da Guiana com o mesmo efeito para a autonomia da Martinica resultou numa ampla vitória do não, com 69,8% da população da Guiana e 78,9% da Martinica. A consulta popular foi realizada no dia 10 de janeiro de 2010 (EURONEWS, 2010).

Em discurso oficial sobre o fato dos eleitores se manifestarem de forma negativa, o então presidente Sarkozy ressaltou que essa escolha traduzia a vontade dos habitantes da Guiana e da Martinica de garantir a manutenção das estruturas administrativas e do objetivo de possuir perfil similar aos habitantes franceses.

No outro referendo, com a proposta de criar uma assembleia única ocorreu vitória larga do sim, para a manutenção do que é denominado de Conselho Regional e Conselho

Geral. Trata-se de um dispositivo que a população local esperava ser viabilizado até o ano de 2014, uma vez que poderiam finalmente ser aplicadas diversas regras no território da Guiana Francesa, sem conflitar com as regras sobre as questões de soberania.

Nesse sentido, como explica Requião (2012, p. 2):

A democracia *ad referendum*, demonstra os problemas deste modelo: questões altamente técnicas podem ser inapropriadas para o referendo, devido ao pouco conhecimento específico da população; e, existe a possibilidade de que haja manipulação da população pelas elites dominantes.

Vale salientar que os referendos sempre foram uma atitude aplicada comumente na história política francesa, inúmeras vezes para responder a alguns questionamentos e problemas dentro da sua própria estrutura política. São exemplos dessa prática a revolução francesa de 1789 e a fundação da Quinta República.

Em sua gestão, o general Charles de Gaulle, apontado como um dos chefes de Estado que mais utilizou a prática do referendo, intensificou-a no âmbito da política francesa. Ao ter convocado cinco referendos em sua gestão, o citado general desagradou, com isso, a Assembleia Nacional, tendo em vista o fato de essa ferramenta ser uma forma da concentração de poder utilizada quando o mandatário o bem desejar.

Por seu turno, o presidente Sarkozy tentou retomar essa prática, buscando prestígio tanto para seu próprio governo na França metropolitana, quanto para os departamentos Ultramarinos. Tal retomada deve-se aos desagradados em relação às políticas de participação e comunicação popular. Requião (2012, p. 2) expõe que:

Desde o fim do governo do general de Gaulle, apenas 11 (onze) referendos – sendo cinco nacionais – ocorreram, dos quais foram marcantes: a redução mandato presidencial de sete para cinco anos, em 2000, no Governo Chirac (1995-2007); a rejeição à unificação dos dois Conselhos Gerais dos departamentos que formam a Córsega²⁶, em 2003; e, a rejeição à ratificação de uma Constituição da União Europeia, em 2005.

Dessa maneira, a política francesa legitima o referendo, que está aberto por meio do “sim” ou “não”, sem necessariamente abrir um canal de comunicação para que pensem de fato sobre o assunto. No contexto do referendo para os departamentos ultramarinos propostos pelo presidente Nicolas Sarkozy, mostra-se, na prática, uma tentativa, não somente de dar uma resposta a vontades políticas das autoridades locais, como também se constituiu numa forma

²⁶ A Córsega é uma das regiões administrativas da França fora do seu território continental, dividida nos Departamentos da Alta Córsega e da Córsega do Sul.

de melhorar as baixas e de resgatar o seu mandato para um eventual segundo turno, em vista das críticas políticas e sociais do seu governo.

Requião (2012, p. 3) afirma que:

No governo (desde 2007) ocorreram três referendos, todos locais: para a departamentalização de Mayotte, em 2009, adotado; para a transformação da Guiana e da Martinica em Coletividade de Ultramar, em 2010, rejeitado; e, para a execução, por parte de Guiana e de Martinica de funções departamentais, também em 2010, adotado.

Nota-se, portanto, pouca representatividade destas últimas consultas para a população francesa como um todo, o que pode ser comprovado nos altos índices de abstenções nos pleitos (por volta de 41% no que decidiu sobre a nova condição de Mayotte).

A Guiana Francesa acabou não se tornando um território independente como alguns partidos internos objetivavam por meio de uma consulta popular. Para saber de fato quais os desejos desse território, tentou-se outra forma mais crível, a qual fora respondida nos referendos.

Todavia, grupos de intelectuais, principalmente ligados à esquerda latino-americana, defendem a independência desse território. Recentemente esses grupos assinaram um manifesto em favor desse processo. Com isso, faz-se necessário refletir a respeito dessas manifestações e sobre as ponderações que se entrelaçam e que foram expostas aqui ao longo do texto. Tal necessidade deve-se, sobretudo, ao fato dessas questões serem pouco discutidas em trabalhos sobre a Guiana Francesa e são quase desconhecidas pela população da França metropolitana e de outros lugares do mundo.

Por fim, vale ressaltar que essas temáticas, apesar de pouco debatidas, estão presentes na sociedade ultramarina e, sempre quando eclodem crises e tensões sociais, tais perspectivas retornam, rememorando indagações. E, nesses momentos de inquietações políticas nos departamentos ultramarinos, entra o governo francês tentando atenuar as reivindicações, para discutir possibilidades, mas sem perder seu papel.

3 OS TEMAS EM QUESTÃO NA FRONTEIRA

Brasil e França possuem uma fronteira em comum, unida pelos laços que começam pela extensão de área da porção amazônica que os dois países têm, ligados pelas cidades do Oiapoque e Saint Georges de l'Oyapock, na outra margem do rio.

Assim, essa interação historicamente sempre esteve presente nas duas localidades, amapaense e guianense. Ela, porém, assumiu maiores dimensões, no decênio de 1990, em um contexto de dimensão globalizada que exerce influência na política mundial, refletida localmente na nova ocupação do espaço amazônico e seus novos e velhos desafios, preocupações dos aspectos ambientais, biopirataria, o tráfico (drogas, humano, animais), comércio, turismo.

Essa influência do contexto globalizado pode determinar o modo como as nações desenvolvem suas metas nacionais, internacionais e como usam seu poder político, diplomático, inclusive para tratar de temas fronteiriços, como o que ocorre na fronteira entre Brasil e França, mediante a construção de uma ponte interligando os dois países.

Nesse cenário, porém, estão presentes diversos temas fronteiriços, tais como: migração; garimpo; segurança; meio-ambiente, os quais adquirem maior complexidade na medida em que se desenvolvem as respectivas relações. E essas mudanças pressionam os governos nacionais e locais a criarem mecanismos para gerenciar toda uma gama de temas complexos, que surgem e ressurgem frequentemente. São temáticas tanto sobre questões lícitas, como também ilícitas, que permeiam a faixa de fronteira e seus territórios.

Todas essas questões, de uma forma ou de outra, perpassam os acordos referentes à fronteira e, conseqüentemente, à ponte sobre o rio Oiapoque. De igual modo, elas crescem e ganham relevância nos fóruns e discussões da cooperação transfronteiriça entre os dois países.

3.1 MIGRAÇÃO

Inicialmente, vale destacar que todos os movimentos e projetos de mobilidade, antigos e atuais, provocaram dinamização no espaço amazônico, seja de um ponto de vista amapaense, seja de uma perspectiva guianense. Como visto ao longo do texto sobre a *Fronteira e os Projetos Governamentais*, numerosos planos foram sendo implantados na região e, por sua vez, desencadearam intenso fluxo migratório para o Amapá e suas respectivas áreas fronteiriças (OLIVEIRA; GUERRA, 2010).

Essa dinamização territorial ocorreu inicialmente, quando houve a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), em 1991. A ALCMS tinha como tarefa dinamizar e desenvolver a economia do Amapá, contribuindo para o livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial.

Em virtude dessa perspectiva de dinamização e incentivo ao desenvolvimento do Amapá, numerosos migrantes foram atraídos à capital; e, posteriormente, ao interior. Majoritariamente esses migrantes, segundo Pinto (2003, p. 3), eram “provenientes destes fluxos migratórios ao chegarem à cidade de Macapá, depararam-se com uma realidade totalmente diferente daquela que permeava seu imaginário social e que também eram difundidas pelos meios de comunicação”.

Ainda segundo o autor, nem todos os imigrantes conseguiam se estabelecer em Macapá, contrariando, com isso, a difundida ideia de oportunidades. Consequentemente, muitos migravam para outras partes do Amapá, como para o Oiapoque, atraídos pela fronteira com a Guiana Francesa, com marcante presença do dinheiro advindo dos garimpos.

Outro fator que impulsionou a migração refere-se ao fato de a rodovia BR-156, tomada como espinha dorsal do Amapá, ligar por malha viária este estado de norte a sul, intensificando, desse modo, o fluxo migratório para a cidade do Oiapoque (AP). A cidade tornou-se atrativa pela proximidade com a Guiana Francesa e pelas possíveis perspectivas econômicas de mudança de vida, pois diariamente, nesse município, chegavam e partiam diferentes pessoas, oriundas de diversos lugares.

Em decorrência desse contínuo fluxo migratório, a cidade do Oiapoque apresenta uma população flutuante, que acaba não sendo contabilizada pelas autoridades amapaenses. De acordo com Oliveira e Guerra (2010, p. 11), isso dá-se “em virtude da intensa migração dessas pessoas, que tem como objetivo trabalhar em cidades da Guiana Francesa ou nos garimpos, além de que existem guianenses que se dirigem à cidade diariamente”. Aqueles que atravessam a fronteira da Guiana Francesa para a cidade do Oiapoque buscam principalmente entretenimento e consumo de produtos brasileiros.

Essa movimentação de pessoas é notável, no município, por exemplo, no ramo da hotelaria, que é muito procurado, principalmente nos finais de semana, e quando ocorrem eventos promovidos pelo governo do município. No entanto, convém salientar que esse movimento de pessoas provém, em grande medida, da pretensão de se atravessar a fronteira, em virtude do estreitamento das relações transfronteiriças. Com relação a essa dinâmica migratória, Tostes (2007, p. 12) esclarece que:

A grande maioria das pessoas que chegam ao Oiapoque sem ter nenhum vínculo de parentesco na cidade, e muitas vezes sem nenhum recurso no bolso para sua manutenção básica, isso faz com que a prefeitura local sofra uma pressão muito intensa desta população flutuante existente no local, não há números precisos sobre quanto é o percentual. De cada 4 pessoas que chegam a Oiapoque, três têm a intenção de atravessar a fronteira em busca de uma vida melhor, o que muitas vezes resulta em sofrimento e deportação do território francês. E acabam se estabelecendo no município para esperar o melhor momento de voltar novamente.

Por sua vez, a Guiana Francesa tem recebido um grande contingente de estrangeiros que atravessam diariamente do Oiapoque a Saint George de l'Oyapock, esperando conseguir emprego nas cidades desse país ou trabalho nas áreas de garimpo. Ocorre, então, um constante processo migratório similar ao que acontece do lado brasileiro. Participam desse processo muitos brasileiros, advindos especialmente dos estados do Pará, Amapá, Maranhão, Minas Gerais, bem como pessoas de outros países da América Central, como Caribe, Venezuela, Colômbia, Guiana Inglesa, Suriname e, atualmente, do Haiti, devido a um intenso fluxo de haitianos que buscam melhorias na condição de vida.

Referindo-se a essa mobilidade de pessoas no território fronteiriço, os presidentes Lula e Nicolas Sarkozy²⁷, ao darem entrevista coletiva, em 2008, disseram que as estimativas apontavam em torno de 50 mil brasileiros vivendo no território vizinho, sendo que, desse total, conforme os dois presidentes, 20 mil encontram-se legalmente na Guiana Francesa (JÚNIOR, 2009).

Nessa ocasião, os dois chefes de Estado, em visita a Saint Georges de l'Oyapock, retomaram a questão. Assim, o presidente Lula concordou que não existia um número exato de migrantes brasileiros na Guiana Francesa, mas que o problema estava sendo discutido a fim de que os brasileiros adentrassem de forma legal na Guiana.

Essa discussão da imigração pode ser exemplificada, em um fato ocorrido, dias antes daquele encontro entre Lula e Sarkozy, um deputado do Amapá foi visitar a cidade de Saint George de l'Oyapock, levando um grupo de pessoas do Brasil para conhecer o lado da Guiana Francesa e atravessar a zona fronteiriça. Nessa visita, porém, o referido deputado com o grupo de pessoas acabaram sendo presos e expulsos pelas autoridades francesas, causando quase um incidente diplomático entre os dois países, semanas antes dos dois presidentes de Brasil e França se encontrarem.

²⁷ Entrevista coletiva concedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da França, Nicolas Sarkozy. Saint Georges de l'Oyapock, Guiana Francesa, 12 de fevereiro de 2008.

Atualmente, na área onde se encontra a cidade de Saint George de l'Oyapock, é permitida a entrada sem visto ou passaporte, mas ultrapassando os limites de dois quarteirões da orla, o visto se faz necessário. Anteriormente à construção da rodovia RN2, a cidade fronteiriça ligada ao Oiapoque recebia numerosos grupos de brasileiros que atravessavam para comprar produtos e se divertir na outra margem do rio. Isso era comum pelo fato de que as cidades-gêmeas Oiapoque e Saint George de l'Oyapock sempre tiveram essa relação de proximidade e fácil acesso, sem a atual burocracia. Porém, quando Saint Georges de l'Oyapock foi interligada à Caiena, com a conclusão da estrada nacional a RN2, em 2004, a fronteira passou a ser controlada fortemente (OLIVEIRA; GUERRA, 2010).

Em 2009, novamente os dois presidentes se encontraram em Brasília, e assinaram um memorando para tratar da circulação de pessoas entre os dois estados. Com isso, reforçaram o diálogo da cooperação migratória para combater a imigração irregular, em seus discursos os chefes de estados destacaram os aeroportos e, em especial, a fronteira comum.

Percebe-se, portanto, que aumentaram as preocupações com as fronteiras comuns dos dois países. Todavia, mais intensamente com relação à Guiana Francesa que, em princípio, continua sendo entrada de muitos migrantes nesse território. De modo geral, pelo menos no imaginário, esses migrantes vislumbram um salto de qualidade nos mais diversos aspectos, pois acreditam poder encontrar melhores oportunidades de emprego, mudanças de situação econômica e social, bem como conjecturam conseguir aspectos relacionados à qualidade de vida, seguro, saúde e educação.

Contrariamente ao imaginário dos imigrantes, os candidatos à imigração enfrentam sérias dificuldades para sua entrada e instalação no país-alvo, tais como: perseguições pela entrada ilegal, a desconfiança enfrentada em relação aos brasileiros que são visto, por vezes, como delinquentes e oportunistas. Esta visão ainda é muito presente no cotidiano guianense, mas tem havido mudanças dessa imagem com a presença do Brasil no cenário internacional.

3.2 GARIMPO

No tocante a essa questão, importa esclarecer que a cidade do Oiapoque mantém sua dinâmica econômica, em grande medida, impulsionada pela zona de fronteira, sendo favorecida por setores como o garimpo. Este, por sua vez, sustenta uma parte considerável das atividades econômicas da cidade, bem como dos brasileiros. Dessa maneira, Silva (2005, p. 281) afirma que:

As principais atividades que movimentam os negócios na cidade são o ouro originário dos garimpos e as transações comerciais com franceses. Na verdade, podemos dizer que estas são as atividades matrizes, das quais derivam grande parte do comércio e outras formas de negócios. São elas: 1- comércio de ouro e jóias; 2- comércio de máquinas e equipamentos para garimpo e outras atividades.

Assim, essa área de fronteira também constitui-se como uma rota do garimpo clandestino, na qual o ouro é advindo principalmente da Guiana Francesa. A atividade do garimpo desperta a esperança, em muitos brasileiros, de mudança de vida, mas essas expectativas se fazem e se desfazem na realidade vivenciada, uma vez que grande parte do ouro permanece, na maioria das vezes, nas mãos de pessoas inescrupulosas e não dos trabalhadores.

Nessa jornada rumo ao sonho de riqueza, caminhos e estradas são tomados mata adentro da floresta Amazônica, revelando os locais onde a garimpagem está presente na Guiana Francesa. Diariamente, coiotos chegam com inúmeras pessoas a esses locais, mas muitos são presos, tanto pela polícia brasileira, quanto pela polícia francesa.

Esses locais cobiçados pelo imaginário do ouro geralmente encontram-se distantes da visibilidade das autoridades francesas, como a polícia *Gendarmerie*. Além disso, os poços são perfurados de maneira discreta, a fim de não denunciar a atividade feita na ilegalidade, deixando buracos de destruição na floresta, os quais são vistos do alto pelos helicópteros que sobrevoam diariamente a floresta guianense.

De acordo com cálculos aproximados, existem mais de 10 mil garimpeiros na Guiana Francesa, espalhados por 520 garimpos clandestinos, aproximadamente. Essa prática, ao ser exercido na clandestinidade, é obviamente considerada ilegal nesse país, do mesmo modo que o é no Brasil (BEZERRA, 2014). Cerca de 90% dos garimpeiros da Guiana são brasileiros, mas também são oriundos do Suriname e países vizinhos. Esses dados não conseguem abarcar uma estimativa precisa, visto que o fluxo muda diariamente, constantemente. Mas também contribui para essa imprecisão o sigilo do governo francês, que não divulga oficialmente os dados, para não confrontar a opinião pública do próprio país, a qual sente o descontrole da situação, apesar do combate intensivo na região de fronteira.

Para além da atividade do garimpo, há outros crimes que estão presentes nesses espaços. No conjunto das práticas, existem crimes como: dano ao meio ambiente provocado pelo desmatamento; presença do mercúrio, que polui os rios, prejudicando, assim, a saúde das pessoas que utilizam a água do rio.

A organização não governamental *World Wildlife Fund* (WWF) estima que cerca de 30 toneladas de mercúrio sejam descartadas todos os anos no meio natural (BOURSCHEIT, 2013). Ademais, segundo a referida entidade, há outros problemas que atentam contra os direitos e a dignidade humana, em pleno século XXI, tais como: exploração sexual, principalmente de mulheres, que são obrigadas a permanecer nas áreas de garimpo, mesmo contra sua vontade; práticas de escravidão humana sobre homens e mulheres agenciadas por donos de garimpos; tráfico de drogas; de armas.

Essa questão do garimpo, do ouro, da riqueza perpassa, sobretudo, pelo aliciamento de pessoas jovens e adultas, que são atraídas pelo sonho, pela promessa de se tornarem ricos rapidamente. Contudo, na maioria dos casos, são vítimas de falsas propostas, que colocam em risco a própria vida humana. Às vezes essas pessoas pagam um preço muito alto, ou seja, com a própria vida. Para Silva (2005, p. 283):

Os locais de garimpagem constituem-se em empreendimentos que envolvem riscos e ações temerárias, que podem ou não oferecer garantias dos resultados. Dentro desses locais há uma relação social de trabalho bem definida e estruturada; em que o dono do garimpo além de deter os meios de produção, regula ainda a distribuição de alimentos, remédios, combustível e etc. A força de trabalho é composta por trabalhadores contratados para ganharem conforme a produtividade. Os riscos e esforços reunidos na empreitada por parte desses garimpeiros podem ser melhor compreendidos a partir de uma racionalidade utilitária que se materializa no lucro adquirido e, por conseguinte, reinvestidos na cidade do Oiapoque, que é responsável por promover a dinâmica comercial e social do município.

Em 2008, na primeira visita de Estado do presidente Sarkozy à Guiana Francesa, escolheu-se a aldeia de Camopi, para tratar sobre a atividade garimpeira na área fronteiriça. Essa aldeia, composta por cerca de 1.400 indígenas, é uma das áreas com maior atuação do garimpo, escolhida especialmente para tratar sobre esse assunto.

Na mesma semana em que os dois presidentes iriam encontrar-se na fronteira para apresentar o lançamento das obras da ponte sobre o rio Oiapoque, ocorreu o anúncio a respeito do acordo bilateral, “para unir esforços conjuntos no combate da exploração ilegal do Ouro, tendo como objetivo a negociação de um acordo bilateral sobre o assunto”²⁸. Esse momento revelou-se como um diferencial, uma vez que a corrida do ouro tomava corpo no mercado, enquanto reflexo oriundo da crise internacional de 2008, que contribuiu para aumentar consideravelmente os preços desse minério. Uma parte significativa da demanda do

²⁸ Declaração conjunta dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy. Saint Georges de l’Oyapock, 12 de fevereiro de 2008.

minério em foco seria para ser utilizada em grande escala pelo mercado asiático, por compradores substanciais, para a produção de joias.

Frente a esse contexto, o acordo bilateral dos dois presidentes foi levado ao congresso de ambos os países, prevendo o combate ao garimpo ilegal nas áreas de proteção ambiental ou de interesse patrimonial, com destaque para os dois parques nacionais da Guiana Francesa e Amapá. Além do mais, constavam no documento a apreensão e a destruição de bens, materiais e instrumentos que são utilizados no garimpo.

Os congressos foram, então, nessa ocasião, pressionados a darem respostas. Porém, o congresso brasileiro não ratificou o acordo em relação a esse tema. Por essa razão, o lado francês dispôs-se a realizar constantemente significativas críticas ao Brasil pela inércia, tanto em relação à decisão do congresso, como no que se refere à omissão das autoridades brasileiras a respeito do assunto.

Em 2011, as relações diplomáticas entre ambos os países estremeceram, por causa da questão do garimpo ilegal do ouro. Esse momento também coincidiu com a conclusão da construção da ponte sobre o rio Oiapoque. Rodolphe Alexandre, atual presidente regional do Conselho Regional da França, foi severo nas críticas em relação ao lado brasileiro, principalmente, no que tange às autoridades amapaenses, que não estariam contribuindo de alguma forma para solucionar a temática do garimpo ilegal.

De acordo com Rodolphe Alexandre, em entrevista ao RFI (2011), o “estado brasileiro do Amapá fazia vista grossa a propósito da origem de dezenas de toneladas de ouro que seriam vendidos ou exportados em seu território”. Advertiu igualmente, naquele momento, que poderia não participar da próxima reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França, caso o governador do Amapá, então Camilo Capiberibe, não explicasse ao congresso brasileiro os problemas que a Guiana Francesa enfrenta.

Nesse momento, em 2011, o acordo passava pela comissão de constitucionalidade, como afirmou a consulesa do país na Guiana, Ana Beltrame (RFI, 2011). Dessa maneira, após examinado pelas comissões competentes, o projeto teve finalmente sua aprovação em 2013, pelo Congresso Brasileiro, por meio do Projeto de Decreto Legislativo 1055/13.

Essa aprovação caracteriza-se, na realidade, como uma resposta ao momento de tensão na fronteira, tendo em vista o fato de dois policiais franceses terem morrido, em 2012, durante operação no garimpo. Tal incidente evidentemente resultou do conflito entre grupos rivais de garimpeiros, para posse de territórios, e o conseqüente aumento do número de garimpeiros clandestinos, presos nos últimos anos, na Guiana Francesa.

Por conseguinte, para as autoridades francesas e brasileiras, a solução passava antes pela aprovação do acordo, na cooperação conjunta entre os países Brasil, França e Suriname, atacando-se, por exemplo, o sistema fornecedor de abastecimento dos garimpos, na venda do ouro. Somadas a essa alternativa para a resolução do problema, há outras soluções que poderiam vir mediante a criação de patrulhas comuns terrestres e navais para as fronteiras, que seria ampla na vigilância, nesse sentido, não somente contra o garimpo, mas também na luta contra a violência e o tráfico nas fronteiras.

3.3 SEGURANÇA

Outro importante tema na relação fronteiriça entre Brasil e França diz respeito à segurança. Na contemporaneidade, trabalha-se com a perspectiva recorrente de modernizar as forças armadas brasileiras, com o apoio da França, mas distanciando-se da idéia clássica do poder militar (NYE; KEOHANE, 1989).

Ao longo da história, Brasil e França promoveram aproximações, com destaque para a participação do Brasil na segunda guerra mundial, aliado à França. Além desse fato, ocorreram outras interações mútuas entre os dois países, como, por exemplo: no treinamento de militares e de pilotos de aeronaves civil e militar, especialmente, na utilização dos Caças Mirage franceses, que foram utilizados desde 1973 pela Força Área Brasileira (FAB), até as recentes negociações entre os caças Raffalle; e, na produção de helicópteros de transporte do tipo EC-275, submarinos e equipamentos militares de origem francesa, presentes no Brasil até os dias atuais.

Com relação à fronteira amapaense, o Brasil esteve presente, desde os tempos coloniais, em Macapá, pois, nesse local, situava-se um dos maiores fortes do Brasil, a fortaleza de São José, o que demonstra a importância de um aspecto primordial em relação à segurança desse território, desde 1764. Nota-se, também, a preocupação do país com a segurança clássica nos anos dos governos militares, com destaque para o projeto Calha Norte, que levou um numeroso contingente de militares às fronteiras na Amazônia. Nesse período, houve mobilização de muitos militares ao norte da Calha do Rio Solimões e Amazonas, com objetivo de garantir a soberania do território brasileiro nessas áreas.

No entanto, mudanças em relação a segurança ocorreram com o processo de redemocratização do país, segundo Nascimento et al (2007, p. 38), “nas últimas décadas, amplia a concepção de segurança restrita a aspectos militares, e essa ampliação não limita,

mas inclui os aspectos social, ambiental, econômico, além da esfera militar e política”. Assim, a segurança passou a ser reconsiderada, também nas relações fronteiriças.

Essa nova concepção de segurança em relação às fronteiras favoreceu ações na região entre Amapá e Guiana Francesa. Por exemplo, o I Simpósio de Segurança Pública no Estado do Amapá e o VII Encontro Técnico do Programa de Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron), que ocorreram no mês de agosto de 2013, na cidade do Oiapoque.

O evento contou com a presença de autoridades brasileiras e francesas, sendo a temática da segurança fronteiriça uma das maiores preocupações apresentadas durante os debates. Com uma área superior a 700 quilômetros de fronteira, o Amapá e a Guiana Francesa discutem a segurança dessa área na perspectiva da cooperação mútua, enquanto questão fundamental na promoção das relações bilaterais, objetivando também atuar em operações para efetuar prisões de drogas, armas, munições; combater o tráfico de pessoas na região, o crime de exploração sexual infantil e de pessoas adultas; e reduzir os homicídios na fronteira.

Durante a programação do evento, realizaram-se palestras, discussões, debates, mesas-redondas, ministradas por especialistas nacionais sobre as peculiaridades das regiões de fronteiras e discussões de grupos de trabalhos, visitas técnicas e curso de capacitação. Essas atividades visavam gerar proposições e benefícios no combate aos problemas de segurança referentes à fronteira.

Ainda nesse contexto relativo à segurança, destaca-se a criação do Programa de Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron), pelo Ministério da Justiça brasileiro. Esse programa foi delineado com o propósito de combater os crimes nas fronteiras, promover a articulação das esferas local, regional e nacional de governo, incentivar políticas públicas de segurança e aperfeiçoar o investimento de recursos públicos nas regiões de fronteira (FONTEBRASIL, 2013). Nessa perspectiva, Neves (2012) aponta que:

Essa nova ação tem dois pilares que se mostram fundamentais para a realização de um trabalho uniforme nestas regiões: inovação tecnológica e maior integração entre os organismos locais ligados a políticas públicas. Para tornar estas políticas efetivas, o governo tem destinado maiores investimentos para estas regiões, pautados em critérios objetivos, tais como tamanho da população residente na área de fronteira, taxa de homicídio, extensão da fronteira por unidade federativa e número de apreensões de armas e drogas (NEVES, 2012).

Dentro da lógica de tornar as políticas efetivas, ressalta-se a questão do investimento destinado ao estado do Amapá entre os anos de 2011 e 2012. Trata-se de mais de R\$ 10 milhões do programa Enafron para serem investidos na segurança fronteiriça dos municípios

de Amapá, contemplados por estes investimentos, além do recebimento de lanchas e viaturas para dinamizar as ações relacionadas aos problemas na fronteira.

Outro mecanismo de segurança, elaborado pelos órgãos de defesa brasileiro em relação à segurança das fronteiras, especialmente da Amazônia, decorre da atuação de instrumentos como o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). Ambos foram inaugurados em 2002, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, para o monitoramento da Amazônia Legal.

Na gestão do presidente Lula, dá-se continuidade ao programa de segurança das fronteiras, ocorrendo uma intensificação das ações voltadas para a área em foco, entre Lula e Sarkozy, para os territórios da Guiana Francesa e Amapá, desde o primeiro encontro em Saint Georges de l'Oyapock. Desse modo, os dois presidentes, por meio da declaração conjunta, levantaram a intenção de institucionalizar a cooperação em matéria de segurança.

A proposta, então, seria de coordenação, prevenção e identificação na troca de informações entre as duas polícias fronteiriças. Isso tudo com a intenção de responder às mais diversas questões que perpassam aquele contexto local, como: garimpo, imigração ilegal, prostituição, biopirataria, pesca ilegal, tráfico de pessoas, drogas e mercadorias, e outros ilícitos que denotam, por vezes, fragilidades na coordenação de organismos, para a fronteira.

Uns dos entraves para essa fragilidade são ocasionados pela falta de intensificação e iniciativas concretas do Brasil e França em coordenar e realizar ações contra o narcotráfico, tão presente nas regiões fronteiriças da região Amazônica. Por essa razão, durante entrevista, Lula enfatizou “estar preocupado com o crime organizado, narcotráfico e o tráfico de armas, respondendo que quanto mais as polícias trabalharem juntas e trocarem informações, elas estarão aptas para combater esses problemas”²⁹.

Diante disso, os dois países em tela discutiram, nos bastidores, as negociações para a libertação dos reféns que estavam em poder das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), entre eles, Ingrid Betancourt, ex-candidata a presidente da Colômbia. As negociações foram discutidas, mas sem nenhum pronunciamento oficial, tendo em vista que era necessário o aval do presidente Uribe, da Colômbia, para que o Brasil pudesse entrar nas negociações junto aos países e guerrilheiros envolvidos. Entretanto, depois foi concluído a operação com a liberação dos reféns, com participação do presidente Hugo Chávez coordenando as negociações.

²⁹ Entrevista coletiva concedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da França, Nicolas Sarkozy. Saint Georges de L'Oyapock, Guiana Francesa, 12 de fevereiro de 2008.

Nessa perspectiva, Becker (2005, p. 79) afirma que:

Há uma crescente presença militar na fachada do Pacífico e na América Central, através do que se denomina de “localidades de operação avançada”. Diante disso, entende-se o fato dos governos, dos órgãos de segurança, da diplomacia brasileira em querer aprofundar a cooperação na área da segurança em temas fronteiriços, pois também na Colômbia, encontra-se presente o plano Colômbia de assistência militar estadunidense, que é utilizado para o combate às drogas.

Seguindo o raciocínio da presença militar na região, Vizentinni (2003, p. 101) lembra que “os interesses dos norte-americanos com o plano Colômbia residem verdadeiramente na demonstração de que estão atentos às tensões no continente provocadas pelo acirramento das disputas políticas na Venezuela, na Bolívia, no Equador, no Panamá, no Brasil e, obviamente na Colômbia”.

Dessa maneira, a prevenção em países como o Brasil se aproxima da esfera francesa para aumentar a área de influência nessa região tão vasta, que continua permeando as discussões de defesa no espaço da Amazônia. Contudo, a segurança tornou-se um dos eixos das discussões dos numerosos encontros que se apresentaram entre os dois chefes de estados, e favoreceu temas como à questão da governança no aspecto do meio ambiente, no qual Brasil e França tentam tornar-se referência na região.

3.4 MEIO AMBIENTE

A Amazônia, maior bacia fluvial do mundo, configura-se como o local onde Brasil e França ampliaram seu leque de possibilidades e oportunidades no que tange ao tema meio ambiente, rumo ao estabelecimento de vínculo cooperativo e pragmático.

Segundo o IBGE (2013), a Amazônia brasileira possui uma superfície de 4,9 milhões de km², correspondendo a 65,7% da região amazônica internacional. Por sua vez, a Amazônia francesa recobre uma área de aproximadamente 86.504 km², tendo uma participação de 1,2% da extensão da Amazônia Internacional, percentual representado pela Guiana Francesa. Ressalta-se que a França constitui o único país da Europa com uma porção Amazônica no continente americano (INSEE, 2011).

Com intuito de promover a cooperação transfronteiriça, a diplomacia brasileira tem se destacado em busca de garantir a tradição do discurso em defesa do meio ambiente, reconhecendo a importância do desenvolvimento sustentável, no sistema internacional, aliado ao desenvolvimento social, político e econômico da região. Desse modo, o Brasil vem com

frequência defendendo a riquíssima biodiversidade da Amazônia; os recursos naturais; o fato de essa região ser o maior banco biogenético do mundo; a presença das populações tradicionais indígenas; e os subsídios no campo científico e tecnológico presentes na Amazônia.

Essa maneira contemporânea de pensar a temática do meio ambiente busca ultrapassar a lógica tradicional, haja vista que, de acordo com Becker (2005, p. 74), “até recentemente, dominava no projeto internacional a percepção da Amazônia como uma imensa unidade de conservação a ser preservada, tendo em vista a sobrevivência do planeta, devido aos efeitos do desmatamento sobre o clima e a biodiversidade”.

O estabelecimento do passo inicial para superação dessa lógica clássica de pensar o meio ambiente amazônico foi dado por meio do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), que surgiu na convenção de Houston, em 1997, entre o Grupo dos sete países mais industrializados e desenvolvidos, o G7. Esse viés de proteção das florestas tropicais brasileiras também fora abordado anteriormente, na Rio 92, evento promovido pelo governo brasileiro juntamente com a comunidade internacional, envolvendo a União Europeia, Banco Mundial e diversas outras instituições.

Na abertura da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas (1997), sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Nova York, o presidente Jacques Chirac destacou a importância do PPG7 para a promoção do desenvolvimento sustentável. Para este presidente:

A nova política nacional integrada para a Amazônia busca reorientar o crescimento econômico e valorizar o homem amazônico. O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) do Brasil é hoje um dos melhores exemplos de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável. Com o MERCOSUL estamos ultimando um instrumento jurídico único sobre meio ambiente. Temos experiência em diversas áreas de interesse da preservação ambiental, que podemos oferecer a nossos parceiros ³⁰.

Apesar das intenções de ambos os países sobre o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais apresentarem-se bastante arrojadas nas articulações, na prática, a iniciativa resultou em poucos esforços dos países desenvolvidos para a sustentação do acordo. Por conta disso, os presidentes Jacques Chirac e Fernando Henrique Cardoso, em Paris, no ano de 2000, relançaram o PPG7. Na ocasião, o presidente Jacques Chirac em entrevista ao Jornal do Comércio (2000) rememorou que: “Há muito tempo adotamos a decisão de apoiar o projeto de proteção da floresta amazônica, mas não fizemos isso até agora”. Com isso, Chirac

³⁰ Discurso do Senhor Presidente da República na abertura da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Nova York, 23 de junho de 1997.

reconheceu e salientou a necessidade de os países desenvolvidos apoiarem o referido programa. Disse, ainda, ao referido jornal que “Não podemos deixar o Governo brasileiro sozinho”, acrescentando que a França iria trabalhar para que os esforços do Governo brasileiro, na proteção da floresta amazônica, tivessem maior apoio da comunidade internacional.

Nesse sentido, a decisão do chefe de Estado da França em apoiar projetos relacionados à proteção da Amazônia, junto à comunidade internacional, em âmbito global, colaborou para fortalecer perspectivas de cooperação no espaço amazônico e, também, para legitimar discursos e ações sobre as questões ambientais que estarão presentes nos anos seguintes, com Luís Inácio Lula da Silva.

A França, no que tange às relações com o Brasil, passou a ter um lugar de destaque nas expectativas brasileiras, tendo em vista o estabelecimento do acordo de cooperação. Passou, então, a apoiar decisões referentes à Amazônia, relacionadas ao meio ambiente, principalmente pelas ações que estavam sendo construídas na esfera local, regional e internacional.

Dessa forma, tornaram-se crescente as relações entre os presidentes Lula da Silva e Nicolas Sarkozy, fato demonstrado pelos numerosos encontros dos dois estadistas, sendo o primeiro deles na Amazônia francesa, no ano de 2008.

Naquele momento, além de reiterarem o compromisso instituído a respeito da construção da ponte sobre o rio Oiapoque na Amazônia, ampliaram o contexto das possibilidades quanto a esse território. Especialmente no que se refere à proteção e valorização do meio ambiente na área de fronteira, os dois presidentes estavam sintonizados com a determinação de cooperar por meio da criação dos parques Nacionais, denominados de: Parque Nacional Amazônico da Guiana Francesa e Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, idealizados pelos governos anteriores, mas não efetivados.

Ocorreu, assim, um fortalecimento das posições de ambos os países, com destaque das ações sobre o modelo de desenvolvimento para o meio ambiente, que se expandiu envolvendo outros países pertencentes à Amazônia, já que os parques são modelos e referências na consolidação de unidades de conservação para esses países.

Nos últimos anos, porém, tais modelos encontram-se ameaçados pelo avanço do garimpo, comercialização da madeira retirada em ambos os países e pela biopirataria. Diante dessa constatação, o presidente Lula destacou em 2010, no Amapá, que o estado possuía seis unidades de conservação federal, incluindo o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque,

que é o maior do Brasil, criado em 2002, e do lado francês, havia o parque Guianense, e os dois juntos aglutinam a maior cooperação entre parques de floresta tropical do planeta.

Outro desdobramento, atrelado à temática do meio ambiente, foi à criação do Centro Franco-Brasileiro para Biodiversidade da Amazônia, ligado diretamente aos dois países amazônicos. Tal Centro franco-brasileiro foi oficializado no dia 12 de fevereiro de 2008, pelos presidentes Nicolas Sarkozy e Luís Inácio Lula da Silva.

Evidenciam-se, nesses projetos, novos rumos para o espaço amazônico e para as relações de cooperação, visto que indicam o “desenvolvimento sustentável com vista à erradicação da pobreza como da melhoria das condições de vida das populações amazônicas e da necessidade de priorizar a agregação de valor aos produtos da floresta”³¹. Nesse sentido, há possibilidade para o desenvolvimento das pesquisas de recursos genéticos do bioma, troca de conhecimentos tecnológicos e científicos, acesso aos conhecimentos tradicionais, qualificação de recursos humanos e elaboração de planejamento de projetos e núcleos de pesquisas para a região da Guiana Francesa e do Amapá.

Segundo Barros-Platiau (2006, p. 251):

O Brasil é um dos países mais conhecidos, quando se trata de questões ambientais, e, conseqüentemente, é também um dos maiores alvos de críticas relativas à conservação dos seus recursos naturais. Essa situação obrigou o País a adotar uma política externa robusta e decida, a qual segue a linha do direito ao desenvolvimento.

Nessa perspectiva, durante o governo do presidente Lula, houve a defesa do argumento de que a “Amazônia não pode ser vista somente como uma espécie de santuário da humanidade a ser conservada, pois nela habitam quase 25 milhões de habitantes, que precisam utilizar esses recursos para sua própria subsistência”³². O discurso demonstrava, então, que as intenções sobre a Amazônia não estavam somente no aspecto da conservação ambiental, mas que existia uma necessidade da utilização da floresta e seus recursos de forma sustentável, para responder às demandas sociais e econômicas.

Desta feita, os acordos a respeito do meio ambiente foram sendo desenvolvidos visando à geração de conhecimentos, com prioridades para as áreas de interesse ambiental, social e econômica. O planejamento das ações abarcava a elaboração de estudos de desenvolvimento de novos produtos em parceria com setores públicos e privados; o uso

³¹ Protocolo de Cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Francesa para o desenvolvimento sustentável do bioma amazônico, tanto do lado brasileiro como do lado francês. Em 23 de dezembro de 2008, Rio de Janeiro.

³² Entrevista coletiva concedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da França, Nicolas Sarkozy. Saint Georges de l’Oyapock, Guiana Francesa, 12 de fevereiro de 2008.

sustentável da biodiversidade; possibilidades de novos postos de trabalhos; acesso a novas tecnologias capazes de contribuir para o desenvolvimento de ambos os países.

Outras iniciativas da diplomacia brasileira, em relação ao tema do meio ambiente para fronteira, vieram com a primeira reunião do Comitê Misto de Coordenação para a Implementação do Protocolo de Cooperação para o desenvolvimento sustentável do Bioma Amazônico. A reunião foi realizada em Brasília, em 17 e 18 de agosto de 2009, a fim de dar concretude aos compromissos assumidos pelos presidentes. O Comitê, a fim de assegurar o argumento do desenvolvimento sustentável do bioma amazônico, estabeleceu quatro prioridades, a saber: ordenamento territorial, regularização fundiária e zoneamento ecológico e econômico.

Nesse sentido, em 2009, foi proposto aos participantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA) a criação da Cúpula dos países amazônicos. Tal evento, realizado em Manaus, apesar da ausência de nove chefes de estado, contou com a participação do presidente Lula da Silva, do Brasil, de Nicolas Sarkozy, da França, e do presidente Bharrat Jagdeo, da Guiana (inglesa), com o propósito de elaborar um documento para levar sugestões dos presidentes dos países da Amazônia a Copenhague.

Assim, embora a maioria dos presidentes participantes da OTCA tenha faltado, o encontro teve um grande peso político, especialmente, pela presença do presidente francês, no que concerne ao plano de discussão para Brasil e França em relação ao meio ambiente, à Amazônia e ao contexto global.

Nesse delineamento, destacam-se Brasil e França e as crescentes ações dos dois países, a fim de oferecerem as suas atuações como modelos de coordenação e gerenciamento de questões sobre o meio ambiente, em fóruns internacionais importantes, como a Cúpula de Copenhague e Rio+20. Esse desempenho de ambas as nações configura-se como resposta aos desafios ambientais, principalmente em relação às mudanças climáticas e à proteção de florestas, tendo a cooperação transfronteiriça como pauta em todos esses âmbitos.

Essas respostas de ambos os países também podem contribuir para a própria continuidade da vida humana no planeta, uma vez que, para NYE (2009, p. 246):

A mudança climática global afetará a vida das pessoas em toda parte. Milhares de cientistas de mais de 100 países observaram recentemente que há novas e fortes evidências de que a maior parte do aquecimento observado nos últimos cinquenta anos é atribuída às atividades humanas, e há projeções de que as temperaturas médias mundiais no século XXI deverão aumentar entre 2,5 e 10 graus Fahrenheit. O resultado poderia ser variações mais severas no clima, com água demais em algumas regiões e insuficiente em outras.

Seguindo essa linha de raciocínio, em relação ao tema do meio ambiente, a França, no contexto internacional e regional, possui papel peculiar por ser o único país europeu presente no ambiente tropical na Amazônia. Por isso, França e Brasil partilham de experiências próximas para levarem aos fóruns consultivos e deliberativos elementos sobre meio ambiente, na perspectiva de tornarem-se referências na questão de sustentabilidade. Para isso, a retórica concentra-se na perspectiva de desenvolvimento sem distanciar-se do argumento da proteção ao meio ambiente, também na zona transfronteiriça, em especial na Amazônia, com o estabelecimento de parques e projetos em suas respectivas áreas.

Ressaltam-se ainda, nesse contexto, as possibilidades de desenvolvimento da região transfronteiriça, articuladas ao desenvolvimento sustentável do bioma amazônico, a partir das quatro prioridades estabelecidas, tais como: ordenamento territorial, regularização fundiária e zoneamento ecológico e econômico. Isso, sem se afastar da valorização das questões locais, no diálogo com as demandas nacionais e internacionais.

Em síntese, na relação entre Brasil e França, no que diz respeito aos temas fronteiriços tais como: migração; garimpo; segurança e meio ambiente, pode-se afirmar que essas questões surgiram ao longo da história, para ambos os lados. Essas temáticas estão continuamente em mutação, frente às diferentes perspectivas de cada momento histórico, pois não se apresentam de forma fixa, mas volátil e flexível, desafiando os países a lidarem com essas demandas resultantes da própria dinâmica da fronteira,

Desse modo, na contemporaneidade, torna-se inegável afirmar que, a partir da nova dinâmica gerada pela ponte, ambos os países, dadas as contigências da cooperação transfronteiriça, estabeleceram acordos e ações frente a esses temas, que antes eram pautados em perspectivas clássicas. No entanto, hoje são regularizadas em novas perspectivas que se aproximam dos argumentos teóricos, como os difundidos por Keohane e Nye (1989), com a existência de múltiplos atores, surgimento de diferentes temas e a perda da relevância do poder militar.

4 O ESPAÇO SUL-AMERICANO

Neste capítulo, discute-se a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, resultante da nova dinâmica na cooperação transfronteiriça entre Brasil e França, analisando-se a formação do espaço sul-americano e seus organismos, os quais favoreceram a criação de mecanismos e infraestrutura para as áreas de Amapá e Guiana Francesa. Ressalta-se, também, o entendimento de que toda essa mobilização culminou com a intensificação das relações e da viabilidade de nova configuração fronteiriça a partir da ponte bilateral, que tornou possível aproximações de ordem regional e internacional.

4.1 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SUL-AMERICANO

Na construção do espaço sul-americano, é possível identificar estratégias importantes que foram sendo efetivadas, a partir de alguns organismos, sobretudo no início dos anos 90, com objetivo de dinamizar as políticas de integração, de maneira a contribuir para aproximar concretamente os países a nível regional, nos aspectos: político, econômico, físico, social. Com isso, buscou-se, então, agregar nações sul-americanas e viabilizar maior papel de atuação dessas no contexto global.

Formado por doze países independentes e sete territórios dependentes, incluindo a Guiana Francesa, nessa última dimensão, o espaço sul-americano possui 17.819.100 km², com população estimada de 390 milhões de habitantes. Destaca-se, nesse contexto, o fato de o Brasil possuir fronteiras com quase todos os países da região, situação que colocou esse espaço em condição estratégica, haja vista a necessidade de construir maior aproximação política tanto com as nações dessa porção do continente, como na condução da política externa brasileira.

Diante dessa estratégica e necessária aproximação, ficou evidente que a política externa brasileira, nas últimas décadas, foi marcada por relações de caráter globalizado, com ênfase no regionalismo. Advém desse fato a criação de organismos de integração dos países no espaço sul-americano, tais como: Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), bloco criado pelo Tratado de Assunção, em 1991, e a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), proposta em 1993. Nesse sentido, Altemani (2005, p. 2005) pontua que:

No Brasil se retomou a perspectiva de que a área básica de atuação da política externa brasileira é a América do Sul, sendo um espaço que procura *organizar* (apesar de toda a preocupação para que não seja entendido como *liderar*). Pautada nesse enfoque, a política externa brasileira teria como objetivo prioritário, no continente americano, inicialmente, a consolidação do MERCOSUL e, em seguida o estabelecimento da ALCSA, sendo essa articulada para um segundo momento, dado seu formato gradual visando permitir um reerguimento econômico e político regional.

No âmbito da política externa brasileira, esses fatos de atuação podem ser apontados tendo como objetivo *organizar* o eixo sul. Favorecem a região Andino-Amazônica, na proposta de unidade política e integração regional, no que atualmente é entendido por UNASUL³³, gestada ao longo dos anos. E, sem perder de vista mecanismos como MERCOSUL, Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), entendidos como inerentes ao desenvolvimento desse processo.

Nessa linha de raciocínio, observa-se que a Amazônia ganhou destaque como espaço articulador, caracterizada como ferramenta das políticas de integração e de cooperação, por estar presente nos dois dos principais agrupamentos da região, o MERCOSUL e a Comunidade Andina. No primeiro organismo, a Amazônia faz-se representar pela atuação do Brasil e da Venezuela, e, no segundo, Comunidade Andina, pela Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Convém assinalar também que todos esses países são participantes do bloco Amazônico conhecido como Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA), no qual estão inseridos Guiana, Suriname e França, como membro observador, representada pela Guiana Francesa, formada então por oito países membros e um observador.

A atual OTCA, enquanto organismo capaz de favorecer a articulação dos países no cenário regional e projetar infraestrutura entre eles, surgiu, com o Tratado de Cooperação Amazônico (TCA), no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979). Lançada em três (03) de julho de 1978, na cidade de Brasília, a referida Organização entrou em vigor no ano de 1980, prevendo:

A promoção e desenvolvimento harmônico dos respectivos territórios amazônicos; preservação e conservação do meio-ambiente; liberdade de navegação comercial do curso do Amazonas e demais rios amazônicos internacionais; uso dos recursos naturais; pesquisa científica e intercâmbio de informações; coordenação em serviços de saúde, além da *criação de uma infraestrutura física* entre respectivos países (TCA. 1978).

³³ Substituiu o antigo nome de Comunidade Sul-Americana das Nações (CSAN), passando a ter esse novo termo durante a I Cúpula Energética da Comunidade Sul-Americana em 2007.

Esse tratado é oriundo do momento histórico, no qual o Brasil buscava mudança da postura negativa na relação com os vizinhos, com propósito de desconstruir a imagem de nação agressiva e hegemônica. Do mesmo modo, objetivava a ampliação das possibilidades políticas, econômicas e defesa comum, com destaque para a região Amazônica na agenda internacional, pois havia temor do isolamento na parte norte da América do Sul diante do Pacto Andino.

O TCA, portanto, advém desse legado histórico em que brotavam movimentações de divergências na região. Em razão disso, surge com perspectivas de integração para esse espaço. Em relação aos conflitos gerados nesse período, Leite (2011, p. 139) destaca que:

O Governo de Santiago tentava convencer o Equador a não fornecer petróleo ao Peru, parte de cuja fronteira contestava e a Venezuela reivindicava parte do território da Guiana (Essequibo). Ao passo que Peru e Equador divergiam a respeito de limites em trecho da cordilheira do Condor. Além disso, autoridades desses países viam com suspeita maior aproximação do regime militar brasileiro, cuja imagem de Brasil potência lhes parecia carregar sentido expansionista.

A ideia do Brasil potência, difundida no tratado, gerou polêmica, por parte de países como Venezuela e Peru. Estas nações resistiram no início, principalmente pelo fato que se passava no eixo sul: o Chile havia se desmembrado do Pacto Andino, causando certo receio a esses países em assinarem o acordo proposto pelo Brasil. Diante dessa situação, a diplomacia brasileira esclareceu por meio do artigo XIX, que o TCA não teria efeito sobre quaisquer outros tratados ou ato internacional.

Assim, de acordo com Antiquera (2006), o anteprojeto formulado pelo Brasil e apresentado em março de 1977, aos sete países convidados:

Fazia menção à integração física da região, enquanto uma das principais preocupações da diplomacia brasileira, pois a Venezuela apresentava resistência em entrar na negociação do tratado multilateral. Com um histórico de relações pouco amistosas, em razão da doutrina Beatencourt, a ascensão econômica da Venezuela, propiciada pela elevação do preço do petróleo, fazia com que mantivesse cautela quanto à participação do Brasil no norte da América do Sul, região em que pretendia manter certa liderança (ANTIQUERA, 2006, p. 60).

Nessa mesma dimensão, um dos formuladores do TCA, o embaixador Rubens Ricúpero, na época, durante uma de suas palestras na câmara dos deputados, esclareceu que, enquanto o Pacto Andino tinha caráter econômico e comercial, o Tratado de Cooperação Amazônico possuía natureza geográfica e jurídica. Em outras palavras, para o embaixador, o primeiro documento objetivava integrar as cinco economias nacionais mediante a unificação

tarifária e, principalmente, com implicação industrial e setorial; o segundo, por sua vez, buscava a integração física dos sistemas de comunicação e transportes, sem tocar nas barreiras econômicas (RICUPERO, 1978).

Demonstra-se, então, que a proposta de construção do espaço sul-americano e o objetivo de sua integração física remontam às primeiras negociações sobre os acordos de organizar esta área, mesmo tendo surgido ressalvas que foram rechaçadas e posteriormente reformuladas.

O TCA, por exemplo, sofreu modificações que reduziram essencialmente o alcance da ideia brasileira de criação de infraestrutura na região. Tal alteração, porém, deve ser entendida como derrota relativa, frente ao sucesso diplomático da assinatura do Tratado. Desse modo, Coelho (1992, p. 117) ressalta que:

A trajetória do TCA foi marcada, desde o início, por conjunturas econômicas adversas nos países-membros. E mesmo assim, o tratado consolidou o estabelecimento da solidariedade regional, enquanto conquista, através da celebração de numerosas reuniões e seminários nas instâncias previstas, e contribuiu para arregimentar um conjunto nada desprezível de princípios e de propostas para a cooperação regional.

Convém salientar que o tratado não alcançou o objetivo da integração física regional, especialmente, devido ao desinteresse dos membros da organização e da escassez de recursos. Os países integrantes acumulavam altas dívidas, fato que dificultou investimentos e continuidade no processo. Além de que, esse período, remontou as últimas ações dos regimes militares, em vista de integrar a parte norte brasileira, por meio da Amazônia internacional.

Resgatado em 1989, o tratado seria relançado na III Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos países participantes. Na ocasião, partiram da questão da internacionalização da Amazônia, para uma argumentação mais incisiva e comum, como o direito de desenvolvimento e uso sustentável do meio ambiente nesse território. Ao final do encontro, atribuíram-se, também, responsabilidades aos países desenvolvidos.

Esse fato de relançar o tratado Amazônico, articulado ao processo de redemocratização, marcou a mudança da política externa brasileira, do regime militar para o regime democrático, revisitação mesclada por elementos e pontos referentes à questão da integração regional e ambiental, como a defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, apresentada em fóruns posteriores como a Eco-92. Nesta conferência, o Brasil esteve na linha de frente, levando para o debate as questões em comum dos países amazônicos e demonstrando maior aproximação ao continente americano.

Nesses acontecimentos, devem-se ressaltar perspectivas de integração e cooperação na América Latina, que foram continuadas e intensificadas com os países da região. Tais perspectivas podem ser demonstradas em aspectos estabelecidos tanto na II Reunião dos presidentes dos países amazônicos, realizada em Manaus, como na construção do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), haja vista a aprovação em Las Leñas do cronograma que deveria ser cumprido a fim de atender compromissos acordados por meio do Tratado de Assunção, que instituía o mercado comum entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Desse modo, foram ampliadas as estratégias do Brasil na perspectiva de integração regional, uma vez que, durante a VI Cúpula do Rio em 1992, na cidade de Buenos Aires foi lançada a proposta da Iniciativa Amazônica. Esta proposta, segundo Mello (2002, p.38):

Visava à negociação de acordos de complementação econômica com os países-membros do Tratado de Cooperação Amazônica (Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Peru, Suriname e Guiana). No ano seguinte, absorvendo a proposta da Iniciativa Amazônica, o Brasil lançou o projeto de criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), que visava congregar os países do MERCOSUL, do Grupo Andino e o Chile, mediante a negociação de uma rede de acordos de livre-comércio.

Após dois anos da realização da VI Cúpula do Rio, ocorreu a VII edição desse evento, em Santiago, no Chile. Nesta edição, em 1994, foi lançada a ALCSA, que se tornou substancial na preferência da política externa brasileira, nos aspectos da integração regional e atuação no eixo sul do continente americano. Nesse contexto, o Brasil alcançou posição de destaque em sua atuação no cenário internacional.

Se, por um lado, a ALCSA favoreceu a visibilidade do Brasil em âmbito internacional, por outro, houve reações dos outros países, não muito favoráveis em relação à proposta e à ação brasileira, entendidas como unilaterais, ou seja, sem uma negociação conjunta, principalmente de países como a Argentina. Diante disso, a ALCSA pouco avançou na sua proposta de integração regional no continente, mas contribuiu para ampliar as perspectivas.

Portanto, a proposta pode ser caracterizada como passo inicial, partindo do agrupamento sub-regional (MERCOSUL e Grupo Andino), para algo mais amplo. Assim, a ALCSA congregou uma proposta de fortalecimento de possíveis membros ao MERCOSUL, como Bolívia e Chile, na época, em vista das dificuldades dos EUA em associarem novos membros ao recente Nafta.

Por sua vez, no eixo norte do continente americano, em janeiro de 1994, entrou em vigor o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), com participação dos

EUA, Canadá e México. Esse acordo nasceu três meses antes da VII Cúpula do Rio, na qual o Brasil tinha lançado a proposta da ALCSA. Ressalta-se que, naquele mesmo ano, durante a Cúpula das Américas, em dezembro, os EUA lançaram a ALCA em Miami, com a proposta de união de 34 países, que deveria ser viabilizada até o ano de 2005, ficando de fora somente Cuba do continente Americano.

Em 1995, no MERCOSUL, entrou em vigor a tarifa externa comum. A ordem era lançar-se cada vez mais longe; estreitar e aprofundar as relações por meio dessa organização internacional. A perspectiva brasileira era a de fortalecer os membros do referido bloco, visando costurar negociações com outros agrupamentos e parceiros, tais como a União Europeia, Estados Unidos e outros países.

No conjunto das parcerias econômicas, é importante dar relevo ao fato de a UE ser potencial sócia e investidora do agrupamento sul-americano, uma vez que as negociações comerciais entre MERCOSUL e União Europeia encontravam-se em curso, desde o início dos anos 1990. Havia até mesmo previsão de associação inter-regional entre os agrupamentos, tendo em vista a esperança dos Estados Unidos, que circundavam interesses para o continente americano, como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Destaca-se, assim, que o Brasil buscou atuar em três linhas de ação da diplomacia: a primeira situada no nível regional via ALCSA; a segunda de ordem hemisférica (ALCA); e a terceira, de caráter transcontinental (UE-MERCOSUL). Em relação às negociações do MERCOSUL e UE, Becard (2009, p. 108) aponta que:

No plano comercial foram conduzidas negociações visando à aproximação entre a União Europeia e o MERCOSUL, por meio da criação de uma área de livre comércio entre as duas regiões. Em janeiro de 1995, a Comissão Europeia iniciou a preparação de um projeto de negociação de um acordo-quadro com o MERCOSUL. O acordo incluía o Chile como país associado. O acordo-quadro, assinado em dezembro de 1995, estabeleceu como objetivos fortalecer as relações recíprocas e preparar as condições para a criação de uma associação inter-regional de cunho político e econômico; assim como manter o diálogo regular e sistemático entre as suas principais instituições.

Perante esse cenário, as expectativas da União Europeia suscitavam preocupações em torno dos blocos, pois a ordem dos responsáveis europeus era associar-se o mais breve possível ao MERCOSUL, como asseverado por Savini (2001). Chris Patten, comissário das Relações Exteriores da Comissão Europeia, em visita ao Brasil, em novembro de 2000, afirmou interesse em fechar esse acordo com o MERCOSUL, para não perder espaço para os Estados Unidos, como aconteceu no México.

Em 1995, depois das assinaturas do acordo-quadro entre União Europeia e MERCOSUL, numa proposta de associação inter-regional, foi, então, possível a revitalização do Tratado de Cooperação Amazônico (TCA). Tal revitalização, solicitada pelos países membros do TCA, tinha como objetivo criar uma organização internacional, a fim de revigorar o antigo tratado, efetivado em 14 de dezembro de 1998. E, com isso, instituir a Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA), permitindo uma nova executiva e abertura aos países membros para o processo de integração da Amazônia. No trecho abaixo, explica-se a atuação da OTCA no campo das relações internacionais:

Como organismo internacional, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) por meio de sua Secretaria Permanente (SP), influenciou nos procedimentos do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e na dinâmica da execução de suas decisões. As diversas formas de atuação da OTCA – político - diplomática, estratégica e técnica – correspondem às diferentes instâncias do Tratado, garantindo o cumprimento dos propósitos do TCA como da própria Organização (OTCA, 2015).

Dentre suas funções na condição de organismo regional, destaca-se a de coordenar a atuação frente à Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), foro de diálogo entre autoridades responsáveis pela infraestrutura de transporte, de energia e comunicação nos doze países sul-americanos, estimulando o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelos países Membros (OTCA, 2015).

Nota-se, portanto, o papel da OTCA de favorecer a interlocução com outras iniciativas de integração regional, como a IIRSA. Segundo Silva (2007, p. 12), “o projeto da IIRSA envolvia doze países do continente e priorizava a criação de eixos intermodais, lançado em 2000, em Brasília, por doze presidentes dos países sul-americanos, objetivava desenvolver áreas de transporte, energia e telecomunicações na região”.

No âmbito da IIRSA, localiza-se o projeto de integração física no eixo sul da América, lançado pela diplomacia brasileira, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Enquanto forma de reavivar os agrupamentos sub-regionais (MERCOSUL e Comunidade Andina), com idealização da futura consolidação regional, o referido projeto de integração física objetivava a criação de um espaço sul-americano, possibilitando a viabilidade de articulação do Brasil na sua inserção internacional.

Com respeito a essa configuração, Silva (2007, p. 12) destaca que:

Muitos dos projetos incluem corredores de transporte aos portos marítimos, com o objetivo de facilitar o aumento da exportação de produtos primários – soja e outros grãos, madeira e minérios. Estando previstos dez (10) eixos de integração, sendo que

no domínio territorial da OTCA estaria o eixo Andino; eixo do Amazonas; eixo do Escudo Guianense e o eixo Peru-Brasil-Bolívia.

Convém esclarecer que, no eixo Escudo Guianense, está contido o projeto da ponte binacional sobre o rio Oiapoque, embora, inicialmente, tal projeto não constasse nos eixos prioritários do desenho da IIRSA. Todavia, posteriormente foi alocado a esse desenho, na perspectiva de viabilizar a integração física entre os dois territórios estratégicos; consolidar a dinâmica de infraestrutura para países amazônicos; e dar continuidade à construção do espaço sul-americano.

Dessa feita, em 1996, por meio da assinatura do Acordo-Quadro entre Brasil e França, lançou-se a base do projeto da construção da ponte, nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac. Apesar de oficialmente a IIRSA ter sido estabelecida em 2000, somente em 2001 foi lançado o referido projeto, o qual integrou novas perspectivas dentro da IIRSA, nos anos seguintes.

Diante desse cenário, percebe-se que a IIRSA foi pensada para o plano de infraestrutura no espaço sul-americano, mas também se caracterizara por favorecer a articulação política e econômica entre os países participantes. Este aspecto, inclusive, constituiu argumento utilizado pelo presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, em sua visita a Paris em 2001. Ao falar, na Assembleia Nacional, sobre os agrupamentos como a União Europeia e o MERCOSUL, FHC citou Jean Monnet, político da França tido como um dos fundadores do que se tornou a atual União Europeia. Desse modo, para o chefe de Estado brasileiro:

Jean Monnet se dizia satisfeito em perceber que a integração europeia não se amparava na letra de tratados, mas na mente das pessoas. Diria o mesmo do MERCOSUL, que deixou de ser projeto de governos para se transformar em projetos de sociedades. Acima dos obstáculos ocasionais, que são comuns sempre que se busca a integração de vontades soberanas, está a determinação de avançar uma experiência de grande importância para região e seu intercâmbio com o mundo³⁴.

Como se vê, o discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso suscitava o objetivo da integração regional como peça chave para o redimensionamento da região e das perspectivas brasileiras de inserção internacional, baseando-se nas experiências da União Europeia. Nesse sentido, conforme indica implicitamente o presidente, a IIRSA seria pautada

³⁴ Discurso em sessão solene na Assembleia Nacional da república da França. Paris, 30 de Outubro de 2001.

no legado daquilo que foi a construção da União Europeia, no seu processo ao longo dos anos até a sua formação atual.

Assim, durante sua primeira Cúpula da IIRSA, em 2000, estabeleceu-se um prazo de dez (10) anos para que fossem apresentadas as proposições e analisados e implementados os projetos. Nesse período, cada país apresentou suas propostas para serem implementadas. A primeira amostragem envolvia 335 projetos, no montante de U\$37,47 bilhões de dólares; dentre esse quantitativo de propostas, trinta e um (31) projetos foram considerados de prioridade máxima, entre *pontes*, rodovias, gasodutos, vias férreas e navegáveis.

Dois anos após a realização dessa Cúpula, ocorreu, em 2002, a II Reunião de Presidentes da América Latina, no Equador. Durante o evento, foram analisadas formas para a integração física sul-americana, com destaque para o financiamento de diversos Bancos da América, como: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA e da Cooperação Andina de Fomento – CAF.

A IIRSA, portanto, esteve presente nos debates dos governos do Brasil, particularmente na gestão do presidente Lula. Por exemplo, na III Reunião de presidentes da América do Sul, no Peru, em 2004, foi criada a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA/CSAN), reavivando projetos como a ALCSA. Nesse cenário, a IIRSA pode ser colocada como pilar da constituição da CASA/CSAN. De acordo com Becard (2009, p. 152), “a CASA/CSAN, objetivava a integração sul-americana por meio da convergência de mecanismos regionais de política comercial e de integração física e energética”.

Por conseguinte, nesse contexto de integração regional, nota-se que o Amapá e a Guiana Francesa foram incorporados ao processo de construção do espaço sul-americano e enquadrados pelo projeto de infraestrutura, preconizado pela IIRSA ao eixo do Escudo Guianense. Por essa razão, Silva (2008, p. 79) expõe que:

O estado do Amapá, mesmo não sendo prioridade nos eixos da agenda consensuada de 2005-2010, desempenha papel estratégico com três obras requeridas por estes cenários, a saber, pela ponte sobre o rio³⁵ *Oiapoque* / Rodovia BR 156 / Porto Organizado de Santana que demonstram o padrão e panorama criado para toda a América do Sul.

Nessa mesma esfera, incluiu-se a Guiana Francesa, que, embora não estivesse incluída diretamente nas perspectivas de projeto como a IIRSA, foi inserida ao projeto da construção

³⁵ Grifo nosso.

da ponte binacional. Isso tudo tendo em vista o processo e contexto de aproximação que se encontram as relações de Brasil e França, União Europeia e MERCOSUL, a partir de 2005, quando a França foi convidada a participar como um membro observador da Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA).

Durante a visita do presidente Lula à França, para a data nacional francesa em 2005, ao longo da entrevista coletiva, o presidente Jacques Chirac lembrou-se do convite, declarando que: "Eu queria agradecer o Brasil por sua assistência, para que a França possa participar como convidado e observador junto à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Agradecemos às autoridades brasileiras por este apoio"³⁶.

Esse momento caracteriza-se como ímpar, uma vez que a Guiana Francesa, juntamente com as outras Guianas, favoreceu relações de aproximação com o Brasil, visto que historicamente os laços estiveram bem mais voltados para a Europa e Caribe, do que para o eixo sul da América. Ao analisar tal conjuntura geopolítica, Granger (2008) observa que:

Essa integração crescente deve-se principalmente ao Brasil, que percebeu mais que a França o interesse e a originalidade daquela região na sua estratégia de liderança regional e continental. Afinal, a Guiana francesa constitui um mercado de consumo pequeno, com apenas 200.000 habitantes, mas é a porta de entrada da União Europeia. Por isso, Brasil acorda uma importância extrema a esse projeto da ponte, que permitirá mais que uma ligação terrestre entre Guiana francesa e Amapá: também espera integrar seus estados do norte, encravados entre as Guianas (o Amapá é o único estado brasileiro que ainda não tinha ligação por via terrestre com o resto do país, ligando-os à porção caribenha do continente e à Caricom. Assim, a Guiana Francesa encontra-se no cruzamento de vários rumos e conjuntos político-econômicos: União Europeia; Associação dos Estados do Caribe (AEC); MERCOSUL; Mercado Comum do Caribe (CARICOM); OTCA; CSAN – atual UNASUL.

Na União das Nações Sul-Americana (UNASUL), a Guiana Francesa encontra-se caracterizada pela condição de *status* franco-europeia. Porém, foi incluída na participação de diálogos em diversos organismos na América e em projetos, como de estrutura física proporcionada pela construção da ponte sobre o rio Oiapoque, uma vez que, através da concretização desse projeto, foram impulsionados dois movimentos. O primeiro capaz de viabilizar a dinamização do espaço da Guiana Francesa, isolada historicamente em diversos aspectos; o segundo possibilitou uma via de superação de ordem interna com os vizinhos, favorecendo a França e União Europeia aproximação no espaço sul-americano.

³⁶ Entrevista, em conjunto, de Jacques Chirac, presidente da República, e Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República Federativa do Brasil, sobre as relações franco-brasileiras, ajuda ao desenvolvimento e sobre os subsídios agrícolas à exportação. Paris, 15 de julho de 2005. (Tradução nossa)

Na busca da prioridade de integração do eixo sul da América, outro movimento realizado pelo Brasil foi esclarecido na posição brasileira, quando Lula, na Sorbonne, discursou no evento denominado: Colóquio Brasil: Ator Global, na França em 2005. Segundo o ex-presidente brasileiro:

A parceria estratégica com a Argentina, a consolidação do MERCOSUL e a integração sul-americana são para nós prioritários. Mais que isso: são inseparáveis de nosso projeto nacional de desenvolvimento. E isso não é retórica; é realidade, é fato. Nenhum outro governo brasileiro buscou a aproximação com nossos vizinhos com tanta intensidade. Os contatos nos mais altos níveis se avolumaram. Temos acelerado projetos para a integração da infraestrutura física regional, para o que contamos, inclusive, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Possivelmente, no próximo ano, nós teremos pelo menos uma obra de infraestrutura financiada pelo Banco de Desenvolvimento brasileiro em cada país da América do Sul, tornando realidade o sonho histórico que motivou tantas e tantas lutas na América do Sul³⁷.

Nesse discurso e na realização dos projetos durante a gestão dos presidentes Lula da Silva e Nicolas Sarkozy, foi possível notar uma intensificação das relações de cooperação entre os dois países e a concretização do objetivo da inédita ligação entre um país da América e um país europeu, por meio da ponte que aproximou Brasil e França sob diversos temas: políticos, comerciais, ambientais e outros. Bem como favoreceu perspectivas macro, com capacidade de relacionar os interesses dos dois agrupamentos, ou seja, MERCOSUL e União Europeia.

A ponte, como demonstrado anteriormente, pode ser situada entre as aspirações de expansão da influência brasileira no cenário internacional, sem preterir a relação com os países vizinhos, em fortalecer o MERCOSUL, ou mesmo a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Nesse sentido, ainda que a ponte sobre o rio Oiapoque não fosse um eixo prioritário na IIRSA, como já identificado, sua implementação possibilitou o alcance dos objetivos da diplomacia e da política externa brasileira, integrando, ao mesmo tempo, o aspecto físico dos países e a dinamização do continente sul-americano, sem diminuir a intensidade das relações com a União Europeia. A IIRSA, com efeito, tornou-se um dos pilares da unidade sul-americana, projeto estendido até o ano de 2011, uma vez que essa proposta incorporou-se aos trabalhos do Conselho sul-americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL.

A ponte binacional entre Brasil e França foi planejada no seio do diálogo e no estreitamento das relações entre os dois países. Neste último aspecto, a referida ponte está

³⁷ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sorbonne, na abertura do Colóquio “Brasil: Ator Global”. Paris, 13 de julho de 2005.

concatenada a um duplo movimento, ou seja, tanto à capacidade de contribuir com a construção do espaço sul-americano, como de apoiar a base de articulação da França na América do Sul. Por esse motivo, o monumento em pauta não está meramente ligado ao aspecto físico, mas também ao ambiental, comercial, turístico, entre os dois países no cenário amazônico.

Diante desse contexto, compreende-se que, mesmo com objetivos diferenciados, ocorreu o avanço das relações bilaterais, especialmente, no que se refere à cooperação transfronteiriça, visto que a ponte foi idealizada e construída pelos dois países. Passou, assim, a constituir-se como um dos produtos dessa relação no contexto contemporâneo, atravessando o mandato de presidentes brasileiros e franceses. De acordo com Vigevani e Cepaluni (2007), os dois presidentes do Brasil tinham em comum a preocupação com o desenvolvimento econômico do país e a autonomia política brasileira, no processo de inserção internacional.

4.2 A COMISSÃO DE COOPERAÇÃO MISTA TRANSFRONTEIRIÇA BRASIL-FRANÇA (CMT)

Nas gestões presidenciais que se seguiram à assinatura do Acordo-Quadro (1996), pode ser identificada maior intensificação das relações entre Brasil e França no âmbito de uma política externa brasileira e francesa, que ocorreu com certa continuidade de ações, principalmente a partir do trabalho da Comissão de Cooperação Mista Transfronteiriça Brasil-França (CMT).

A CMT, cuja atuação merece destaque devido a sua contribuição para intensificar as relações entre os dois países em foco, caracteriza-se como um grupo de cooperação diplomática firmado entre os referidos países, por meio de seus respectivos ministérios de relações exteriores, *Itamaraty* (Brasil) e *Quai d'Orsay* (França). Integram essa comissão representantes dos governos locais, associados às tarefas de articular interesses comuns e planejamento de projetos para as respectivas áreas fronteiriças, relacionadas ao Acordo-Quadro. Assim, o trabalho realizado via reuniões da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França (CMT) objetivava coordenar, debater e agir em conjunto no processo de cooperação entre os dois países, discutindo as questões referentes à ponte e aos demais temas para ambos os lados.

Nessas reuniões, também têm sido avaliadas diversas questões, assuntos, para os quais, na maioria das vezes, não se encontram consensos entre ambas as partes, entrando em searas que agradam e desagradam, quando se colocam os debates em questão. O consenso geralmente presencia-se em aspecto mais *soft*, como nas questões: educacional, cultura, saúde, cooperação técnica e outros.

Desde sua criação, a CMT operacionalizou oito (08) encontros realizados todos com participação de autoridades e instituições do Brasil e da França. O primeiro ocorreu no ano de 1997, e o último, em 2012, um ano depois do encerramento da construção da ponte sobre o rio Oiapoque. Na ordem cronológica, os encontros ocorreram em Brasília (1997); Caiena (1999); Macapá (2002); Caiena (2008); Macapá (2009); Caiena (2010); Macapá (2011); e Paris (2012).

Como se pode notar, não ocorreram, durante cinco anos (de 2003 a 2007), reuniões para discutir e operacionalizar as questões da cooperação transfronteiriça. Tal fato estava relacionado tanto à apatia e desinteresse das autoridades sobre as questões relacionadas ao tema, quanto às mudanças nas gestões dos governos, ocorridas no âmbito micro e macro.

Desse modo, no contexto micro, tem-se o processo de eleição dos governadores Maria Dalva (2002-2003) e Waldez Góes (2003-2010); por outro lado, nos governos centrais de Brasil e França, tem-se a eleição dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva (Brasil), em 2002, e Nicolas Sarkozy (França), em 2007. As reuniões da CMT foram, então, retomadas entre os anos de 2008 e 2012.

Ainda no âmbito da cooperação, vale ressaltar outro aspecto de grande relevância relacionado ao desenvolvimento da bacia do Oiapoque. Trata-se do Conselho do Rio Oiapoque, instituído em 2013 por ambos os países, possibilitando a inclusão de outra porta de diálogo. A finalidade desse conselho consiste em discutir iniciativas para promover o desenvolvimento harmonioso da zona de fronteira, bem como facilitar o diálogo entre a sociedade civil local, os governos locais e regionais, a fim de promover o respeito e a dignidade humana por meio da prevenção e sensibilização das populações locais.

Com a criação do conselho do rio Oiapoque, abre-se uma ponte de comunicação entre a sociedade civil e os representantes governamentais. Também, subsidia-se elementos locais, especialmente das cidades fronteiriças (Oiapoque e Saint George de l'Oyapock) envolvidas pela ponte, representando-as nas reuniões da Comissão Mista Transfronteiriça, relativo às populações e questões das duas áreas, trazendo os problemas comuns que permeiam a zona

fronteira. Na realidade, o conselho constitui uma oportunidade do diálogo que anteriormente estava condicionada somente aos agentes governamentais de cada estado.

Nesse sentido, destaca-se como uma experiência recente e nova o conselho do rio Oiapoque que traz avanços no diálogo entre Brasil e França para a cooperação transfronteira iniciada há dois decênios. Essa experiência põe em evidência não somente aspecto político-diplomático das relações dos atores estatais que estão envolvidos, mas também as questões da sociedade civil que deve ser assistida e incluída no desenrolar da cooperação, para que não seja um desenvolvimento verticalizado, mas sim discutido em conjunto, na perspectiva da horizontalidade na garantia da participação dos diversos atores.

4.3 A NOVA DINÂMICA DA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA GERADA A PARTIR DA PONTE BINACIONAL

O cenário de intensificação das relações bilaterais, nas últimas décadas, favoreceu a redefinição de pautas com respeito à ponte e demais questões fronteiriças. Por meio das representações legais, ocorreu o tratamento de assuntos referentes à necessidade de interação e ampliação física daquele espaço. Por sua vez, tal situação propiciou uma nova condição de superação fronteiriça do Estado do Amapá, e, por extensão, do Brasil, frente ao mundo globalizado. Segundo Porto e Silva (2006, p. 49):

A condição periférica da fronteira amapaense e sua redefinição ao longo desse período, encontrando-se como espaço de defesa nacional e produção de commodities para o mercado mundial, sendo-lhe acrescida outra condição além da periférica, sobretudo a partir da década de 1990. A nova condição fronteiriça do Amapá é de um espaço periférico estratégico junto aos interesses do mundo globalizado e da necessidade de maior fluidez e integração verificável, sobretudo, por meio da reestruturação de seus sistemas de objetos e ações, buscando promover e ampliar sua interação espacial – inclusive fisicamente com a Guiana Francesa.

Nesse contexto, a ponte, então, caracteriza-se como espaço estratégico de influência recíproca e ampliação espacial, com capacidade de favorecer a relação mútua viável entre os dois países, uma vez que ambos projetam a dinamização daquela região, tendo em vista interesses locais e globais. Daí, portanto, a necessidade de diálogo, além de ligação física. Contudo, convém ressaltar a possibilidade de haver problemáticas futuras, consequentes dessa ligação. Assim, conforme Castro e Porto (2007, p. 53):

Todas as mudanças geradas pela construção da ponte com certeza vão dinamizar a região, criando novas articulações, mas também acarretando problemas de

urbanização nas cidades de fronteira e problemas sociais em toda a área de influência. Do ponto de vista regional, a melhoria dos meios de transporte poderá servir ao desenvolvimento endógeno, mas ao mesmo tempo ela estará inserida nas dinâmicas globais e se prestará ao eventual escoamento dos produtos de exploração da grande base natural da região, com impactos ambientais negativos.

Nota-se, por conseguinte, que havia clareza sobre as mudanças que a construção da ponte no espaço da fronteira acarretaria. Ao mesmo tempo em que ocasionaria problemas sociais na área de abrangência, para ambos os países, o projeto da ponte possui a capacidade de tornar concreta a dinâmica regional, tendo em vista o desenvolvimento da região, articulada à dinâmica global, visto que os países vislumbravam dinamização e o desenvolvimento macro e micro, mas cada um a sua maneira.

Para a França, de acordo com a afirmação de d’Hautefeuille (2009, p. 12), o objetivo era “materializar sua presença na América do Norte e do Sul, no Caribe, no Índico e no Pacífico, os territórios ultramarinos permitem à França aproveitar uma onipresença geográfica. Nesta estratégia prestigiosa de afirmação de uma presença internacional, a Guiana tem papel único.”

Frente à necessidade de concretização desse objetivo francês, o Brasil tem papel estratégico, uma vez que, nas últimas décadas, o país foi conquistando destaque no cenário político internacional, e a economia brasileira também necessitava do espaço sul-americano articulado à tendência de garantir os eixos de desenvolvimento, numa visão geoeconômica ampliada da América do Sul, com capacidade de abranger diferentes países.

Por outro lado, o Brasil também buscava manutenção de seus vínculos externos múltiplos, com oferecimento de perspectivas que podem ser caracterizadas como viáveis e mutuamente vantajosas. Nesse processo, a dinâmica gerada pela ponte certamente favoreceria o estreitamento e a intensificação duradora não apenas das relações diplomáticas, mas também de oportunidades socioeconômicas.

Portanto, o início das obras da construção da ponte binacional, em 2010, e sua conclusão, em julho de 2011, representam o fato que demonstrou claramente a busca da concretização das perspectivas pautadas acima. Para d’Hautefeuille (2009, p. 13), “desde a chegada à Presidência da República francesa, Nicolas Sarkozy intensificou as ações em direção ao Brasil e ao seu presidente Lula, com quem ele compartilhou muitos pontos de vista [...]”.

A finalização dessa obra, nesse contexto, pode ser evidenciada como um marco importante da relação entre Brasil e França, com desdobramentos na cooperação

transfronteiriça, tanto do ponto de vista da dinâmica local, como global. Sobre essa relação, os chefes de Estado Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac, ainda em 1997, em declaração conjunta, consideram a construção da ponte transfronteiriça a materialização da relação entre a União Europeia e o MERCOSUL.

Pode-se afirmar, então, que a relação França e Brasil via construção da ponte tinha como objetivo gerar oportunidades econômicas, sociais na dinâmica internacional, as quais deveriam se estender a dinâmica local, ou seja, à Guiana e ao Amapá. No entanto, a conclusão da ponte binacional não favoreceu plenamente a dinamização dos objetivos previstos bilateralmente, que eram a intensificação e consolidação das relações e das oportunidades.

Há, portanto, inúmeros desafios que podem ser detectados, ao se levar em conta a viabilidade do pronunciado, especialmente, quando retomado de forma mais pontual o próprio texto do acordo de construção da ponte sobre o rio Oiapoque. O artigo dois (02), por exemplo, desse tratado, determinava que:

A área de operação compreende a ponte e todos os investimentos públicos necessários para seu uso, quais sejam: 1. A ponte e seus equipamentos de segurança e sinalização, 2. As duas vias de acesso entre Oiapoque e Saint Georges e seus equipamentos de sinalização e segurança, 3. O posto de fiscalização fronteiriça e respectivas instalações (Acordo relativo à construção de uma ponte rodoviária sobre o rio Oiapoque ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá, 2007).

O primeiro trecho do acordo define a ponte no âmbito de um projeto de infraestrutura maior, capaz de articular Brasil e França no continente sul-americano, situando-a como espaço estratégico na cooperação transfronteiriça. Porém, dando-se continuidade à análise dos demais elementos previstos no texto transcrito do acordo, acima citado, pode-se demonstrar que objetivos importantes referentes ao processo ainda não foram cumpridos, mesmo estando a ponte devidamente concluída. Dentre os desafios, com fortes implicações na dinâmica da inclusão local e internacional, podem-se identificar os seguintes, conforme os registros fotográficos abaixo:



Fotografia 2 - Área de Acesso à Ponte pelo lado brasileiro. Fonte: Do autor (2012).



Fotografia 3 - Área de Acesso à ponte da Guiana Francesa e rodovia RN 2. Fontes: Skyscrapercity (2008); Loljules (2013).

No que tange ao ponto um (01) do artigo citado anteriormente, que diz respeito à presença de equipamentos de segurança e sinalização próxima da ponte, observa-se, pelas imagens, que os equipamentos estão presentes do lado da Guiana Francesa. Já no lado que pertence ao Brasil, a área encontrava-se em obras, sem a devida sinalização.

Em se tratando do ponto dois (02), que trata das vias de acesso de Oiapoque e Saint Georges, através da BR156 e a RN2, somente a segunda, que ligará Caiena a Saint Georges de l'Oyapock, encontrava-se concluída, desde 2004. Por outro lado, com respeito à BR156, as obras de pavimentação da rodovia encontram-se em operação, com destaque para o fato de ser uma das obras mais antigas do estado do Amapá, com aproximadamente quatro décadas. Apesar de já ter passado por diversas administrações de governos estaduais e locais, a rodovia ainda não foi concluída, mesmo estando incluída nos planos de pavimentação.

Em relação ao ponto três (03), atinente ao posto de fiscalização fronteiriça e respectivas instalações, também se pode notar contradição entre o previsto no acordo e sua realização, pois do lado francês, às proximidades da ponte, as obras encontravam-se concluídas desde 2011, com presença do espaço físico necessário ao funcionamento dos órgãos responsáveis pela fiscalização fronteiriça.

Assim sendo, identificam-se inúmeras dificuldades para concretizar a dinâmica pretendida via construção da ponte que previamente era colocada como um símbolo nas relações internacionais (D'HAUTEFEUILLE, 2009). O não cumprimento das determinações estabelecidas pelo acordo torna pouco acessível a realização dos objetivos traçados pelos dois países em tela, uma vez que ainda não há instalações físicas da estrutura alfandegária nem dos órgãos responsáveis pela fiscalização fronteiriça, tais como: postos da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, IBAMA, Agência de Vigilância Sanitária, Receita Federal e Estadual. Destaca-se que a construção da infraestrutura estaria orçada no valor de R\$13,6 milhões de reais³⁸.

A ponte, então, vista estrategicamente com capacidade de potencializar ainda mais a dinâmica já existente, ou seja, a interação física, econômica, social da região, no âmbito macro e micro, revelou-se, até o presente momento, pouco viável na sua potencialidade diante da inconclusão operacional que abarca diversas questões, até então não resolvidas. Por essa razão, ressalta-se a emergência e a urgência de uma gestão transfronteiriça viável entre Brasil e França, entre Amapá e Guiana Francesa, em torno das demandas da ponte e suas conexões físicas e espaciais.

A inconclusão das obras ao entorno da ponte evidenciou contradições referentes ao acordo, especialmente aos compromissos, até o momento, não concluídos, visto que os aspectos operacionais são caracterizados como fundamentais para ampliação da cooperação transfronteiriça. Diante dessa situação da não abertura da ponte construída,

³⁸ DNIT 2014

destaca-se o questionamento sobre o otimismo bilateral, presente principalmente nos discursos presidenciais, no que tangia à abertura da fronteira.

Embora esse cenário gere pouco otimismo, importante destacar que houve um processo de intensificação das relações de cooperação transfronteiriça. A própria estrutura dessas relações passou por significativas mudanças, dentre as quais merece destaque a relação entre os centros dos quais emanava o poder (Brasília e Paris) e o contexto local da região (Amapá e Guiana Francesa).

Nessa linha de raciocínio, cabe salientar a interação e ampliação da região, pois a área onde se situa o atual estado do Amapá, que fora Grão-Pará desde os tempos da colonização, se constituiu um desses *Brasis*, marcado pela solidão. Todavia, esse cenário sofreu modificações no bojo da cooperação transfronteiriça, especialmente com a construção da ponte e seus desdobramentos, nas duas últimas décadas.

Similarmente ao caso do Amapá, aplica-se esse raciocínio à Guiana Francesa. Isso porque este território, separado da França, seu governo central, pelo oceano atlântico, ficou, por vezes, excluído da sua área governamental. Também sofreu durante muito tempo o isolamento geográfico do vizinho Brasil, com o qual dividiu, na maioria das vezes, inúmeras problemáticas características da região de fronteira, tais como: tráfico, imigração, garimpo ilegal, exploração do meio ambiente, dentre outros, como se identificou ao longo da investigação.

Em síntese, pode-se dizer que as duas áreas (Amapá e Guiana) podem ser caracterizadas como espaços geográficos inseridos de maneira histórica em processos de isolamento. Assim, não se identificando pela língua, costumes e hábitos, cada um desses espaços, a sua maneira, constitui-se na condição de território excluído de suas respectivas áreas governamentais, das quais deveriam estar bem mais vinculadas.

Entretanto, a aproximação entre o presidente do conselho regional da Guiana Francesa, Antonie Karam (1992-2010), e o governador do Amapá João Alberto Capiberibe (1995-2002) e os desdobramentos posteriores geraram oportunidades de responder a esses *déficits* históricos de isolamento, uma vez que foram encontradas formas de superação por meio da cooperação dos dois países vizinhos, articulando perspectivas locais, interesses nacionais e internacionais, no diálogo com gestões presidenciais nas últimas décadas. Ainda que nessa região houvesse uma aproximação, nada se compara com o estabelecido via inclusão da fronteira, com o Acordo-Quadro de

1996, entre esses dois países, pois, pela primeira vez, se fixou uma cooperação que favoreceu essa área transfronteiriça.

Sobre essas relações da cooperação transfronteiriça, ressalta-se o dizer de Becker (2006, p. 65), ao asseverar que:

A busca de um novo significado para as relações de vizinhança na Amazônia já está impondo o redirecionamento da ação pública, com reflexos na geopolítica. Esta última caminha, contemporaneamente, no sentido da integração, em diversas escalas, das fronteiras políticas, como forma de reafirmar, também em diferentes escalas, a presença nacional dentro de um espaço mundial crescentemente perpassado por diversas forças unificadoras e, ao mesmo tempo, excludentes.

Nesse sentido, as duas áreas, ao participarem do processo de formulação da cooperação transfronteiriça, caminharam rumo à premissa de redirecionamento das ações, com impactos na geopolítica. Tal fato conseqüentemente ampliou suas relações e oportunizou dinâmica de aproximação, como de distanciamento em diferentes escalas.

Em relação à aproximação, a ponte sobre o rio Oiapoque na Amazônia favoreceu a ligação entre Amapá (Brasil) e Guiana Francesa (França), por meio de diferentes formulações e interesses, uma vez que as relações bilaterais possuíam dinâmica internacional e nacional. Como asseverado por Becker (2005, p. 74), a “hipótese é a constituição da Amazônia como fronteira do capital natural em nível global, em que se identificam dois projetos: o primeiro é um projeto internacional para a Amazônia, e o segundo é o da integração da Amazônia, sul-americana, continental”.

Nessa perspectiva, a ponte sobre o rio Oiapoque pode ser entendida como o elemento físico e simbólico por meio do qual os dois projetos anunciados por Becker (2005) podem ser concretizados. Isso porque a construção da ponte certamente influirá, de um lado, na dinâmica internacional, ao ser projetada para atender a demandas econômicas, políticas e sociais dos dois países, como, por outro lado, na dinâmica regional, a qual está articulada a numerosos interesses presentes no espaço sulamericano, dentre os quais, destaca-se o escoamento de produtos.

O escoamento da produção, expectativa decorrente da construção da ponte, articula-se com a exploração do potencial econômico da região, mas também não se deve perder de vista que atende ao mercado internacional, além de que fortalece os agrupamentos presentes nesse espaço.

Outro ponto concernente à aproximação diz respeito ao fato de a ponte ter contribuído para a revitalização das relações bilaterais no espaço amazônico, no qual se inserem Amapá e

Guiana Francesa, anteriormente divididos e isolados historicamente, mas na atualidade com objetivos comuns, como o de unir fisicamente esses países Amazônicos no espaço sul-americano. Em função disso, tais regiões, por sua vez, passam a se relacionar através de novas relações de cooperação transfronteiriça expressivas no âmbito regional, mas interligadas ao âmbito internacional, como mencionado.

Por conseguinte, a ponte sobre o rio Oiapoque favoreceu não apenas a integração física entre Brasil e França, na Amazônia, mas as intenções brasileiras no que se refere a sua política externa de relações internacionais, a qual tem como cerne, nas últimas décadas, a política de fortalecimento do espaço sul-americano. Tal dinâmica pode ser claramente demonstrada por meio da análise da cooperação transfronteiriça entre Brasil e França, iniciada nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac e continuada e intensificada com Lula da Silva e Nicolas Sarkozy.

Assim, a ponte tornou-se singular na cooperação transfronteiriça especialmente para o Brasil, dada a retomada da intensificação dos diálogos, mas, sobretudo, pela viabilidade do objetivo estratégico de dinamizar o espaço sul-americano. Este, por sua vez, pode ser compreendido como realidade essencial para esse país no plano de sua política externa, uma vez que abarcou diferentes dinâmicas.

Desta feita, uma foi circundar o estreitamento de parcerias em relação aos países do escudo Guianense, dentre eles Suriname e Guiana, que participam da Comunidade do Caribe (CARICOM), mas também aproximar-se de membros do MERCOSUL, a exemplo da Venezuela, possibilitando futuramente uma saída ao leste. Além do mais, a ponte ampliou e possibilitou oportunidades de aproximação com a França, a União Europeia, que contribuíram para fortalecer as relações de cooperação em vários eixos, dentre os quais o geopolítico e o econômico.

No contexto local, Guiana Francesa e Amapá inserem-se no bojo da aproximação, na tentativa de sair da condição histórica de simples periferia de seus grandes agrupamentos (MERCOSUL e União Europeia) e adentrar como protagonistas nas complexas e emaranhadas relações com os vizinhos, que igualmente pertencem à Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA), o qual se transformou num dos pilares estratégicos da formação da atual União das Nações Sul-americanas, UNASUL.

Desse modo, o ambiente em que a ponte se insere na América do Sul, na perspectiva da cooperação transfronteiriça, possibilitou a geração de um espaço que diminui as possibilidades de “zona de guerra” (CAPPELLIN, 1993), entre Brasil e França, reduzindo as

ameaças e desconfianças anteriormente presentes na região. Atualmente, a fronteira entre os dois países encontra-se consolidada e reconhecida, como a maior fronteira da França com um país no mundo, ao longo dos seus setecentos e trinta quilômetros.

A cooperação entre ambos os países, representada principalmente pela ponte, amenizou as ameaças e desconfianças focadas nas tradicionais formas de poder e segurança, evoluindo para uma “zona de paz”, provocando significativa diferença entre a lógica do argumento dos governos militares sobre a região rumo à outra lógica pautada na cooperação mútua. Tal cooperação, entendida por meio da interdependência, em que os atores em questão afetam-se mutuamente e desenvolvem-se, mesmo em um ambiente competitivo e anárquico como o sistema internacional (KEOHANE; NYE 1977).

Assim, por meio da interdependência, ocorre a minimização dos argumentos das teorias clássicas realistas, pautadas principalmente pelo foco da segurança militar. Como já explicitado no decorrer do trabalho, a interdependência complexa não nega o uso da força militar, mas não a toma como fator preponderante. Desta feita, desde as discussões iniciais da construção da ponte até as atuais negociações de abertura, a segurança da fronteira esteve na pauta de discussão, desencadeando acordos e ações que permitiram repensar as questões a serem resolvidas na região.

A exemplo dessas questões pode ser destacada a problemática da intensificação da migração e do garimpo ilegal, enquanto demandas históricas presente na região, especialmente, após a abertura da RN2 na Guiana Francesa e parte do asfaltamento da BR-156, que ligou-se a ponte. Outras temáticas a serem denunciadas e trabalhadas, que estão imbricadas na área da fronteira, são: o crime organizado na sua forma transnacional; a biopirataria, a exploração do trabalho humano (prostituição); tráfico de drogas; armas e pessoas; contrabando e violência urbana.

Embora esses temas sejam preocupações no âmbito da segurança interna de cada Estado, em contexto de cooperação transfronteiriça, devem ser tratados como responsabilidade mútua dos países envolvidos. Participam, portanto, desse processo cooperativo atores governamentais e não-governamentais de ambos os países, no planejamento de ações, trocas de informações sobre área da cooperação transfronteiriça e em torno da ponte, delineando formas de governabilidade conjunta e mutuamente útil.

Sendo assim, a ponte dinamizou as pautas da cooperação transfronteiriça entre Brasil e França, ressaltando-se que as perspectivas não estiveram ligadas somente ao aspecto da segurança e força, pois, de acordo com Nye (2009), a força, diferentemente do que prima a

teoria realista, com preferência por argumentos militares, não é o instrumento preferencial dos debates nas relações de cooperação. Existem, na realidade, outros numerosos assuntos nas agendas dos estados, os quais não possuem uma preferência hierárquica e são efetuados em assuntos econômicos, ambientais, técnico-científicos, educacionais e outros.

Os princípios do modelo teórico da interdependência podem ser notados nos eventos e ações que permeiam a construção da ponte binacional. Por exemplo: os argumentos de abertura da ponte, nas reuniões das Comissões Mista Transfronteiriça Brasil e França; os temas econômicos por meio da *Chambre de Commerce et d'Industrie de la Guyane* (CCIGF) em Macapá; e eventos do SEBRAE, Federação de Indústrias do Amapá (FIAP) para investidores e empresas brasileiras na Guiana Francesa, que pressionam e preparam-se para a abertura da ponte.

Outro aspecto diz respeito aos impactos da ponte e à instalação de inúmeros projetos na região em relação ao meio ambiente. Tais proposições denotam preocupações para com a área ambiental, demonstrada na Criação de um Centro de Estudos e Pesquisas em Biodiversidade Amazônica, com instalações previstas para o lado brasileiro, próximo ao rio Oiapoque. Destaca-se que esse tema envolveu a participação de institutos brasileiros e franceses, como o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), *Observatoire Hommes-Milieux* e *Institut de Recherche pour Le Développement* (IRD).

No nível técnico, científico e educacional, a ponte possibilitou a troca de estudos e informações entre os diferentes institutos e universidades da região, os quais realizam estudos sobre a nova dinâmica do espaço fronteiro a partir da cooperação fronteira, com a participação da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), *Université des Antilles et de la Guyane* (UAG) e outros institutos. Na saúde, na vigilância e na assistência fronteira entre as secretarias de ambos os lados, ocorreu a coordenação de ações conjuntas entre a secretaria estadual do Amapá e o *Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale* (INSERM).

Seguindo esta lógica emolduram-se numerosas reuniões, encontros com agendas, assuntos e atores que estão agindo a partir da cooperação transfronteira (TRIGAL, 2013). Destaca-se, nesse aspecto, o Conselho do Rio Oiapoque em que atuam em conjunto as representações governamentais e não-governamentais, com a participação dos indivíduos que habitam ambos os lados da bacia do Oiapoque, como: ribeirinhos, indígenas, catraieiros³⁹ e

³⁹ Barqueiros ou proprietários de catraias que atravessam as pessoas e mercadorias nos dois lados do rio Oiapoque.

outros que são afetados por esse processo e que possuem opiniões e influências nas decisões dos estados.

Nesse sentido, os aspectos da interdependência complexa são acrescentados à perspectiva social, política, econômica, que cria e recria necessidade de leis e instituições internacionais (NYE, 2009). Sob este aspecto das instituições, a ponte emerge dentro de um emaranhado institucional das concretizações da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), entendida como prioritária para estabelecer uma infraestrutura no espaço sul-americano, como planejado e desenvolvido pela atuação da diplomacia brasileira nos últimos anos.

A França, por meio da ponte, buscou inserir-se na região, com presença no espaço sul-americano, participando de organismos, como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA), sendo tal participação possível em decorrência da presença da Guiana Francesa no espaço Amazônico. Além de que, favoreceu o diálogo e aproximação das instituições como a União Europeia e MERCOSUL, que buscaram, na ponte, o estreitamento das relações na área de fronteira.

As instituições multilaterais, inseridas nesse contexto, atuam na promoção da cooperação entre os dois países, estabelecendo projetos como foi a construção da ponte, a fim de melhorar as capacidades de governança na região. Além de aumentar suas capacidades individuais, resolvendo problemas que sozinhos possivelmente seriam difíceis de serem solucionados.

Na lógica da nova dinâmica na cooperação transfronteiriça, representada pela ponte, apresenta-se uma dualidade de perspectivas benéficas e deletérias nas relações entre Brasil e França. Os benefícios são vários na interdependência (KEOHANE; NYE, 1989). No caso da cooperação transfronteiriça, a ponte é um ganho para os atores envolvidos (Amapá e Guiana Francesa; Brasil e França; MERCOSUL e União Europeia), principalmente para os atores governamentais fronteiriços, que, junto ao Acordo-Quadro 1996, oportunizaram numerosas questões que passam a ser implementadas e discutidas para ambas as áreas.

Nessas relações de interdependência existem custos para a cooperação transfronteiriça. Esses elementos podem ser identificados quando se estabelece a cooperação para a ponte sobre o rio Oiapoque, assunto que não se refere ao valor de R\$ 55 milhões pago pelas duas partes referente à construção estrutural do empreendimento. Mas, refere-se aos custos das sensibilidades e vulnerabilidades que inferem na interdependência, como destacou Keohane e Nye (1989).

Por esse motivo, quando se coloca os custos em questão, conexos à ponte sobre o rio Oiapoque, observa-se que as áreas locais (Amapá e Guiana Francesa) podem envolver uma sensibilidade a curto prazo ou uma vulnerabilidade a longo prazo. Percebe-se que os dois espaços continuamente possuem uma grande sensibilidade histórica em aspectos sociais, econômicos, geográficos e tantos outros em relação aos centros de poder (Brasília e Paris).

O Amapá, isolado geograficamente do Brasil, e a Guiana Francesa, uma região dependente da União Europeia presente em outro continente, encontram esperanças na viabilidade da ponte, que traz perspectivas para esses dois territórios no relacionamento mútuo, transformando essa sensibilidade em uma maior vulnerabilidade para seus custos na interdependência.

Em outras palavras, o estabelecimento da interdependência tornou as áreas locais (Amapá e Guiana Francesa), a partir do estabelecimento de uma ponte, uma região menos vulnerável às áreas administrativas, dinamizando-as de diversos modos. Isso causa a diminuição da sensibilidade que as duas áreas possuíam, não dependendo tanto dos seus centros de poder.

As relações de interdependência geram custos recíprocos, que não necessariamente são simétricos. Tal constatação pode ser observada nas relações de Brasil e França, Amapá e Guiana Francesa; Oiapoque e Saint George de l'Oyapock, quando estabeleceram a ponte de modo, às vezes, assimétrico. Percebe-se que os atores envolvidos padecem de numerosos obstáculos e limitações nas suas relações, o que torna cada vez mais complexa a cooperação.

Por conseguinte, a ponte permitiu avanços, retrocessos, limitações aos atores que por ela foram impactados. Também pode ser evidenciada como um marco simbólico nas relações de Brasil e França tanto local, como global, na tentativa de dirimir assimetrias e desconfianças historicamente reforçadas por diferenças políticas, sociais, culturais e pelas distâncias geográficas que, ao mesmo tempo, aproximam e separam os dois territórios.

Por essa razão, acredita-se que as relações necessitam de ajustes entre as duas partes, a fim de que a cooperação transfronteiriça continue movimentando e produzindo efeitos em harmonia, pois a cronologia das relações mostra uma significativa intensificação dos diálogos e ações, mas que ainda oscila entre acordos e as ações concretas para ambas as localidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho abordou a temática da construção da ponte binacional entre Amapá (Brasil) e Guiana Francesa (França), no âmbito da nova dinâmica nas relações internacionais entre os dois países. Seu objetivo principal, delineado ao longo da pesquisa, consistiu em investigar o papel representado pela ponte binacional no interior de uma nova dinâmica de cooperação transfronteiriça entre Brasil e França, oriunda do Acordo-Quadro (1996), no cenário da região amazônica.

Assim, ao por em relevo as relações diplomáticas entre ambos os países, intensificadas em razão da ponte binacional, acredita-se, neste estudo, ser importante resgatar teoricamente a construção do espaço transfronteiriço na Amazônia. Nesse contexto, entende-se a ponte não apenas como monumento físico e concreto, mas como símbolo diplomático que, embora já edificada, mas ainda não inaugurada, revela-se estratégica na reconfiguração das relações internacionais francesas e brasileiras no espaço sul-americano.

O interesse pela temática decorreu, dentre outros motivos, do fato de haver poucos grupos de pesquisa, principalmente no norte do Brasil, que discutem efetivamente a Amazônia e suas fronteiras. Daí o reconhecimento de que é de suma importância ter e consolidar, nas instituições de Ensino Superior, grupos de pesquisa, de preferência, congregando investigadores brasileiros e franceses que deem densidade acadêmica a estudos e a discussões sobre as diversas dimensões que envolvem as relações diplomáticas e de cooperação fronteira.

Notou-se, assim, neste estudo, a necessidade de que sejam realizadas mais pesquisas e publicados mais trabalhos sobre a fronteira da Amazônia, vista enquanto campo do conhecimento tão relevante, mais ainda pouco pesquisado. Tal resultado deve-se, especialmente, às emergentes circunstâncias colocadas para ambos os países fronteiros, frente à necessidade de partilhar patrimônios sociais, econômicos, culturais, educacionais, principalmente, entre o Brasil e a França, que têm a tarefa desafiadora do asseguramento e cooperação diplomático das riquezas naturais da Amazônia, tão mencionadas em numerosos discursos.

Convém salientar que, ao longo desta pesquisa, conseguiu-se responder à questão problema delineada, a saber: a ponte binacional construída entre o Amapá e a Guiana Francesa integra-se à nova dinâmica na cooperação transfronteiriça entre Brasil e França. Para isso, foi fundamental a aproximação com vários autores que tratam da temática, como

Keohane e Nye (1989); Nye (2009); Antiquera (2006), Becker (2006), Castro e Porto (2007), D'hautefeuille (2009) e Silva (2008), os quais reúnem e analisam informações sobre o objeto pesquisado.

Ainda em termos metodológicos, ressalta-se neste estudo, o papel da pesquisa bibliográfica, nos discursos diplomáticos entre Brasil e França e nos acordos celebrados. Por outro lado, deve-se salientar, também, a experiência acumulada por meio da coleta de dados, por meio da qual se pôde conviver de certo modo com a realidade transfronteiriça. Tal situação possibilitou a aproximação da teoria com os fatos e, assim, entender melhor, na prática, as questões tratadas teoricamente, em um movimento que favoreceu compreender e registrar um conjunto de avanços, como também de pontuar os retrocessos oriundos da ponte binacional, os quais são elecandos a seguir.

Dentre aos avanços encontrados, merecem destaque:

i) a viabilidade do próprio Acordo-Quadro enquanto projeto e instrumento diplomático, assinado em 1996, pelas duas partes contratantes nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac. Com isso, intensificou-se de 1997 em diante a abertura da faixa de fronteira e das relações, ao possibilitar o estreitamento dos vínculos diplomáticos e de cooperação em diversas modalidades, dinamizando cinco séculos de interação que existiam entre Brasil e França;

ii) o estabelecimento do acordo de construção da ponte sobre o rio Oiapoque, a qual começou a ser anunciada em 1997, executada em 2010 e concluída em 2011, mas ainda não inaugurada. Vale ressaltar que a obra, cujo investimento chegou à casa dos R\$ 55 milhões, teve mais intensificação nas gestões dos presidentes Nicolas Sarkozy e Luís Inácio Lula da Silva;

iii) as projeções do Acordo-Quadro que favoreceram novas relações internacionais e diplomáticas entre Brasil e França, tendo como marco temporal o decênio de 1990. Tais projeções propiciaram um grau maior de amadurecimento nas relações de ordem histórica, política, econômica, social, cultural, técnica, científica, ambiental, proporcionado especialmente pela viabilização da cooperação transfronteiriça, a qual pode ser caracterizada como um novo momento nas relações entre os países mencionados;

iv) as novas perspectivas de interação e união física que incluíram, pela primeira vez, a zona de fronteira nessa nova dimensão para ambos os lados, pois, após longas décadas dos

dois países terem relacionamentos de distanciamento, por vezes contraditórios de isolamento e indiferença, oportuniza-se o relacionamento de cooperação no espaço amazônico.

v) a criação da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França (CMT), que teve como objetivo prosseguir os temas das relações de Amapá e Guiana Francesa, nas áreas social, econômica, comercial, ambiental e consular; igualmente, na área de proteção ao meio ambiente, luta contra o garimpo e combate à pescaria ilegal em ambos os territórios, fazendo surgir o recente Conselho do Rio Oiapoque, instituído em 2013 por ambos os países, possibilitando a inclusão de outra porta de diálogo para os atores sociais na fronteira;

vi) a ponte que traz novo impulso nas relações entre Brasil e França, impulsionada, à primeira vista, no nível desses dois países, mas que depois ampliam-se nas articulações inter-regionais, com as projeções dos dois grandes agrupamentos, MERCOSUL e União Europeia, os quais se fortalecem na dinâmica para uma futura possibilidade de associação, ampliando seu leque de possibilidades;

vii) a ponte que se entrelaça na participação no projeto de integração do espaço sul-americano, objetivado pela diplomacia brasileira. Esta, por sua vez, esteve inserida em diversas perspectivas, ao longo dos anos, nos cruzamentos de perspectivas como a IIRSA, OTCA, MERCOSUL e, recentemente, incorporando-se aos trabalhos da UNASUL, cuja pretensão é de concretizar as intenções de integração física ao espaço sul-americano.

No que se refere às limitações encontradas, pontuam-se a seguir:

i) a não inauguração oficial da ponte binacional, até o presente momento, apesar de sua conclusão ter sido feita em 2011. Nota-se, portanto, a existência de uma obra pronta há quatro (04) anos, com capacidade de viabilizar a ligação física entre os dois países e permitir o acesso para pessoas, transportes, conferindo concretamente à fronteira um novo papel estratégico, que por ora somente foi viabilizado parcialmente;

ii) o não funcionamento da ponte construída entre Brasil e França denota a contradição e o cumprimento parcial das ações estabelecidas pelo acordo de construção da ponte, de 2005, pois a não viabilização do acesso nega a capacidade de unir decisivamente os países fronteiriços, uma vez que a obra construída não permite um dos objetivos centrais do acordo, que é ligação física entre os dois países. Tal situação limita, portanto, a perspectiva de ingressarem em uma nova fase de cooperação, diante dos grandes temas da agenda contemporânea internacional;

iii) a limitação relativa à infraestrutura necessária ao funcionamento da ponte, particularmente do lado brasileiro. Isso porque a ponte demanda, para sua abertura total, a construção de postos de fiscalização, e de vários órgãos como a Anvisa, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Ibama, Receita Federal e Receita Estadual, além da rodovia BR-156, no Brasil, que permitirá a união entre Macapá e Caiena, dando continuidade à RN2, na Guiana Francesa;

iv) mudanças cíclicas de governo local, regional e nacional, que acabam impactando negativamente no andamento dos projetos, acordos efetivados, pelo desconhecimento dos gestores dos temas em questões, tornando os processos morosos e burocráticos na cooperação transfronteiriça;

v) as questões ligadas aos temas fronteiriços que estão em maior ou menor grau de interesse para ambos os países, tendo o Brasil interesses e perspectivas no âmbito comercial, vistos em passaportes, educacional e tecnológico. Por outro lado, a França posiciona-se em parte em aspectos de migração, meio ambiente e segurança, demonstrando desarmonia no que tange aos temas que se refletem no planejamento e execução das ações;

vi) a realização parcial das projeções da UNASUL, relativas à integração física no eixo-norte do espaço sul-americano, como vinha sendo estabelecida pela IIRSA, na ligação dos países do platô das Guianas (Guiana Francesa, Suriname, Guiana Inglesa e Venezuela);

vii) a pequena ou improvável probabilidade de que a Guiana Francesa seja autônoma, no seu sentido pleno, isto é, constituindo-se como um campo simbólico na relação Brasil e França (D'HAUTEFFEUILLE, 2009);

viii) a Guiana Francesa, mesmo entrelaçada por novas perspectivas e participação no continente Americano, como vista na IIRSA, a OTCA e em outros agrupamentos do continente, continuará a integrar a União Europeia com muito maior intensidade do que com as perspectivas vizinhas, diminuindo, portanto, sua abertura ao continente, devido aos seus marcos legais.

Desse modo, conclui-se que a relação transfronteiriça entre França e Brasil passa por uma cooperação delineada em diversas perspectivas, seja em função dos organismos internacionais, das parcerias estratégicas ou da viabilização de acordos, como o Acordo-Quadro de 1996, projeto e instrumento diplomático que propiciou a construção da ponte binacional.

A ponte, como já se disse anteriormente, simboliza não apenas a cooperação transfronteiriça de Brasil e França, proporcionada por esse acordo, mas também dinamizou

numerosos assuntos nas respectivas áreas fronteiriças no Amapá e na Guiana Francesa. Por meio desse objeto e símbolo de cooperação que é a ponte, a nova dinâmica demonstra que as áreas em questão não estão envolvidas excepcionalmente por elementos de segurança, mas multiplicam-se em inúmeras dimensões de ajuda mútua, diversificando as agendas para Brasil e França; Amapá e Guiana Francesa.

Essa diversificação atende principalmente a diversificação dos atores governamentais que veem na ponte uma forma de atingir objetivos relativos aos seus territórios como os déficits em relação ao isolamento das áreas, mas como inclui a ponte em uma esfera macro dos objetivos brasileiros no espaço sul-americano e o posicionamento da França no mundo.

Ao longo do trabalho, tentou-se refletir sobre o papel da ponte sobre o rio Oiapoque no seio da nova dinâmica na cooperação transfronteiriça entre Brasil e França. Explicações que, em parte, buscaram esclarecer ao leitor os interesses de Brasil e França em âmbito local e global, trazendo a ponte, explicada pelos arranjos de cooperação.

Portanto, o enaltecimento e a crítica às novas dimensões a partir da ponte merecem ser revelados, pelo fato de trazer questões necessárias ao pensar o espaço atual que interagem Brasil e França na Amazônia. Nessa direção está presente o desafio para ambas as áreas, que permeiam para o pensamento dessa nova dinâmica a partir da ponte para Brasil e França na cooperação transfronteiriça, na forma que favoreçam o desenvolvimento sustentável na Amazônia e no espaço sul-americano, ouvindo as suas populações afetadas e seus questionamentos, para que não se repitam velhas fórmulas do passado, quando a região amazônica foi impactada por um grande processo de deteriorização nos governos militares.

Por isso, não se concebe a ponte e o desenvolvimento como algo maléfico nas relações entre Brasil e França na Amazônia, até porque uma ponte, com seu significado simbólico, tem a perspectiva de passagem e causa interação entre os atores, possibilitando a união física entre duas áreas. Nesse sentido, essa nova dinâmica da ponte pode acarretar significados maiores ainda, favorecendo o mais importante: as suas áreas, as suas populações em questão que traduz um projeto de sociedade com determinação em avançar no cenário local e no intercâmbio mundial.

REFERÊNCIAS

- ALTEMANI, Henrique. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- AMORIM, Celso Luiz Nunes. Perspectivas da Cooperação Internacional. In: Marcovitch, Jacques. **Cooperação Internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Editora Edusp, 1994.
- ANDERSEN, Sigrid. Dificuldades da gestão ambiental em áreas de fronteira: investigando a origem dos conflitos. In: **Anais do IV Encontro Nacional da ANPPAS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Brasília: 2008.
- ANTIQUERA, Daniel de Campos. **A Amazônia e a política externa brasileira análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Unicamp-Unesp-PUC/SP, Campinas, 2006.
- BARROS-PLATIAU, Ana Flávia, A política externa ambiental: do desenvolvimentismo ao desenvolvimento sustentável. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (org.). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- BECARD, Danielly Silva Ramos. **Relações Exteriores do Brasil Contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BECKER, Bertha Koifmann. **Amazônia: geopolítica na virada do terceiro milênio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- _____. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados. 2005.
- BENATTI, José Heder. Internacionalização da Amazônia e a Questão Ambiental: O Direito das Populações Tradicionais e Indígenas a Terra. **Revista Amazônia Legal de Estudos Sócio Jurídico-Ambientais**. 2007.
- BEZERRA, Grazielle. Garimpos na Guiana Francesa têm pelo menos 10 mil brasileiros ilegais. **Rádioagência Nacional**. 10 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.abc.com.br/noticias/economia/galeria/audios/2014/07/garimpos-na-guiana-francesa-tem-pelo-menos-10-mil>>. Acesso: 19 de Outubro de 2014.
- BOURSCHEIT, Aldem. Tensão em alta na fronteira com a Guiana Francesa. **WWF**. 01 de Julho de 2013. Disponível em <<http://www.wwf.org.br/?35403/tenso-em-alta-na-fronteira-com-a-guiana-francesa>>. Acesso em 30 de Outubro de 2014.
- CAPPELIN, R. Interregional Cooperation and the design of a regional foreignpolicy. In. R. Cappelinand P. W. J. Batey (Eds). **Regional Networks, Border Regions and European Integration**. London: Pion, 1993.
- CASTRO, Edna. A Amazônia e seu lugar central na integração. In: Nascimento, Durbens M. (Org.). **Relações Internacionais e defesa na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2008.

CASTRO, Maria Luiza de; PORTO, Jadson Luis. Ponte Brasil-Guiana Francesa: os paradoxos da integração em um contexto multi-escalar. In: **OIKOS-Revista de Economia Heterodoxa**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 7, p. 51-75, 2007.

CASTRO, Terezinha de. **Atlântico Sul: geopolítica e geoestratégia**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1980.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

COELHO, Pedro Motta Pinto. **Fronteiras na Amazônia: Um espaço integrado**. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão. 1992.

CONSTITUIÇÃO FRANCESA, 1958. Disponível em: <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/root/bank_mm/portugais/constitution_portugais.pdf>. Acesso em: 15 de Outubro de 2014.

COUTO, Leandro Freitas. **O Horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul (1990 - 2005)**. 2006, 152 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2006.

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES – DNIT. **Relatório de Impacto Ambiental: Ponte Internacional sobre o rio Oiapoque**. Junho de 2009.

D'HAUTEFEUILLE, Madeleine Boudoux. A fronteira num jogo de poder multiescalar: A França, a Guiana e a ponte sobre o Oiapoque. **Revista Eletrônica de humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, n. 2. 2009.

JARRY, Emmanuel. Antes de encontrar Lula, Sarkozy visita aldeia na Guiana Francesa. **Estadão** 11 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,antes-de-encontrar-lula-sarkozy-visita-aldeia-na-guiana,122922>>. Acesso: 27 de Outubro de 2014.

EURONEWS. Martinica e Guiana Francesa rejeitam maior autonomia. **NEWS**. 11 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2010/01/11/martinica-e-guiana-francesa-rejeitam-maior-autonomia/>>. Acesso em: 08 de Outubro de 2014.

EVORA. Emannuely. 2011. Mapa da BR- 210 e BR-156 no Amapá. Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/1858121/>>. Acesso em: 05 de Outubro de 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. CURITIBA: Positivo, 2009.

FILHO, Alves Ivan. **História dos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. Presidentes articulam reunião UE/MERCOSUL. **Agência Folha**. 12 de Março de 1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fol/pol/po12031.htm>>. Acesso em: 09 de novembro de 2014.

_____. **Acordos assinados entre Brasil e França**. Agência Folha. 12 de Março de 1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fol/pol/po12033.htm>>. Acesso: 20 de Outubro de 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTEBRASIL. Segurança no Amapá. **Fontebrasil**. 12 de Agosto de 2013. Disponível em: <<http://fontebrasil.com.br/fonte/noticias/16079/>>. Acesso em: 09 de Novembro de 2014.

FRANÇA. Coopération Territoriale e Européenne 2007-2013. **Programme de coopération. Transfrontalière. Amazonie. Programme opérationnel. Document de travail**. Version 17 Août 2007. Disponível em: <www.cr-guyane.fr/ressources/File/e-services/POGuyane.pdf>. Acesso: 02 de novembro de 2014.

Mapa do Amapá. In: GOOGLE MAPS. Google 2015. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps?q=Amap%C3%A1&bav=on.2,or.&bvm=bv.93990622,d.eXY&biw=1366&bih=657&dpr=1&um=1&ie=UTF-8&sa=X&ei=3XBfVfq5B8bEggS0iYCoCA&ved=0CAYQ_AUoAQ>. Acesso em: 03 de Janeiro de 2015.

GIBBS. Graham. **Analysing Qualitative Data (Series: The SAGE Qualitative Research Kit)**. London: Sage. 2009.

GRANGER, Stéphane. Guiana Francesa, um território europeu e caribenho em via de “sul-americanização?”. **Confins Revue Franco-Brésilienne de Géographie**. 2008. Disponível em: <<http://confins.revues.org/5003>>. Acesso em: 21 de março de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Amazônia Legal. **IBGE**. 20 de Maio de 2013. Disponível em: <mapas.ibge.gov.br/tematicos/amazonia-legal>. Acesso em: 13 de abril de 2015

INPE/DEGRAD. Inpe divulga resultado final do PRODES 2013. **INPE** 10 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3701> Acesso: 15 de novembro de 2014.

INSEE (Institut National de la Statistique et des Études Économiques). **Amapá - Guiana Francesa: Melhor estruturar os territórios para intensificar os intercâmbios**. Guiana Francesa, PRIM, 2011.

_____. **Population selon le sexe et l'âge au 1er janvier 2014**. 1 de Janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.insee.fr/fr/themes/tableau.asp?reg_id=25&ref_id=poptc02104> . Acesso: 17 de novembro de 2014.

JORNAL DO COMÉRCIO. Chirac diz que florestas do País terão proteção dos ricos. **UOL**. 06 de Junho de 2000. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/_2000/0606/br0606a.htm>. Acesso em: 12 de maio de 2015.

JÚNIOR, Janary. Deputados pedem maior presença do estado na fronteira na Guiana. **Câmara Notícias**. 10 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/administracao-publica/136058-deputados-pedem-maior-presenca-do-estado-na-fronteira-com-guiana.html>>. Acesso em: 09 de maio de 2015.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Thirdedition, Boston: Little-Brown, Ch 1 & 2. p. 3-32. 1989.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos avançados**, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001b.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de Política Externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão. 2011.

LEGISLAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA. 2015. Disponível em: www.europa.eu. Acesso em 03 de novembro de 2014.

LENINE & LULA QUEIROGA. **A ponte**. In. Disco o Dia em que faremos contato - Lenine. Sony BMG. 1997.

LESSA, Antônio Carlos. Os vértices marginais de vocações universais: as relações entre a França e o Brasil de 1945 a nossos dias. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 2, p. 28-58, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n2/v43n2a02.pdf>>. Acesso em: 05 de Maio de 2015.

LOLJULES. **Área de Acesso à ponte da Guiana Francesa e rodovia RN 2**. 28 de Janeiro de 2013. Disponível em: <<http://fr.mobilytrip.com/guide/guyane-francaise/saint-georges-de-l-oyapock/pont-sur-l-oyapock,414867/>>. Acesso em: 04 de Janeiro de 2015.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia no século XXI: Novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

LOURENÇÃO, Humberto José. **A defesa nacional e a Amazônia: o sistema de vigilância da amazônia (Sivam)**. 2003, 233 f. Dissertação (Mestrado). Campinas. UNICAMP. 2003.

MAURICE, Edenz. **Les enseignants et la politisation de la Guyane (1946-1970) - L'émergence de la gaucheguyanaise**. Matoury, Ibis Rouge Éditions. 2014.

MARCOVITCH, Jacques. Biodiversidade e Cooperação Internacional. **Revistas de Estudios Brasileños**, v.1, p. 131-140. 2014.

MAM LAM FOUCK, Serge. **Historie générale de La Guyane Française**. Guyane: Ibis Rouge, 2002.

MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. **La Ravardière e a França Equinocial: os franceses no Maranhão (1612-1615)**. Rio de Janeiro: Topbooks, 231 p. 2007.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. **Relações bilaterais Brasil/França: a nova perspectiva brasileira para a Fronteira Amapá/Guiana Francesa no contexto global**. 2008, 162 f. Dissertação (Mestrado). Brasília. Unb. 2008.

MELLO, Flavia de. Campos. Política externa brasileira e os blocos internacionais. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 1, p. 37-34. 2002.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Amazônia: Meio-Ambiente, Fronteiras e Segurança, 09/2010, **Primeira versão (IFCH-UNICAMP)**, Vol: 142, p. 1-30, Campinas, SP, BRASIL, 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Plano estratégico de fronteiras**. Brasília: 2012. Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/plano_estrategico_fronteras.pdf>. Acesso em: 13 dezembro de 2014.

NASCIMENTO, Durbens M.; ROCHA, Gilberto de Miranda; SILVA, Alberto Texeira da; FENZL, Nobert; CONDURÚ, Marise Teles. **Governança, integração e meio-ambiente na Amazônia**. Belém. NUMA/UFPA, 2007.

MEIRA MATTOS, C. **Geopolítica e Teoria das Fronteiras, Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

NEVES, Victor Sá. A segurança transfronteiriça sob a nova ENAFRON. **Mundorama**. 2012. Disponível em: <http://mundorama.net/2012/12/31/a-segurancatransfronteirica-sob-a-nova-enafron-por-victor-de-sa-neves/#more-10767>. Acesso em: 15 dez.2014.

NYE, Joseph JR. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Gente, 2009.

OLIVEIRA, Betiana de Souza; GUERRA, Marinete Anselmo A. Guerra. Oiapoque: relações sociais e modo de vida na fronteira. **II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte 13 a 15 de setembro de 2010**. Belém. Pará. 2010.

OTCA. In: **XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano**, 2007, Belém. ANPUR, 2007.

_____. **Plano Estratégico da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (2004-2012)**. Brasília: OTCA, 2004.

OTTINO, Carlo Leopoldo. Separatismo. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. p.1145-1147.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. **Os estabelecidos e os recém - chegados: migração, conflitos e sonhos na cidade de Macapá**. Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Pará – Curso de Filosofia e Ciências Humanas – Curso de Mestrado em Sociologia. Belém – PA – NAEA/UFGA, 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS, PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso: 15 de setembro de 2014.

REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira; A Fronteira Colonial com a Guiana Francesa**. 2ª edição v.1, 250 p. Belém, Ed. secult, 1993.

_____. **O Impacto Amazônico na civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, Paralelo, 1972.

REQUIÃO, Ricardo Bezerra. A presença do ad referendum na política francesa. **Conjuntura Internacional**. Ano 9, n.3. 2012.

RFI. França reclama de garimpeiros brasileiros na Guiana Francesa. **RFI Português**. 11 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.portugues.rfi.fr/brasil/20111111-franca-reclama-de-garimpeiros-brasileiros-na-guiana-francesa>>. Acesso: 31 de Outubro de 2014.

RICUPERO, Rubens. “Cooperação Regional na Amazônia”. In: **Câmara dos Deputados. Valores e rumos do mundo ocidental- II painel de Assuntos internacionais realizado pela comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, no período de 12 a 27 de outubro de 1977**. Brasília. Centro de documentação e informação, 1978.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A Questão Geopolítica da Amazônia: Da soberania difusa à soberania restrita**. Belém, Editora: Universitária UFPA, 2006.

SANTOS, Isabel Gorjão. Martinica e Guiana Francesa vão referendar maior autonomia. **Público**. 09 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/martinica-e-guiana-francesa-vao-referendar-maior-autonomia-1417030>>. Acesso em: 07 de Outubro de 2014.

SANTOS, Margarete Nascimento do. Entre o oral e o escrito: a criação de uma Oralitura. **BABEL: Revista Eletrônica de Línguas e Literaturas Estrangeiras**. Dezembro de 2011 <http://www.babel.uneb.br/n1/n01_artigo02.pdf>. Acesso: 01 de outubro de 2014

SANTOS, Paula Gabriele Sena. **A (Ultra)periferia do platô das Guianas. Novos planejamentos para novos usos da fronteira Amapá-Guiana Francesa (1992-2012)**. *Dissertação* (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, 2013.

SAVINI, Marcos. As negociações comerciais entre Mercosul e União Européia. In: **RBPI**, 125, p. 31-36. 1996.

SILVA, Alberto Teixeira da. Integração e Governança na América do Sul: o caso da OTCA. In: **XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano**, 2007, Belém. ANPUR, 2007.

SILVA, Golberi do Couto. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército. 1968.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. **Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local**. 2008, 175f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGGeo/UFRGS), Porto Alegre, 2008.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. GOUVÊ, Ítalo A. M. Relações Internacionais Amapá-Guiana Francesa: Aspectos comerciais das interações globais e transfronteiriças. III Simpósio de Nacional de Geografia Política. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, v.7, n.1, p.1290-1304, 2013.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. PORTO, J.L.R. Exploração de recursos naturais no norte brasileiro: Formas atuais apresentadas no Estado do Amapá. In: **Anais do 8º Encuentro Humboldt: Retorno de la política**. Colón (Entre Rios), Argentina. 2006.

SILVA, Jose Maria. A Cidade de Oiapoque e as relações transnacionais na fronteira Amapá - Guiana Francesa. **História Revista**, Goiânia, n. 10, v. 2, p. 273-298. 2005.

SKYSCRAPERCITY. **Área de Acesso à ponte da Guiana Francesa e rodovia RN 2**. 6 de Setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=543111&page=36>>. Acesso em: 04 de Janeiro de 2015.

SOARES, Álvaro Teixeira. **História da formação das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura. 1972.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise. **Contexto Internacional**, n. 12, p. 7-27. 1990.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. **Territórios, memória e etnicidade no espaço urbano de Kourou-Guiana Francesa**. **Revista Ateliê Geográfico**. UFG, v. 4, n. 4, p. 51-73, Goiânia, 2010.

TAVARES, Aurelio de Lyra. **Brasil-França, ao longo de 5 séculos**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1979.

TOSTES, José Alberto. Políticas intervencionistas nas cidades Amazônicas: no Amapá, a encruzilhada entre a necessidade e a obrigação. **Anais do XII encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Belém - PA, 2007.

TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. In **Resenha de Política Exterior do Brasil**, jul/ago/set 1978, n. 18. Brasília: MRE, 1978.

TRIGAL, Lorenzo López. 2013. Revisión de la terminología sobre la frontera y lo fronterizo. p. 149-167. In **Condições de vida, coesão social e cooperação territorial**, editado por R. Jacinto (coord), Guarda: Âncora Editora/Centro de Estudos Ibéricos. 2013.

UNIFAP. **Missão de pesquisa e extensão em Caiena, na Guiana Francesa**. 19 de dezembro de 2012. Disponível: <<http://www.unifap.br/public/index/view/categoria/7/page/17/id/4049>>. Acesso: 30 de novembro de 2014.

_____. **Equipe do Binacional visita área do futuro centro de biodiversidade**. 19 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/oiapoque/2013/06/19/equipe-do-binacional-visita-area-do-futuro-centro-de-biodiversidade/>>. Acesso: 30 de novembro de 2014.

VALENCIANO, Eugênio. La frontera; un nuevo rol frente a la integración - La experiencia en el MERCOSUR. **Ensaíos FEE**, Porto Alegre, v.7, n1, p. 185-205. 1996.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos avançados**, vol. 19, n.55, p. 153-172. 2005.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo social**. São Paulo: USP, v. 15, n.2. 2003.

VIGEVANI; Cepaluni Gabriel. A política externa de Lula da Silva: A estratégia da Autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**. Vol. 29, n.2, p. 273-335, 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 117 p. 2003.